

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ENCOSTA INFERIOR DO NORDESTE

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA

Credenciada pela Portaria SESU/MEC nº 921, de 07 de novembro de 2007

Recredenciada pela Portaria MEC nº 1.072, de 26 de dezembro de 2014

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Taquara

2012

Atualizado em março de 2015, por determinação em diligência da SERES.

SUMÁRIO

1	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
1.1	Nome, Grau, Modalidade e Periodicidade do Curso	6
1.2	Carga Horária Total	6
1.3.	Embasamentos Legal externo e interno	6
1.4	Número de Vagas	7
1.5	Atos de Regularização	7
1.6	Turno de Funcionamento	8
2	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO	9
3.	JUSTIFICATIVA DO CURSO	18
3.1.	Necessidades institucionais	18
3.2.	Necessidades regionais	18
3.3.	Determinação legal	31
4	CONCEPÇÃO DO CURSO	32
5	OBJETIVOS DO CURSO	38
5.1	Objetivo Geral	38
5.2	Objetivos Específicos	38
6	PERFIL DO EGRESSO	40
6.1.	Competências	40
7	MATRIZ CURRICULAR	42
7.1	Blocos temáticos, disciplinas e atividades, e carga horária	42
7.2	Periodização	46
7.3	Atividades complementares	46
7.4	Estágio Curricular	49
7.5	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	50
7.6	Trans, Multi e Interdisciplinaridade	52
7.7	Articulação com a Extensão e Pós-Graduação	53
8	PROPOSTA METODOLÓGICA DO CURSO	55
9	SUSTENTABILIDADE DA PROPOSTA	57
9.1	Espaço físico, infraestrutura e disciplinas compartilhadas	57
9.2	Necessidade de infraestrutura física específica	57
9.3	Necessidades de recursos humanos	58

10	AVALIAÇÃO	59
10.1	Avaliação do curso	60
10.2	Gerenciamento da avaliação	61
11	EMENTAS DAS DISCIPLINAS	62
11.1	Ementas das disciplinas do 1º semestre	62
11.2	Ementas das disciplinas do 2º semestre	73
11.3	Ementas das disciplinas do 3º semestre	88
11.4	Ementas das disciplinas do 4º semestre	99
11.5	Ementas das disciplinas do 5º semestre	111
11.6	Ementas das disciplinas do 6º semestre	124
11.7	Ementas das disciplinas do 7º semestre	137
11.8	Ementas das disciplinas do 8º semestre	149
11.9	Ementas das disciplinas do 9º semestre	163
11.10	Ementas das disciplinas do 10º semestre	176
11.11	Disciplinas Optativas	187
	REFERÊNCIAS	218
	ANEXOS	222
	RESOLUÇÃO CSAA N° 05/2012	223
	REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS SOCIO-JURÍDICAS - NPSJ	226

INTEGRANTES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Nome	Titulação	Regime de Trabalho
José Alcides Renner	Doutor	Integral
Luciane Maria Wagner Raupp	Doutora	Integral
Luís Augusto Stumpf Luz	Mestre	Parcial
Luís Antônio Licks Missel Machado	Mestre	Integral
Miriam Helena Schaeffer	Doutora	Parcial

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Nome, Grau, Modalidade e Periodicidade do Curso:

Curso de Direito – Bacharelado – Modalidade presencial – Periodicidade semestral

1.2 Carga Horária Total:

3.700 horas. Integralização em 5 anos, no mínimo, e, em 10 anos, no máximo.

1.3. Embasamentos Legal externo e interno:

Embasamento legal externo:

Lei nº 9.394/1996 (LDB)

Decreto nº 5.626/2005 (Libras)

Parecer CNE/CES nº 08/2007 (carga horária)

Resolução CNE/CES nº 02/2007 (carga horária)

Decreto nº 5.296/2004 (acessibilidade)

Resolução CNE/CP nº 1/2004 e Lei 11.645/2008 (educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena)

Res. CONAES nº 01/2010 (NDE)

Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012 (educação ambiental)

Parecer CNE CP nº 08/2012 e Resolução CNE CP nº 1/2012 (educação em direitos humanos)

Embasamento legal interno:

Regimento Geral

Projeto Pedagógico Institucional - PPI

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2007-2011 e PDI 2011-2015

Resolução CSAA nº 06/2009 - Libras

Resolução CSAA nº 11/2009 - TCC

Resolução CSAA nº 03/2010 – Regulamento do NDE

Resolução CSAA nº 02/2011 - Estágio

Resolução CSAA nº 04/2011 - Atividades Complementares

Resolução CSAA nº 05/2012 - Aprova o Regulamento do Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas.

1.4 Número de Vagas:

120 vagas anuais.

1.5 Atos de Regularização:

Resolução CSAA nº 03/2012

1.6 Turno de Funcionamento:

Noturno (com práticas, estágios curriculares e outras atividades curriculares diurnas conforme atividades previstas no Projeto Pedagógico do Curso).

2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

A Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste – FEEIN, Entidade Mantenedora, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sediada na cidade de Taquara/RS, criada em 31 de dezembro de 1969, pelos municípios de Taquara, Rolante, Igrejinha, Três Coroas e São Francisco de Paula. Desde sua criação, assim como ao longo de toda a sua trajetória, é uma instituição radicalmente comunitária, sendo fruto, e ao mesmo tempo partícipe, dos anseios, interesses e necessidades da comunidade em que está inserida.

Em 1970, a FEEIN viabilizou o ensino de terceiro grau na cidade de Taquara através da extensão do Curso de Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (São Leopoldo/RS). Sua administração acadêmica tornou-se autônoma em 1978, com a criação da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Taquara – FACCAT (sigla com a qual se designa atualmente as unidades que constituem as Faculdades Integradas de Taquara).

Como consequência da permanente e crescente demanda por ensino superior na região, e dadas as melhorias e ampliações de espaço físico e de infraestrutura disponibilizadas pela FEEIN, principalmente com a construção da nova Sede, inaugurada em 2000, foram sendo oferecidos outros cursos, como os cursos de bacharelado em Psicologia e em Enfermagem e os tecnológicos em Sistemas para Internet, Gestão Comercial e da Qualidade, os mais recentes. Na área das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas, estão em funcionamento os cursos de Bacharelado em Administração; Ciências Contábeis; Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, todos bem conceituados na comunidade local e bem avaliados pelos órgãos avaliadores oficiais. No último ciclo avaliativo – 2009, 2010 e 2011 - a FACCAT ficou com o Índice Geral de Curso – IGC faixa: 4

No ano de 2005 foi desenvolvido o Plano de Desenvolvimento Institucional e elaborado um regimento único, com a finalidade de integrar todas as Faculdades de Taquara, modificando e adaptando sua estrutura administrativa e acadêmica para torná-la ainda mais ágil e eficiente, pela maior sinergia de esforços, recursos e saberes. A partir da Portaria SESu/MEC N.º 921, de 07 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2007, que integrou as Faculdades de Ciências Humanas e da Saúde de Taquara, Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Taquara, Faculdade de Educação de Taquara, Faculdades de Ciências da Comunicação de Taquara, Faculdade de

Informática de Taquara e Faculdade de Engenharia de Taquara e Instituto Superior de Educação de Taquara, as quais passaram a compor as Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Atualmente, as Faculdades Integradas de Taquara compreendem os cursos de Administração (com linhas de formação específica em Administração, Finanças, Gestão de Pessoas, Marketing e Negócios Internacionais), Ciências Contábeis, Turismo, Pedagogia, Letras, Matemática, História, Comunicação Social - Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, Sistemas de Informação, Engenharia de Produção, Psicologia, os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Comercial, Sistemas para a Internet e Gestão da Qualidade (estes três últimos autorizados pelo MEC em setembro de 2009) e o Curso de Enfermagem (autorizado em 2011, pela Portaria SERES/MEC nº 245).

No ensino de pós-graduação, a FACCAT vem igualmente se desenvolvendo, tendo oferecido, ao longo de sua trajetória, inúmeros cursos de pós-graduação lato sensu. Atualmente estão ocorrendo os seguintes cursos:

**Cursos de Pós-Graduação
2014**

Curso de Especialização	Perfil	Área de Conhecimento SAGA	Convênio	Local de oferta
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Porto Alegre
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Santa Maria
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Salvador/BA
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Caxias do Sul
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	São Paulo
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Brasília
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Rio de Janeiro
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Pelotas
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Fortaleza
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Belo Horizonte
Psicoterapia com Ênfase na Família	Especialização	Ciências Humanas	DOMUS	Porto Alegre

Comunicação e Marketing Empresarial	Especialização	Ciências Sociais Aplicadas	-	Faccat
Economia, Contabilidade e Finanças para Cooperativas	Especialização	Ciências Sociais Aplicadas	SESCOOP/RS	Uruguiana
Gestão Educacional: Supervisão e Orientação	Especialização	Ciências Humanas	-	Faccat
Gestão Local do Saneamento Público	Especialização	Ciências Sociais Aplicadas	FDRH	Faccat
Gestão de Cooperativas	Especialização	Ciências Sociais Aplicadas	SESCOOP/MT	Cuiabá
Comportamento Humano nas Organizações	MBA	Ciências Sociais Aplicadas	-	Faccat
Controladoria e Finanças	MBA	Ciências Sociais Aplicadas	-	Faccat
Gestão Empresarial	MBA	Ciências Sociais Aplicadas	-	Faccat

**Cursos de Pós-Graduação
2013**

Nome	Especialização	Área de Conhecimento	Convênio	Local de oferta
Avaliação Psicológica	Especialização	Ciências Humanas	-	Faccat
Gestão de Cooperativas	Especialização	Ciências Sociais Aplicadas	SESCOOP	Manaus/AM
MBA em Comportamento Humano nas Organizações	MBA	Ciências Sociais Aplicadas	-	Faccat
MBA em Controladoria e Finanças	MBA	Ciências Sociais Aplicadas	-	Faccat
MBA em Gestão Empresarial	MBA	Ciências Sociais Aplicadas	-	Faccat
Metodologia de ensino e práticas inovadoras: Gestão Educacional Supervisão Orientação	Especialização	Ciências Humanas	-	Faccat
Psicologia Organizacional	Especialização	Ciências Humanas	IDG	Porto Alegre/RS
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Porto Alegre/RS
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Caxias do Sul/RS
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Salvador/BA

Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Santa Maria/RS
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Passo Fundo/RS
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Brasília/DF
Psicoterapia com Ênfase em Casal	Especialização	Ciências Humanas	DOMUS	Porto Alegre/RS
Psicoterapia com Ênfase na Família	Especialização	Ciências Humanas	DOMUS	Porto Alegre/RS

Cursos de Pós-Graduação

2012

Nome	Especialização	Área de Conhecimento	Convênio	Local de oferta
Comportamento Humano nas Organizações	Especialização	Ciências Sociais Aplicadas	-	FACCAT
Dependência Química e Promoção da Saúde	Especialização	Ciências Humanas	-	FACCAT
Gestão de Cooperativas	Especialização	Ciências Sociais Aplicadas	UNICRED	Novo Hamburgo/RS
MBA em Controladoria e Finanças	MBA	Ciências Sociais Aplicadas	-	FACCAT
MBA em Gestão Empresarial	MBA	Ciências Sociais Aplicadas	-	FACCAT
Psicologia Organizacional	Especialização	Ciências Humanas	IDG	Porto Alegre/RS

Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Porto Alegre/RS
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Caxias do Sul/RS
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Salvador/BA
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	São Paulo/RS
Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	Especialização	Ciências Humanas	WP	Santa Maria/RS
Psicoterapia com Ênfase em Casal	Especialização	Ciências Humanas	DOMUS	Porto Alegre/RS
Psicoterapia com Ênfase na Família	Especialização	Ciências Humanas	DOMUS	Porto Alegre/RS
Saúde Mental e Atenção Psicossocial	Especialização	Ciências Humanas	-	FACCAT

Quadro 1 - Cursos de Pós-graduações ofertados pelas Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT

Em 2012, como um passo a mais no rumo da expansão qualitativa e quantitativa, a FACCAT teve recomendado o seu primeiro programa de pós-graduação estrito senso, em nível de mestrado: o programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

A FACCAT - Faculdades Integradas de Taquara - que abrigará também o Curso de Direito é uma instituição de ensino privada que prima por um ensino de excelência, pelo incentivo à pesquisa e pela qualidade das atividades de extensão, voltada à formação integral de seus alunos e à formação de profissionais que possuam competência para atender às necessidades da comunidade regional. A FACCAT guia-se pelo seu Regimento e pelo Estatuto da sua mantenedora, a Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste – FEEIN.

O Regimento das Faculdades Integradas de Taquara delimita claramente os campos de atuação, estabelecendo atribuições para que haja um relacionamento harmonioso, visando à concretização eficaz de seus objetivos. Um dos instrumentos dessa ação é o Conselho Superior Acadêmico e Administrativo, que é um órgão de função normativa, deliberativa e judicante das Faculdades Integradas de Taquara, cuja composição e competência são descritas no Regimento Geral da Instituição.

A partir desta integração, criou-se um perfil institucional pautado na **missão** de *ter compromisso com a promoção da excelência no ensino, na extensão e na pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento de seres humanos cidadãos, conscientes de sua inserção e responsabilidade social.* A FACCAT tem por **visão** *ser uma instituição de ensino superior de referência com foco na qualidade e na excelência do ensino, da extensão e da pesquisa, proporcionando o desenvolvimento social para a comunidade em que está inserida.*

Os **princípios para a prática educacional** incluem a *qualidade* na preparação de profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria da qualidade de vida da sociedade; a *ética* na transparência nas relações institucionais com todos os públicos; a *democratização* através da expansão do acesso ao ensino superior; e o *ser humano*, a partir do compromisso com a formação integral.

Para atender a estes princípios, o Curso de Direito tem sido concebido e organizado administrativamente por meio de reuniões sistemáticas do seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), com a construção das propostas contidas neste Projeto Pedagógico. O NDE, presente nos instrumentos de avaliação para fins de Autorização e Renovação de Reconhecimento de curso, conforme deliberado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) em 2008, é composto por um grupo de professores que respondem diretamente

pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Este grupo de docentes é responsável pela sistematização e apresentação de propostas para a construção do curso, através da oferta de alternativas pedagógicas que serão apreciadas no Colegiado do Curso e, posteriormente, aprovadas pelo Conselho Superior Acadêmico e Administrativo.

A partir do exposto, elabora-se o presente Projeto Pedagógico do Curso de Direito, que apresenta as diretrizes e bases que orientam a estruturação e a organização do Curso de Direito das Faculdades Integradas de Taquara, indicando os pressupostos que norteiam a formação oferecida aos estudantes.

3. JUSTIFICATIVA DO CURSO

3.1. Necessidades institucionais

As Faculdades Integradas de Taquara, em atendimento aos objetivos estratégicos institucionais (FACCAT, PDI 2011-2015), compromete-se com a implementação de cursos que atendam às necessidades da região.

A criação do Curso de Direito, além de estar em conformidade com as exigências legais, vai ao encontro das mudanças sociais acontecidas nos últimos anos. Além disso, é resultado da percepção avaliativa da comunidade local, das lideranças políticas, empresariais e sociais da região de abrangência da FACCAT. Fiel à sua missão e à sua condição de instituição radicalmente comunitária, como demonstra o PDI da Faculdade, a FEEIN – Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste, através da sua mantida, sente-se chamada e capacitada a oferecer o curso de Direito nos moldes do Projeto Pedagógico do Curso de Direito proposto.

3.2. Necessidades regionais

O Curso de Direito das Faculdades Integradas de Taquara pretende abranger vários municípios da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, RS. A região especificamente destacada é a do chamado Vale do Paranhana e arredores, que é a região de procedência da grande maioria dos alunos dos demais cursos da instituição. Os municípios de Araricá, Cambará do Sul, Campo Bom, Canela, Gramado, Igrejinha, Jaquirana, Nova Hartz, Parobé, Riozinho, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Sapiranga, Taquara e Três Coroas compõem a abrangência inicial do Curso de Direito da FACCAT no sentido de se explorar as necessidades e de desenvolvimento regional desses municípios a partir das suas características sociais, econômicas e jurídicas.

A área geográfica delimitada, de 8.650,60 km², apresenta uma população residente de 497.739 habitantes, com uma média de densidade demográfica de 207,68 hab/ km², bastante superior à média do Estado de 38,1 hab/km². Os municípios de Sapiranga, Campo Bom,

Taquara e Parobé são, na ordem mencionada, os mais populosos, e concentram 49,46% dessa população, sendo, no total, 246.196,00 habitantes (FEEIN, 2015).

Observa-se, por oportuno, que população do município sede e dos municípios vizinhos somam quase 500 mil habitantes, estando em uma região que conta com apenas um curso de Direito – extensão de uma Universidade – em espaço geográfico que não oferece facilidade de locomoção (pública ou privada) com a região de abrangência a da FACCAT.

Há, ainda, espaços privilegiados para estágios e para absorção dos profissionais egressos dos cursos, conforme demonstrado nesta justificativa que trata dos serviços públicos e privados da região.

No quadro abaixo são apresentadas as principais características socioeconômicas da região:

Cidade de Abrangência	População Total (2013)	Área km ² (2013)	Densidade Demográfica hab/km ² (2013)	Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais – percentual (2010)	PIB per capita (2012)	Número de estabelecimentos de ensino da Educação Básica (2013)	Número de matrículas no ensino médio (2013)
Araricá	5.152	35,3	146	4,93	16.932	9	269
Cambará do Sul	6.568	1.208,60	5,40	6,88	16.226	9	255
Campo Bom	61.317	60,5	1.013,30	3,18	25.369,00	60	2.605
Canela	40.520	253,8	159,7	4,21	13.348,00	41	1.561
Gramado	33.187	237,8	139,5	2,82	22.294,00	42	1.219
Igrejinha	32.778	135,9	241,3	3,48	28.505,00	33	1.254
Jaquirana	4.093	907,9	4,5	10,72	13.121,00	4	156
Nova Hartz	19.049	62,6	304,5	3,35	25.281,00	16	844
Parobé	52.875	108,6	486,7	4,56	13.814,00	38	1.716
Riozinho	4.351	239,6	18,2	8,39	16.326,00	10	177
Rolante	19.994	295,6	67,6	6,59	15.596,00	29	643
Santo Antônio da Patrulha	40.329	1.049,80	38,40	9,05	17.241,00	59	1.399
São Francisco de Paula	20.817	3.272,90	6,40	7,46	15.616,00	29	827

Cidade de Abrangência	População Total (2013)	Área km ² (2013)	Densidade Demográfica hab/km ² (2013)	Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais – percentual (2010)	PIB per capita (2012)	Número de estabelecimentos de ensino da Educação Básica (2013)	Número de matrículas no ensino médio (2013)
Sapiranga	76.610	138,3	553,9	3,91	19.535,00	53	3.264
Taquara	55.394	457,9	4,34	4,34	14.646,00	62	1.853
Três Coroas	24.705	185,5	133,2	3,97	21.665,00	24	693
TOTAL – Cidades de abrangência	497.739	8.650,60	207,68*	5,49%*	18.469,69*	518	18.735
Estado do Rio Grande do Sul	10.841.802	281.748,5	38,1	4,53	26.142	10.046	372.435

Rótulo	População Total (2013)	Área km ² (2013)	Densidade Demográfica hab/km ² (2013)	Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010)	PIB per capita (2012)	Número de estabelecimentos de ensino da Educação Básica (2013)	Número de matrículas no ensino médio (2013)
Rio Grande do Sul	95,61%	97,02%	15,50%	45,21%	58,60%	95,10%	95,21%
Cidades de abrangência	4,39%	2,98%	84,50%	54,79%	41,40%	4,90%	4,79%

* Média da dos valores considerando as 17 cidades de abrangência do curso de Direito.

Rótulo	População Total (2013)	Área km ² (2013)	Densidade Demográfica hab/km ² (2013)	Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010)	PIB per capita (2012)	Número de estabelecimentos de ensino da Educação Básica (2013)	Número de matrículas no ensino médio (2013)
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte:

1. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/?letra=R>
2. Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp?ACAO=acao1>
3. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: Inep.gov.br

Quadro 2 - Dados demográficos da região de abrangência da FACCAT (IBGE, 2012; FEE, 2012).

A população mencionada está politicamente organizada em 17 municípios, acima arrolados, administrada pelos executivos municipais, com seus prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais, e representada pelas respectivas Câmaras de Vereadores, compostas por um total de 192 edis. Todos estes órgãos de gestão pública e representação popular, eles próprios, assim como todo o conjunto de órgãos e pessoal auxiliar, demandam conhecimento jurídico, além de serem, inclusive, espaços privilegiados de atuação de advogados ou bacharéis em Direito.

Além dos poderes executivo e legislativo locais, atuam na região de abrangência mencionada inúmeros organismos que prestam os mais variados serviços públicos, conforme pode visualizar-se abaixo:

a) Poder Judiciário Estadual

O território do Estado do Rio Grande do Sul, para efeitos da administração da Justiça, é dividido atualmente em 164 Comarcas, dessas, 11 atendem as cidades de abrangência da FACCAT, como segue:

Cidades de abrangência da FACCAT	Outros municípios jurisdicionados	Município de sede da comarca	Composição
- Araricá - Nova Hartz - Sapiranga	-	Sapiranga	- 1º, 2º e 3º Varas Cíveis; - Vara Criminal; - Protocolo-Geral
- Cambará do Sul - São Francisco de Paula	-	São Francisco de Paula	- Vara Judicial
- Campo Bom	-	Campo Bom	- 1º e 2º Varas Cíveis; - Protocolo-Geral.
- Canela	-	Canela	- 1º e 2º Varas Judiciais; - Juizado Especial Cível.
- Gramado	-	Gramado	- 1º e 2º Vara Judiciais; Juizado Especial Cível.
- Igrejinha	-	Igrejinha	- Vara Judicial
Jaquirana	São José dos Ausentes	Bom Jesus	- Vara Judicial

- Parobé	-	Parobé	- 1º e 2º Vara Judicial
- Riozinho - Rolante - Taquara	-	Taquara	- 1º, 2º e 3º Vara Judicial
- Santo Antônio da Patrulha	Caraá	Santo Antônio da Patrulha	- 1º e 2º Vara Judicial
- Três Coroas	-	Três Coras	- Vara Judicial

Fonte: Tribunal de Justiça:

http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/comarcas/comarcas_e_municipios_jurisdicionados/

Quadro 3 – Poder Judiciário Estadual

Rótulos	Quantitativo	%
Juizado Especial Cível	2	8%
Protocolo-Geral	2	8%
Vara Cível	5	20%
Vara Criminal	1	4%
Vara Judicial	15	60%
Total Geral	25	100,00%

Fonte: Tribunal de Justiça:

http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/comarcas/comarcas_e_municipios_jurisdicionados/

Quadro 4 – Quantitativo e Percentual - Poder Judiciário Estadual

b) Poder Judiciário Trabalhista

Município de sede	Outros municípios jurisdicionados	Composição
Gramado	Cambará do Sul, Canela, Gramado, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula.	1º e 2º Varas do Trabalho
Sapiranga	Araricá, Campo Bom, Nova Hartz, Sapiranga.	1º, 2º e 3º Varas do Trabalho

Taquara	Igrejinha, Riozinho, Taquara, Três Coroas.	Parobé, Rolante,	1º, 2º, 3º e 4º Varas do Trabalho
---------	--	---------------------	--------------------------------------

Fonte: Tribunal regional do Trabalho: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/institucional/varas>.

Quadro 5 - Poder Judiciário Trabalhista

c) Serventias Extrajudiciais

Cartórios e/ou Ofícios especializados extrajudiciais estão instalados em 13 municípios, como pode ser observado a seguir:

Município de sede	Número de unidade (Cartórios e Tabelionatos)
Cambará do Sul	1
Campo Bom	2
Canela	2
Gramado	2
Igrejinha	2
Jaquirana	1
Parobé	2
Rolante	2
Santo Antônio	4
São Francisco de Paula	4
Sapiranga	2
Taquara	3
Três Coroas	2
Total	29 Órgãos

Fonte:

Conselho Nacional de Justiça – Corregedoria: http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/?

Quadro 6 - Serventias Extrajudiciais

A economia dessa região se alicerça fortemente na área da prestação de serviços, com órgãos públicos e instituições privadas, e no comércio, que atua em todos os setores, sem prejuízo da tradicional indústria coureiro-calçadista, além da metalurgia, eletrônica, química, malhas, móveis, alimentos, celulose e ferramentas e das remanescentes atividades primárias da agricultura e pecuária. O turismo, vocação muito expressiva da população e das organizações, está em permanente crescimento, com predominância nas cidades de Gramado e Canela, conhecidas mundialmente pelo adequado aproveitamento de seus recursos naturais e humanos.

Atualmente, segundo informações do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT, estão em atividades 63.210 empresas registradas, incluídas as microempresas, nos municípios integrantes da área de abrangência da FACCAT. Destas 7.007 (11,09%) estão localizadas no município de Taquara, 9.209 (14,57%) no município de Sapiranga e 8.341 (13,20%) no município de Campo Bom.

A tabela a seguir apresenta o número de empresas e os respectivos percentuais dos municípios da área de abrangência da FACCAT, em ordem decrescente, demonstrando o potencial da região para a assunção de egressos do curso que a Faculdade propõe:

Cidades	Nº de Empresas (2014)	% Empresas
Sapiranga	9.209	14,57%
Campo Bom	8.341	13,20%
Taquara	7.007	11,09%
Gramado	6.551	10,36%
Canela	5.541	8,77%
Parobé	5.339	8,45%
Igrejinha	4.848	7,67%
Santo Antônio da Patrulha	4.503	7,12%
Três Coroas	3.356	5,31%
São Francisco de Paula	2.124	3,36%
Nova Hartz	1.729	2,74%
Rolante	1.696	2,68%

Cambará do Sul	1.069	1,69%
Morro Reuter	507	0,80%
Lindolfo Collor	422	0,67%
Santa Maria do Herval	395	0,62%
Riozinho	327	0,52%
Presidente Lucena	246	0,39%
Total Geral	63.210	100,00%

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT: <https://www.ibpt.org.br/>

Quadro 7 – Número e percentual de empresas dos municípios da área de abrangência da FACCAT.

Dados dos Estabelecimentos de Indústria, Comércio e Serviço da região de abrangência da FACCAT (2013):

Setor	Nº de Estabelecimentos	% de Estabelecimentos
Comércio	5.654	39,80%
Indústria	4.102	28,87%
Serviço	4.451	31,33%
Total Geral	14.207	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>

Quadro 8 - Estabelecimentos de Indústria, Comércio e Serviço da região de abrangência da FACCAT

Cidades	Nº de Indústrias	% de Indústrias	Nº de Comércio	% de Comércio	Nº de Serviços	% Serviços
Cambara do Sul	20	0,49%	56	0,99%	107	2,40%
Campo Bom	627	15,29%	728	12,88%	536	12,04%
Canela	189	4,61%	519	9,18%	504	11,32%
Gramado	294	7,17%	807	14,27%	1001	22,49%
Igrejinha	485	11,82%	407	7,20%	286	6,43%
Lindolfo Collor	31	0,76%	36	0,64%	26	0,58%
Morro Reuter	38	0,93%	61	1,08%	37	0,83%
Nova Hartz	148	3,61%	205	3,63%	98	2,20%
Presidente Lucena	31	0,76%	32	0,57%	27	0,61%
Riozinho	44	1,07%	40	0,71%	17	0,38%
Rolante	239	5,83%	230	4,07%	128	2,88%
Santa Maria do Herval	30	0,73%	45	0,80%	30	0,67%
Santo Antônio da Patrulha	272	6,63%	457	8,08%	300	6,74%
São Francisco de Paula	65	1,58%	178	3,15%	173	3,89%
Sapiranga	823	20,06%	988	17,47%	535	12,02%
Taquara	342	8,34%	634	11,21%	456	10,24%
Três Coroas	424	10,34%	231	4,09%	190	4,27%
Total Geral	4.102	100,00%	5.654	100,00%	4.451	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>

Quadro 9 - Estabelecimentos de Indústria, Comércio e Serviço da região de abrangência da FACCAT

Toda esta estrutura e organização social, política e econômica, da qual a FEEIN, Mantenedora da FACCAT, é parte e para cujo desenvolvimento ela foi constituída há mais de 40 anos, como visto acima, demanda profissionais jurídicos, tanto os operadores jurídicos estrito senso como uma gama enorme de profissionais auxiliares (oficiais, escreventes, assistentes de escritório, de departamentos de pessoal, etc), com necessidades de formação e atualização jurídicas permanentes. Para suprir esta demanda, a FACCAT tem sido solicitada frequentemente pelas lideranças políticas e empresariais locais. Atualmente funciona, em toda a região de abrangência da FACCAT, um único curso de Direito, oferecido por uma Instituição com sede muito distante da região, sob a forma de extensão de suas instalações.

Por outro lado, o significativo contingente de alunos que a cada ano conclui o ensino secundário interessados em cursar Direito, ou obrigam-se a deslocar-se para cidades da grande Porto Alegre, submetendo-se aos riscos, aos custos e às demoras destes deslocamentos diários em estradas sempre mais congestionadas; ou realizam outros cursos da própria FACCAT, diferentes do curso desejado; ou, ainda, simplesmente desistem de cursar ensino superior, em evidente desperdício de capacidades em país tão necessitado de formação superior. Cabe lembrar aqui que o curso de Direito não forma só profissionais para as profissões jurídicas estrito senso, mas é um dos cursos de educação superior mais indicados para a formação geral das pessoas, capacitando-as para o exercício das mais variadas atividades econômicas, além de torná-las melhores cidadãos e melhores seres humanos.

Esses dados e considerações servem para justificar a necessidade regional de preparar e formar profissionais da área jurídica para atender a demanda social da região abrangida pela FACCAT. Acredita-se que a comunidade local possa transformar a realidade dos municípios envolvidos a partir do Curso de Direito que vai preparar profissionais com experiências pautadas na realidade local, conhecendo as características e peculiaridades da população envolvida. Também se torna oportuno ressaltar que os serviços reconhecidos e cadastrados serão os campos de práticas das atividades desenvolvidas durante a formação do estudante nas disciplinas práticas e estágios.

De outra parte, a Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste – FEEIN, através de sua mantida, a FACCAT, fiel à sua missão e à sua condição de instituição radicalmente comunitária, sente-se chamada e capacitada a oferecer o curso de Direito nos moldes do presente Projeto Pedagógico ora proposto, que, pelas características descritas ao longo de todo o projeto e considerados os critérios legais e regulamentares em vigor, deve ser

havido como um “projeto de curso diferenciado e de evidente alta qualificação” (IN OAB 01/2008, Art. 8º).

3.3. Determinação legal

A criação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito atende às Diretrizes Curriculares Nacionais, instituídas através da Resolução CNE/CES n.º 09/2004, e dos Pareceres CNE/CES n.º 55/2004 e 211/2004, bem como está adequada às disposições e carga horária estabelecidas pela Resolução CNE/CES n.º 02/2007 e Parecer CNE/CES nº 08/2007, assim como atende à legislação arrolada no item 1.3 do presente Projeto Pedagógico.

4 CONCEPÇÃO DO CURSO

Os pressupostos teóricos que nortearão o ensino do Direito nas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Direito.

Estas diretrizes, lidas e examinadas em profundidade e em conjunto com os dispositivos normativos referentes à avaliação dos cursos de Direito (Portaria INEP 129/2009, por exemplo), bem como com a doutrina científica mais atualizada, remetem a duas questões centrais e que estão interligadas: 1) a superação da compreensão do Direito legada pelo positivismo jurídico, pela qual o Direito, além de confundir-se com a lei, é visto como algo dado, neutro, restrito e abstrato, descomprometido e alheio à realidade social, econômica, política e moral das comunidades; esta superação implica, igualmente, a superação de uma metodologia de ensino baseada na “transmissão do conhecimento”, e 2) a busca de uma formação jurídica que, além de sólida, seja ampla, humanística e axiológica, permitindo ao educando e futuro profissional uma aprendizagem autônoma e permanente.

Em efeito, ao contrário da concepção clássica do positivismo jurídico, atualmente requer-se uma compreensão do Direito, e juristas comprometidos com ela, como um instrumento a serviço da transformação da sociedade. Mas não de qualquer transformação, senão daquela que leve a estruturas e procedimentos que, além de *reconhecer* a dignidade da pessoa humana, sejam capazes de *protegê-la* e *desenvolvê-la*. Pela nossa Constituição, a serviço da dignidade da pessoa humana está a própria República Federativa do Brasil (CF, Art. 1º, III) e, por consequência, todas as estruturas e instituições sociais, políticas e econômicas. Os outros valores fundantes da República, expressos nos demais incisos do Art. 1º da Constituição - a soberania (I), a cidadania (II), os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (IV) e o pluralismo político (V) -, bem como os expressos em outros espaços da topografia constitucional e infraconstitucional, são desdobramentos deste valor da dignidade da pessoa humana ou condições de possibilidade para que a vida digna possa existir e desenvolver-se. O valor-fonte, a idéia-força, de toda a sociedade, e do ordenamento jurídico como um todo, é a dignidade da pessoa humana. O Direito, portanto, ao contrário do que pretendia o positivismo, tem um compromisso!

A explicitação de valores a serem defendidos e implementados, principalmente do valor da dignidade da pessoa humana, como idéia-força, é uma conquista do chamado neoconstitucionalismo, estando presente na maior parte das Constituições promulgadas a

partir do início do Século XX. Pode citar-se como exemplo, por sua influência no nosso entorno cultural e pelos acontecimentos que cercaram, ou antecederam, seu surgimento, a Lei Fundamental alemã de 1949. Diz a Constituição alemã: “a dignidade humana é inviolável. Repará-la e protegê-la é obrigação de todos os poderes estatais” (Art. 1º, I).

A dignidade da pessoa humana é uma idéia que está presente no pensamento filosófico, político e jurídico dos mais diversos tempos e culturas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, recolheu-a em seu Artigo 1º, nestes termos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito e fraternidade”. Este certamente é um dos temas em que mais se faz necessário o diálogo interdisciplinar, principalmente entre a Filosofia, a Política, a Economia e o Direito, embora cada uma destas ciências conserve sua autonomia e especificidades metodológicas. “O jurista quando utiliza argumentos filosóficos busca auxílio para solução de dilemas jurídicos” (GODOY, p. 10)

No nosso entorno cultural ocidental, os aportes mais significativos para o desenvolvimento desta idéia da dignidade da pessoa humana, provavelmente, são os do pensamento religioso cristão e das teorias jusnaturalistas racionalizadas e secularizadas. Para o cristianismo, todos os seres humanos são dignos, e dignos igualmente, porque foram criados à imagem e semelhança do Criador. Já Immanuel Kant, expoente sempre citado daquelas teorias jusnaturalistas, funda a dignidade humana na autonomia ética do ser humano: os humanos, dada a sua racionalidade, são capazes de autodeterminar-se a si mesmos. Com base neste fundamento, Kant sustenta que o homem existe como fim em si mesmo, não podendo nunca ser meio para uso arbitrário da vontade de outrem (SARLET).

Mais recentemente, passou a destacar-se um outro aspecto da dignidade humana, sem negar aquele aspecto ontológico. A dignidade da pessoa humana, além deste aspecto ontológico (um ser), decorrente de sua criação divina ou de sua peculiar natureza racional, é um vir-a-ser: a pessoa humana não nasce digna (ou não só), mas torna-se digna. Introduzido este aspecto, particularmente significativo para o Direito, adquirem maior relevância o contexto social e histórico, as estruturas e os procedimentos, as inter-relações humanas. Não basta que o meio-ambiente social, econômico, político e jurídico reconheça a dignidade humana. É preciso que ele possa ser constantemente construído e reconstruído – e não algo (im)posto desde fora -, para possibilitar que a pessoa humana, em participando desta construção e reconstrução, se desenvolva dignamente, como senhor de seu destino e não como objeto de vontades externas a ele.

Em vista do que se acabou de dizer, assumem especial importância as chamadas teorias construtivistas, para as quais, no terreno da Ética e do Direito, a ordem normativa não é algo que nos vem imposto desde fora, a que devemos submeter-nos, e que nos seja revelado, como se fora alguma vontade divina, ou que possamos descobrir, como se fosse a ordem física. Esta ordem normativa, no entanto, tampouco é algo que possamos intuir livre e subjetivamente, ou que possamos convencionar arbitrária e relativisticamente, ou, ainda, que possamos mudar quando e como nos aprouver ou quando e como o indicarem nossos interesses. O teórico construtivista “constrói” sua teoria (modelo) ou seu constructo – ao qual submeterá a ordem normativa, os acordos e procedimentos existentes ou a serem estabelecidos - a partir de convicções amplamente generalizadas e compartilhadas na sociedade (CARRACEDO). Ele trata estas convicções ou “as intuições de justiça” como “traços estabelecidos de uma teoria geral a ser construída, como se um escultor se propusesse a esculpir o animal que melhor se ajusta à pilha de ossos que por acaso encontrou” (DWORKIN, p. 249).

Nesse sentido, parece ser especialmente profícua para o Direito a chamada Ética Discursiva, que “constrói” seu constructo, o da situação ideal de fala, a partir das cotidianas ações de comunicação humanas, que, na sua origem e essência, estão vocacionadas para produzir o entendimento entre as pessoas. Nestas ações comunicativas, os falantes, ainda que implicitamente, sob pena de contradição performativa, não excluem ninguém, se reconhecem como interlocutores válidos e pressupõem que o acordo sobre a correção (justiça) das normas é possível. O que a Ética Discursiva propugna, enfim, é que a correção (a legitimidade) das normas e da ordem social é fruto de discussões reais em que participem e concordem (ou possam concordar) os atingidos por elas. O princípio kantiano da universalidade fica, assim, reformulado, desde uma perspectiva monológica para uma perspectiva dialógica, contemplando-se igualmente as conseqüências de sua aplicação. “Uma norma será válida quando todos os atingidos por ela possam aceitar livremente as conseqüências e efeitos secundários que se seguiriam, previsivelmente, de seu cumprimento geral para a satisfação dos interesses de cada um” (CORTINA, p. 89). Habermas, igualmente, tem destacado que, no caso da Ética Discursiva, ao exigir que sejam contempladas as conseqüências e os efeitos secundários que (previsivelmente) resultem do cumprimento geral de uma norma controvertida em determinados contextos e ao pressupor que os participantes no discurso atuem em primeira pessoa – cidadãos de carne e osso, que não são meros observadores -, estes participantes racionalmente não conseguem prescindir (completamente), ao fundamentarem normas, dos problemas de sua aplicação e suas conseqüências, não

conseguindo objetivar o sentido moral das normas “como algo que simplesmente se encontra no mundo” (HABERMAS, pp. 43-44).

Para a Ética Discursiva, enfim, a correção (justiça) das normas, a superação dos males sociais atuais, a convivência humana digna – a construção de uma ordem social e jurídica respeitadora e desenvolvedora da dignidade humana – é obtida a partir de diálogos reais, levados a efeito por pessoas reais, em ações de efetiva e humana comunicação, orientadas pelas condições ideais de diálogo, que estão implícitas, mas necessariamente aceitas pelos participantes, nas ações de comunicação orientadas ao entendimento. Evita-se assim tanto a imposição de uma ordem desde fora quanto o puro decisionismo relativista.

Mas, além de permitir a construção daquela ordem social e jurídica respeitadora da dignidade humana, esta dignidade, além de respeitada, é também desenvolvida pelo ato de construir (e reconstruir) aquela ordem social e jurídica. Efetivamente, os valores normalmente associados ao conceito de dignidade humana - a liberdade, a autonomia, a igualdade, a solidariedade, a responsabilidade e o respeito - subjazem ao construto da situação ideal de fala. A liberdade e a autonomia, porque pressupõem que sejam os próprios cidadãos, não (só) os seus representantes, quem expressem e deliberem sobre suas necessidades e interesses, além de permitir-lhes criticar e refazer acordos e poderes estabelecidos. Quem atua assim, livre e autonomamente, também se faz responsável por suas ações. A igualdade, porque o autêntico diálogo exige que todos possam participar de modo igual, e que não sejam os mais poderosos ou os “especialistas” os que tomem as decisões, o que reclama e insta a que haja uma maior igualação material e cultural, a fim de fugir das meras aparências de diálogo. A comunidade de diálogo, que busca cooperativamente a verdade e a correção (justiça), forma um corpo comum, uma solidariedade, que não pode prescindir de ninguém. O autêntico diálogo, mais do que o respeito mútuo, exige, por fim, uma autêntica interação humana (CORTINA, 1999, pp. 109-110).

Os procedimentos e a estrutura social democráticos, seu aperfeiçoamento e radicalização em direção às condições da situação ideal de diálogo, encontram assim sua justificação ético-político-jurídica. São pressupostos para o reconhecimento e o desenvolvimento da dignidade da pessoa humana, esta secular construção filosófico-moral e à cuja implementação estão ordenados, por exigência constitucional, todos os poderes constituídos. Os juristas, e a sua ciência, o Direito, não podem ficar alheios a esta exigência constitucional.

Concomitantemente à superação da compreensão tradicional do Direito legada pelo positivismo jurídico, em favor da compreensão do Direito como um instrumento a serviço da

dignidade da pessoa humana, na linha do que vem sendo exposto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Direito remetem igualmente à uma mudança da metodologia de ensino dominante nas faculdades de Direito. Os tradicionais métodos de ensino que privilegiam os espaços para a pura transmissão dos conhecimentos, baseados normalmente em aulas expositivas, além de não levarem a uma efetiva aprendizagem, atentam contra a dignidade do aluno como pessoa, pois o consideram objeto do processo. Na linha do que reclamam as teorias pedagógicas construtivistas, o aluno deve ser sujeito de sua formação, exercitando-se a busca autônoma dos saberes, a reflexão pessoal, a re-elaboração do saber, e privilegiando-se os espaços para propor, questionar e argumentar. Além disto, tão ou mais importante do que adquirir conhecimentos é saber o que fazer com eles, colocando-os a serviço da transformação social.

Propugnam ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Direito que os cursos de Direito assegurem “sólida formação geral, humanística e axiológica”, proporcionando aos alunos “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania” (CNE, Res. 9/2004, Art. 3º). Alguém já disse alhures que, “nada do que diz respeito ao homem, deve ser estranho ao jurista”. O jurista, antes e acima de ser um conhecedor (da forma) das leis vigentes, é (deve ser) um cientista social, um privilegiado partícipe do processo de tomada de decisões. Ele não pode ser alguém que vê o ordenamento jurídico como um obstáculo às transformações sociais, mas alguém que, nos diferentes contextos sociais e históricos, sabe extrair deste ordenamento jurídico as soluções mais condizentes com a dignidade da pessoa humana (MARQUES NETO, 214-215).

O curso de Direito aqui proposto lança mão de uma estrutura curricular, de uma metodologia de ensino e de uma organização, regulamentação e funcionamento comprometidos com a compreensão do Direito, com a metodologia de ensino e com a formação propugnadas pelas diretrizes curriculares mencionadas.

Após passar pelo processo seletivo geral da Instituição, que, além de servir para o preenchimento das vagas, proporcionará um diagnóstico das deficiências principalmente em relação ao idioma e aos conhecimentos gerais, os candidatos realizarão um conjunto de disciplinas e atividades que os introduzirão no universo do ensino superior e nas especificidades do conhecimento jurídico, além de oportunizar-lhes suprir aquelas

deficiências constatadas no processo seletivo e fornecer-lhes amplo instrumental necessário para os estudos posteriores. Como passo seguinte, o aluno tomará contato e dialogará com a teoria geral do Direito e com as teorias dos principais ramos, capacitando-o a, posteriormente, dedicar-se ao estudo das disciplinas de formação profissional, agrupadas por blocos temáticos, e às disciplinas e atividades de formação prática.

Esta estruturação não levará a uma segmentação entre teoria e prática, porque, por um lado, a abordagem das grandes teorias jurídicas será feita com permanente diálogo com a realidade das pessoas e das coletividades e com o exame dos impactos recíprocos. Especial exame merecerão as teorias no que diz respeito aos seus efeitos e compromissos com o Estado Democrático de Direito, como a estrutura social apta a reconhecer e desenvolver a dignidade da pessoa humana. Por outro lado, ao desenvolver as disciplinas e atividades atinentes aos blocos temáticos de formação profissional e as atividades de formação prática haverá um permanente resgate daquelas teorias fundamentadoras destas disciplinas e atividades. Além disto, a estrutura curricular prevê atividades práticas em diversos momentos da trajetória do aluno, além do Estágio Curricular.

A estrutura curricular por blocos temáticos, além de permitir ao aluno concentrar seus esforços sobre os temas específicos, possibilitará um exame abrangente das questões relacionadas a estes temas, através das disciplinas e atividades como palestras, visitas, estudos de casos. Permitirá também um diálogo interdisciplinar mais profícuo sobre os fenômenos de que se trate. Assim, nos estudos referentes ao bloco temático A Empresa e o Trabalho, será possível o exame e o diálogo interdisciplinar sobre os fenômenos da empresa e do trabalho envolvendo o Direito, a Administração, a Economia, a Psicologia (institucional), etc.

Especial consideração merece a metodologia de ensino a ser adotada ao longo de todo o curso. Em todas as disciplinas, em maior ou menor intensidade em função do tipo e duração da disciplina, após uma breve exposição introdutória aos conceitos e métodos da disciplina, haverá oportunidade para a busca de conteúdos (na literatura, na jurisprudência, em casos reais, etc) por parte do aluno, o exame e a reflexão pessoal sobre eles e a discussão em pequenos grupos e no grande grupo, sob acompanhamento e avaliação do professor. Pretende-se assim exercitar, em linha com o que apregoam os atuais estudos pedagógico-jurídicos (PINHEIRO), além da busca pessoal de informações, a aprendizagem autônoma, o exercício do diálogo, a busca consensuada de soluções sem exclusão, o trabalho em equipe, etc.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo Geral

A FACCAT, com a implantação do curso ora proposto, busca formar bacharéis em Direito generalistas, humanistas, criativos e crítico-reflexivos, capazes de problematizar a realidade, qualificados para o exercício das atividades jurídico-profissionais pertinentes, consideradas as demandas atuais da cidadania e do desenvolvimento econômico e científico, conscientes e comprometidos com as transformações da sociedade em direção a uma vida humana cada vez mais digna.

5.2 Objetivos Específicos

- Estimular, aportando as referências teóricas e experiências práticas pertinentes, a reflexão e a atuação diante da diversidade e complexidade da pessoa humana e dos desafios postos à convivência humana digna para todos.

- Recepcionar e desenvolver um novo paradigma de compreensão do Direito e do ensino jurídico, superando o preconceito ideológico da ordem jurídica como sinônima de manifestação da vontade estatal.

- Estimular a construção de habilidades para a compreensão do indivíduo como ser social e histórico, bem como das implicações dos contextos de vida e das condições sócio-político-culturais e econômicas na construção e aplicação do Direito, tendo em vista a máxima de que não é o homem feito para o Direito, mas o Direito para o homem.

- Oferecer espaços pedagógicos para que o estudante se perceba como sujeito de seu processo de formação, sempre orientado pelos grandes princípios constitucionais do Estado democrático de direito.

- Estimular o aprendizado permanente e interdisciplinar para responder às necessidades do indivíduo e da coletividade.

- Proporcionar atividades acadêmicas integradas à comunidade local e regional, associando ensino, pesquisa e extensão.

- Fomentar a construção de habilidades para o trabalho em equipe multiprofissional, favorecendo espaços para o exercício da liderança e dos espaços de diálogo para a resolução dos problemas da convivência social.

6 PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Graduação em Direito das Faculdades Integradas de Taquara, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Direito, Resolução CNE/CES n.º 9/2004, e com as definições do Núcleo Docente Estruturante - NDE - visa a formação de um profissional generalista, - com sólida formação geral, humanista e axiológica -, com capacidade crítica, reflexiva, criativa e humanista, que atue pautado em princípios éticos e conhecimento científico, em busca de uma convivência digna para todos.

Assim, o bacharel em Direito formado pela FACCAT será um verdadeiro cientista social que, além de ter o domínio dos saberes e informações técnico-jurídicos construídos e transmitidos de geração em geração ao longo dos tempos - embora, por vezes, descontextualizados em relação à atual situação social, política e econômica - estará apto a interagir numa sociedade organizada a partir de um sistema jurídico, sem nunca renunciar às práticas democráticas, solidárias e humanistas, próprias de uma sociedade estruturada como um Estado Democrático de Direito, ambiente dentro do qual se protege e se desenvolve a dignidade da pessoa humana.

6.1. Competências

Diante disto, ao longo do Curso de Direito da FACCAT, o aluno deverá ter desenvolvido as seguintes habilidades e competências:

I. Ter o domínio dos conteúdos do ordenamento jurídico vigente e da dogmática construída a respeito, desde uma perspectiva crítico-reflexiva, de forma a estar em condições de dar adequada solução aos interesses que lhe forem submetidos;

II. Ter formação cultural geral suficiente para permitir-lhe a interação dos conhecimentos técnico-jurídicos com o conhecimento social interdisciplinar e a atuação em equipes multidisciplinares;

III. Dominar amplamente o idioma pátrio e, em grande medida, ao menos um idioma estrangeiro, capacitando-o para a compreensão, interpretação e produção de textos de forma adequada aos propósitos da comunicação e ao contexto de uso;

IV. Ser capaz de expressar-se e argumentar, com o emprego de raciocínio lógico, da persuasão e da utilização adequada da terminologia jurídica;

V. Ser capaz de buscar autonomamente as informações e conhecimentos necessários para a sua atividade, preocupando-se com sua constante e permanente atualização, bem como de investigar cientificamente e produzir novos conhecimentos em matéria jurídica;

VI. Compreender e interpretar as situações que se apresentam aos profissionais do direito e saber administrar os conflitos a partir dos pressupostos da ciência jurídica dentro do contexto social e da singularidade do caso concreto;

VII. Aplicar o conhecimento adquirido de forma que os procedimentos e as soluções jurídicos respeitem e desenvolvam a dignidade da pessoa humana;

VIII. Perceber o Estado Democrático de Direito como referência e possibilidade de proteger e desenvolver a dignidade da pessoa humana, independentemente das vontades singulares das autoridades político-administrativas;

IX. Reconhecer as descobertas científicas e tecnológicas como indicadores de demandas por novas investigações e conhecimentos jurídicos para o aprimoramento das sociedades democráticas;

X. Ser capaz de intervir na realidade regional, a partir da consideração e conhecimento de suas características geográficas, culturais, econômicas e políticas, dentro de um enfoque de universalidade;

XI. Por fim, mas não por último, o egresso do Curso de Direito da FACCAT deverá desenvolver a percepção de que o fenômeno jurídico é algo que ultrapassa a idéia e as práticas ligadas à coação, buscando garantir as condições para uma vida humana digna, com distribuição de oportunidades e dos resultados da convivência, com respeito ao outro, à privacidade, à intimidade e à cidadania, o que inclui privilegiar, sempre que possível, a autocomposição dos conflitos, bem como atenção aos mecanismos extrajudiciais de sua resolução.

7 MATRIZ CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Graduação em Direito da Faccat é semestral. A carga horária total corresponde a 3.700 horas. As disciplinas e atividades curriculares estão agrupadas em blocos temáticos.

7.1 Blocos temáticos, disciplinas e atividades, e carga horária

Semestre	Bloco	Disciplina	Pré-Requisito(s)	Carga Horária	Créditos
1º	Introdução ao Ensino Superior e ao Curso de Direito	Metodologia Científica e do Curso	-	60	4
		Leitura, Redação e Interpretação de Textos	-	60	4
		História do Pensamento Jurídico e Direitos Humanos	-	60	4
		Introdução ao Estudo do Direito	-	60	4
		Filosofia	-	60	4
		Disciplinas Optativas:	-	-	-
		Informática para o Direito	-	60	4
		Língua Brasileira de Sinais-Libras	-	60	4
2º	Teorias e Fundamentos do Direito e do Estado I	Teoria Geral do Processo I	-	60	4
		Ciência Política e Teoria do Estado	-	60	4
		Teoria Geral do Constituição	-	60	4
		Teoria Geral do Direito Civil	-	60	4
		Teoria Geral do Direito Penal I	-	60	4
		Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol)	-	60	4
3º	Teorias e Fundamentos do Direito e do Estado II	Direito Constitucional	-	60	4
		Teoria Geral das Obrigações	-	60	4
		Teoria Geral do Processo II	-	60	4
		Teoria Geral do Direito Penal II	-	60	4
		Teoria Geral do Direito do Trabalho	-	60	4
		Disciplinas Optativas:	-	-	-
		Filosofia do Direito	-	60	4
		Sistemas Jurídicos	-	60	4
4º	A Pessoa e as Relações Privadas	Direito de Família	-	60	4
		Direito das Coisas	-	60	4
		Direito Processual Civil I	-	60	4
		Direito Sucessório	-	60	4
		Teoria Geral dos Contratos e Responsabilidade Civil	-	60	4
		Disciplinas Optativas:	-	-	-
		Direito Imobiliário	-	60	4
		Técnicas de Mediação Familiar	-	60	4

Semestre	Bloco	Disciplina	Pré-Requisito(s)	Carga Horária	Créditos
5º	Controle Social e Direito Penal	Direito Penal	-	60	4
		Direito Processual Penal I	-	60	4
		Direito Processual Penal II	-	60	4
		Prática de Processo Penal	-	60	4
		Ações Constitucionais	-	60	4
		Meio Ambiente e Crimes Ambientais	-	60	4
		Disciplinas Optativas:	-	-	-
		Psicologia Social	-	60	4
Técnicas de Júri	-	60	4		
6º	A Sociedade e o Estado I	Democracia, Cidadania e Dignidade Humana	-	60	4
		Direito Administrativo	-	60	4
		Direito Tributário I	-	60	4
		Direito do Consumidor	-	60	4
		Direito Processual Civil II	-	60	4
		Prática de Processo Civil	-	60	4
7º	A Sociedade e o Estado II	Direito Administrativo II	-	60	4
		Direito Tributário II	-	60	4
		Direito Internacional Público	-	60	4
		Direito Internacional Privado	-	60	4
		Direito Processual Civil III	-	60	4
		Disciplinas Optativas:	-	-	-
		Estado e Globalização	-	60	4
		Direito Eleitoral	-	60	4
Oficina de Elaboração de Projeto de TCC	-	60	4		
8º	A Empresa e o Trabalho I	Economia, Empresa e Produção	-	60	4
		Direito do Trabalho	-	60	4
		Contratos em Espécie	-	60	4
		Tipos Societários	-	60	4
		Títulos de Crédito	-	60	4
		Trabalho de Conclusão de Curso I	-	60	4

Semestre	Bloco	Disciplina	Pré-Requisito(s)	Carga Horária	Créditos
9º	A Empresa e o Trabalho II	Recuperação de Empresa e Falência	-	60	4
		Direito Processual do Trabalho	-	60	4
		Direito Previdenciário	-	60	4
		Direito Coletivo e Difuso	-	60	4
		Prática de Processo do Trabalho	-	60	4
		Trabalho de Conclusão de Curso II	-	60	4
		Disciplinas Optativas:	-	-	-
		Psicologia Institucional	-	60	40
		Recursos Humanos e Cálculos Trabalhistas	-	60	40
10º	Novos Direitos e Ética Profissional	Ética Profissional	-	60	4
		Inovação e Propriedade Intelectual	-	60	4
		Bioética e Biodireito	-	60	4
		Estágio I	-	90	6
		Estágio II	-	90	6
		Disciplinas Optativas:	-	-	-
		Direito da Comunicação e Internet	-	60	4
		Mediação, Arbitragem e Negociações Internacionais	-	60	4
Atividades complementares	160 horas				

Quadro 10 - Matriz Curricular

Disciplinas optativas: o aluno deverá cursar, ao longo do curso, 4 das disciplinas optativas arroladas, totalizando 240 horas, conforme a oferta institucional.

Integralização curricular (pré-requisitos): o aluno desenvolverá as atividades curriculares obrigatórias previstas, seguindo a sequência dos blocos. Iniciará matriculando-se nas disciplinas e atividades do primeiro bloco, em tantas quantas lhe permitirem as suas condições intelectuais e materiais e tendo em vista seu projeto de desenvolvimento curricular. Nas matrículas seguintes, poderá matricular-se em disciplinas e atividades do bloco seguinte mesmo que ainda não tenha concluído as do bloco anterior, desde que se matricule e curse todas as do(s) bloco(s) anterior(es) pendentes. A coordenação do curso oferecerá amplas orientações e aconselhamentos para um proveitoso caminho curricular, frente à situação pessoal de cada aluno.

**Observação:* a disciplina de Língua Estrangeira deve ser cursada pelos alunos que não têm proficiência em Inglês ou Espanhol, até o 5º semestre. As 60 horas serão acrescidas à carga horária total do curso para aqueles que cursarem a disciplina.

7.2 Periodização

As disciplinas serão oferecidas com periodicidade semestral.

7.3 Atividades complementares

As atividades complementares correspondem a uma estrutura opcional, que inclui atividades acadêmicas não contempladas pelo currículo, como disciplinas eletivas e outras atividades exercidas de acordo com a escolha pessoal do estudante, totalizando 160 horas. A formação complementar está de acordo com as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Direito e com a Resolução CSAA nº 04/2011, que regulamenta as Atividades Complementares dos Cursos de Graduação das Faculdades Integradas de Taquara.

Dispõe a referida Resolução CSAA nº 04/2011, da Faccat:

Art. 1º São Atividades Complementares aquelas que contribuem para o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e do perfil profissional pretendido em cada curso, devendo ser realizadas de acordo com as exigências estabelecidas na matriz curricular do curso e com os critérios estabelecidos em quadro anexo a essa Resolução.

Parágrafo único - As Atividades Complementares serão desenvolvidas dentro do período de realização dos cursos de graduação, a partir da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, respeitando as peculiaridades propostas nos respectivos projetos pedagógicos dos cursos.

Art. 2º São objetivos das Atividades Complementares:

I - complementar os conhecimentos propostos no projeto pedagógico do curso;

II - reconhecer competências, habilidades e conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar;

III - estimular a prática de estudos independentes para atualização profissional;

IV - ampliar os horizontes do conhecimento bem como sua prática além da sala de aula;

V - favorecer o relacionamento e a convivência com as diferenças sociais;

VI - articular a teoria e a prática;

VII - articular a pesquisa básica e a pesquisa aplicada; e

VIII - promover o relacionamento do estudante com a realidade social, econômica e cultural.

Objetivam propiciar um adicional à formação específica do estudante, tendo em vista que, para a concepção de um profissional da área do Direito, faz-se mister a atenção às transformações da sociedade e da produção do conhecimento. Assim, há necessidade de um dinamismo aberto à diversidade no desenvolvimento de competências e comprometimento com sua própria educação, tanto na vida acadêmica como em sua trajetória como profissional.

A organização curricular prevê o processo educativo voltado para a superação da fragmentação do saber e do fazer. Para tanto, o estudante deve optar por atividades de ensino, de pesquisa ou de extensão, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

As atividades poderão ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante as férias acadêmicas. A participação do estudante nestas atividades não justifica falta nas disciplinas. As atividades de ensino são compostas por disciplinas cursadas em instituições credenciadas

ou em outros cursos de graduação da FACCAT de acordo com o interesse do estudante. Ainda neste item estão as atividades de monitoria (regulamentadas pela Resolução N.º 01/2008 da Faccat, que aprova o Programa de Monitoria das Faculdades Integradas de Taquara) e os estágios não obrigatórios realizados em instituições públicas ou privadas, desde que venham ao encontro dos objetivos do Curso.

Quanto às atividades de pesquisa, trata-se da participação em projetos institucionais de pesquisa ou desenvolvidos em outras instituições; participação em programas de iniciação à pesquisa, publicação de artigos, ensaios, resenhas e outros textos de cunho científico, individual ou coletivo, em congressos, simpósios, encontros, jornais, revistas especializadas e livros; a formação de grupos de estudos e grupos de interesse com produção intelectual ou projeto com implementação real sob a supervisão de docentes e ou estudantes dos cursos de pós-graduação da IES; programas de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); e participação como palestrante em cursos, congressos ou seminários.

As atividades de extensão são subdivididas em Científico-Culturais e Comunitárias. No que se refere à Extensão Científico-Cultural, as atividades incluem encontros, jornadas, palestras, congressos, cursos de atualização, conferências, seminários, exposições, salas de leitura, fóruns, mesas-redondas, simpósios, oficinas, mostras de trabalhos acadêmicos, participação em grupos artísticos, dentre outros, e podem ocorrer nas formas de participação em eventos científico-culturais, apresentação de trabalhos em eventos científico-culturais e participação como membro de grupos científico-culturais da comunidade. A Extensão Comunitária compreende atividades que envolvem a comunidade, tais como: participação em programas ou projetos de extensão institucionalizados abertos à comunidade, participação em programas ou projetos de extensão oferecidos pela comunidade, realização de trabalho voluntário em atividades filantrópicas da área do curso, representação em conselhos da comunidade, participação em espaços profissionais internos e ou externos, viagens de estudo (quando não integrantes de conteúdo disciplinar) e visitas técnicas, quando não integrantes de atividade acadêmica prevista no currículo do curso.

As atividades complementares poderão ser aproveitadas mediante a apresentação de certificado, comprovante da experiência do estudante, atestados e outros documentos que serão analisados de acordo com o previsto na regulamentação institucional para esta atividade. .

7.4 Estágio Curricular

Conforme o disposto no Projeto Pedagógico Institucional, as Faculdades Integradas de Taquara assumem o compromisso de estimular a relação entre teoria e prática como um caminho refletido eticamente para ter uma ação integrada entre ensino, extensão e pesquisa.

Os Estágios Supervisionados, as práticas profissionais e as atividades complementares da FACCAT têm a finalidade de proporcionar a complementação da formação universitária. Estas atividades permitem que o estudante tenha acesso ao seu futuro campo profissional, num contato direto com a realidade, através de um determinado número de horas que ficará expresso no projeto pedagógico de cada curso.

A partir desta premissa, o Curso de Direito das Faculdades Integradas de Taquara prevê uma formação pautada na realidade do mundo do trabalho em Direito e, portanto, considera fundamental que a construção do conhecimento se faça por meio da inserção do estudante nas atividades deste profissional. O estágio obrigatório e as disciplinas e atividades práticas caracterizam-se por experiências de aprendizagem junto ao campo de atuação do Direito, como espaços jurídicos específicos, empresas, organizações comunitárias, etc.

O estágio e as disciplinas práticas são atividades acadêmicas obrigatórias que vão ao encontro das Diretrizes Curriculares Nacionais. Tendo isso em vista, as disciplinas práticas são ofertadas no decorrer do curso, através de atividades vivenciais junto aos espaços anteriormente mencionados, com o objetivo de proporcionar experiências que fomentem reflexões e olhares críticos.

Cabe destacar a preocupação que se tem com a integração dessas disciplinas práticas com as demais disciplinas do curso e, por isso, se aposta em um planejamento pedagógico que integre de forma efetiva todos os componentes curriculares do Curso de Direito.

Oportuno destacar que o Estágio Supervisionado encontra-se regulamentado nas Faculdades Integradas de Taquara (Resolução CSAA 02/2011) que atende a Lei do Estágio de 2008.

No curso de Direito, a FACCAT terá o Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas que além do estágio em situação real possibilitará atividades práticas e estágio não obrigatório, com supervisão docente, em espaço e mobiliário apropriado, inclusive, para atendimentos externos. O Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas tem regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior Acadêmico e Administrativo, órgão colegiado máximo institucional, que

estabelece as finalidades, princípios e organização das atividades de práticas jurídicas não obrigatórias e práticas jurídicas obrigatórias realizadas pelos acadêmicos do Curso de Direito.

7.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso do Direito seguirá as diretrizes internas, aprovadas pela Resolução do Conselho Superior Acadêmico e Administrativo nº 11, de 21 de setembro de 2009, que determina as seguintes finalidades para o TCC:

I - estimular a pesquisa científica;

II - aprimorar a capacidade de crítica, de interpretação e de compreensão dos contextos enfocados;

III - desenvolver a capacidade de expressão;

IV - estimular a capacidade de sistematizar e de fundamentar argumentos;

V - familiarizar o acadêmico com as metodologias, as técnicas e as normas próprias para a produção de trabalhos científicos;

VI - proporcionar, ao acadêmico, experiências que possibilitem colocar em prática os conhecimentos aprendidos no decorrer do curso; e

VII - difundir a ciência da área de atuação do curso.

O TCC será realizado de acordo com os objetivos previstos para esta atividade neste Projeto Pedagógico, contando sempre com orientação docente, com os devidos registros determinados institucionalmente.

Na estrutura curricular do Curso, estão previstos diversos momentos e espaços para estimular e capacitar o aluno para a atividade de pesquisa e para a elaboração do seu trabalho de final de curso, preocupação que será, ademais, uma constante ao longo de todas as atividades curriculares. Já no primeiro semestre estão previstas a disciplina de Metodologia Científica e do Curso e a disciplina de Leitura, Redação e Interpretação de Textos com a finalidade de fazer o aluno desenvolver habilidades direcionadas à leitura, análise e escrita e

familiarizá-lo com a metodologia científica. No sétimo semestre está prevista, como atividade optativa, a Oficina de Elaboração de Projeto de TCC, com a finalidade de estimular e capacitar o aluno na definição e delimitação do tema do seu trabalho de final de curso, além de apresentar as grandes temáticas jurídicas pesquisadas nas instituições de ensino e de pesquisa do país e na Faccat. No oitavo e no nono semestre, respectivamente, as disciplinas de TCC I e TCC II objetivam o desenvolvimento do projeto de pesquisa em todas as suas etapas e a confecção de um trabalho final, que deverá ser apresentado e defendido perante banca.

Antes da apresentação e avaliação finais, o TCC é apresentado perante Banca de Pré-Qualificação, com a finalidade de seu aperfeiçoamento. A Banca de Pré-Qualificação é composta por 02 professores, além do Orientador que a presidirá. A avaliação do Projeto pela Banca de Pré-Qualificação é comunicada formalmente, pelo Professor da Disciplina de TCC, ao acadêmico, que deve realizar as alterações determinadas pela Banca de Pré-Qualificação. Após a qualificação do projeto determinada pela Banca de Pré-Qualificação o acadêmico inicia o desenvolvimento do TCC, que é apresentado para avaliação, ao término, para Banca Examinadora.

A Banca Examinadora apresenta a mesma composição e nomes da Banca de Pré-Qualificação, sendo nomeada pela Coordenação de Curso. A Banca Examinadora tem a incumbência de avaliar o desempenho do acadêmico, mediante a leitura do TCC, previamente entregue pelo Professor da Disciplina, e a apresentação pública do acadêmico.

O Presidente da Banca Examinadora registra o conceito final em uma cópia do TCC, que deve ser assinado por todos os integrantes da Banca, e, posteriormente, entrega a cópia assinada ao Professor da Disciplina do TCC, que providencia o encaminhamento à Secretaria Geral para arquivamento.

Além disso, a Resolução prevê as atribuições da Coordenação Geral do TCC, da Coordenação de Curso, do Professor da Disciplina de TCC, do Orientador de TCC e do aluno, quanto ao TCC.

Ressalta-se que o Orientador é de livre escolha do acadêmico, observada a área de conhecimento do tema abordado e a formação mínima de mestrado, podendo orientar, no máximo, 02 acadêmicos, por semestre.

A avaliação do desempenho do acadêmico no Trabalho de Conclusão de Curso deve respeitar as finalidades previstas na resolução, bem como as competências previstas no projeto pedagógico do curso para o perfil do graduando.

7.6 Trans, Multi e Interdisciplinaridade

O Curso de Direito das Faculdades Integradas de Taquara, inicialmente propõe uma articulação com outras áreas do conhecimento em nível multidisciplinar e interdisciplinar, como vem expresso na Matriz Curricular. Entretanto, se almeja a partir do conceito e dos pressupostos da dignidade da pessoa humana desenvolver as atividades e propostas com vistas à transdisciplinaridade.

A formação do estudante de Direito prima pelo respeito e implementação dos princípios do estado democrático de direito, pela cidadania e pela dignidade da pessoa humana, com o que incorpora temáticas transversais no seu processo de ensino-aprendizagem como ética, meio ambiente, gênero e orientação sexual, pluralidade cultural e étnica, movimentos e políticas sociais, entre outros com o intuito de desenvolver cidadãos críticos-reflexivos capazes de transformar o meio e a sociedade em que estão inseridos.

A integração inicial acontecerá a partir das disciplinas curriculares não jurídicas e por meio de disciplinas compartilhadas com os outros cursos da Instituição e das atividades complementares, a serem propostas. Além de atividades de ensino articuladas com outras áreas do conhecimento, o curso de Direito estabelecerá parcerias interdisciplinares e transdisciplinares em projetos de pesquisa e extensão universitária para fortalecer o vínculo com a comunidade local e garantir o desenvolvimento regional integrado e articulado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O desenvolvimento de uma linha de extensão e pesquisa ampliada à participação de outros Cursos será uma estratégia para promover a integração dos cursos e estimular o desenvolvimento regional.

O princípio da dignidade da pessoa humana, como parâmetro constitucional orientador de toda atividade jurídica, econômica, política e social propõe romper com as fronteiras disciplinares e recria uma proposta de integração frente às diversidades e complexidades inerentes à condição da pessoa humana e de sua convivência social. A estrutura curricular integra elementos suficientes para a exequibilidade da formação inter e transdisciplinar no curso de Direito. Esta mobilização poderá ser estendida aos demais cursos no intuito de corresponsabilização frente às novas demandas e necessidades locais.

O Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas será outra possibilidade de formação inter e transdisciplinar por meio de atividades conjuntas entre os cursos principalmente de Psicologia e Administração que estimularão o compartilhar experiências e a troca de

conhecimentos entre os estudantes e docentes envolvidos principalmente através da prática de resolução de conflitos pelos mecanismos de conciliação, mediação e arbitragem.

Vislumbra-se assim, claramente, a possibilidade do curso de Direito, ora proposto, romper com as fronteiras historicamente estabelecidas entre as áreas do conhecimento e estimular a integração inter e transdisciplinar com atividades de ensino, pesquisa e extensão garantindo uma diversificação na formação de todos os estudantes da Faccat. Espera-se que a troca de experiências e as ações conjuntas/compartilhadas promovam transformações institucionais e regionais de todos aqueles envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

7.7 Articulação com a Extensão, a Pesquisa e a Pós-Graduação

O Curso de Direito das Faculdades Integradas de Taquara orienta sua proposta pedagógica pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelas Diretrizes da Faccat. Da mesma forma acontece quanto à articulação do ensino com a pesquisa e a extensão.

Os Programas de Extensão das Faculdades Integradas de Taquara - Faccat - visam à complementação e ou à aquisição de conhecimentos em diversas áreas de conhecimento. Esses programas serão promovidos pela Vice-Direção de Extensão e Assuntos Comunitários em parceria com a Coordenação do Curso de Direito.

As atividades de extensão têm a finalidade de atender a demanda oriunda dos problemas da comunidade local e ou regional, vislumbradas pelo corpo discente, docente e ou profissionais da região em diferentes campos de atuação, a fim de unir o processo de ensino-aprendizagem à intervenção comunitária que objetiva a promoção de formas de convivência social orientadas pelos princípios incorporados pelo ordenamento jurídico pátrio, em especial os princípios e fundamentos constitucionais da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, do pluralismo político, da solidariedade e da erradicação da pobreza, tendo sempre presente o princípio orientador da dignidade da pessoa humana.

Entende-se que as atividades de extensão permitem a atuação do futuro operador jurídico junto à comunidade, contribuindo com o processo de formação para a construção de uma realidade social mais humana e cidadã. As ações pressupõem o compromisso dos estudantes com os sujeitos e processos envolvidos na trama social, fornecendo subsídios para seu crescimento pessoal e profissional.

As atividades e projetos de extensão e pesquisa (iniciação científica) serão realizadas mediante articulações entre a Vice-Direção de Pesquisa e Pós-Graduação, a Vice-Direção de Extensão e Assuntos Comunitários, o Curso de Direito e a comunidade regional. Com elas se pretende impulsionar o desenvolvimento de competências almejadas pelo Projeto Pedagógico do Curso, enfatizando uma avaliação sistemática do contexto que fundamenta o planejamento de intervenções em vários níveis sociais. Sendo assim, a promoção da convivência social humanamente mais digna é pautada na perspectiva inter e transdisciplinar, compreendendo a importância de integrar os diferentes elementos que compõem o cotidiano da comunidade.

A articulação com a pós-graduação e a pesquisa prevê um alinhamento com o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional oferecido pela FACCAT, que tem por objetivo promover interpretação crítico-histórica, avaliação de perspectivas e a formulação de políticas públicas com vistas a influenciar e infletir processos de transformação socioeconômica que se realizam em territórios e espaços determinados, com ênfase em regiões sub-nacionais. A perspectiva é interdisciplinar, com base na análise das relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais que transcorrem em um determinado território. O Programa de Mestrado abarca duas linhas de pesquisa sendo: 1) Instituições, Ordenamento Territorial e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional; e 2) Organizações, Mercados e Desenvolvimento Econômico Regional.

Da mesma forma, essa articulação se dará com a pós-graduação lato sensu, viabilizando a formação continuada e fomentando a produção científica na área do Direito.

8 PROPOSTA METODOLÓGICA DO CURSO

A proposta metodológica da instituição, descrita no Projeto Pedagógico Institucional, abrange a trilogia ensino, pesquisa e extensão. Essa metodologia de ensino está assentada nos fundamentos de um projeto político-pedagógico voltado para a emancipação humana e com o compromisso de construção de um novo projeto de sociedade.

A metodologia é decorrente da posição assumida pelos professores diante do próprio fenômeno educativo e pressupõe uma concepção de homem e de sociedade, envolvendo os fins da educação, já explicitados nas diretrizes pedagógicas. Deseja-se um ensino com pesquisa e, para tanto, considera-se o aluno capaz de produzir sua própria experiência de aprendizagem e, ao mesmo tempo, contar com um professor que saiba trabalhar a dúvida, com o novo, substituindo a resposta pronta às questões dos alunos pela capacidade de reconstruir com eles o conhecimento.

Conforme salientado no item referente à concepção de curso, as diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Direito, assim como a doutrina científica jurídica mais atualizada, além de requererem uma compreensão do Direito como um instrumento a serviço da dignidade da pessoa humana, propugnam a superação de métodos de ensino que partem do pressuposto de que conhecimento se transmite, de professor a aluno. Requerem, aquelas diretrizes curriculares, que a formação dos futuros operadores jurídicos, além de ser sólida, ampla, humanística e axiológica, permita ao educando uma aprendizagem autônoma e permanente.

A proposta metodológica do Curso de Direito da Faccat evitará os tradicionais métodos de ensino que privilegiam os espaços para a pura transmissão dos conhecimentos, baseados normalmente em aulas expositivas, que, além de não levarem a uma efetiva aprendizagem, atentam contra a dignidade do aluno como pessoa, pois o consideram objeto do processo. Na linha do que reclamam as teorias pedagógicas construtivistas, a proposta metodológica do curso parte da ideia de que o aluno deve ser sujeito de sua formação, exercitando-se a busca autônoma dos saberes, a reflexão pessoal, a re-elaboração do saber, e privilegiando-se os espaços para a dúvida, para o questionamento, para a problematização, para a argumentação. Além disto, tão ou mais importante do que adquirir conhecimentos é saber o que fazer com eles, colocando-os a serviço da transformação social.

Em todas as disciplinas, em maior ou menor intensidade em função do tipo e duração da disciplina, após uma breve exposição introdutória aos conceitos, métodos e objetivos da

disciplina, haverá, de um lado, oportunidade para a busca de conteúdos (na literatura, na jurisprudência, em casos reais, na vivência prática, etc) por parte do aluno, o exame e a reflexão pessoal sobre eles e a discussão em pequenos grupos e no grande grupo, sob acompanhamento e avaliação do professor. De outro lado, esta busca autônoma, a reflexão pessoal e a discussão depuradora em grupo deverão levar à apresentação, oral e/ou escrita, dos resultados obtidos. Pretende-se assim exercitar, em linha com o que apregoam os atuais estudos pedagógico-jurídicos (PINHEIRO), além da busca pessoal de informações, a aprendizagem autônoma, o exercício do diálogo, a busca consensuada de soluções sem exclusão, o trabalho em equipe, etc.

9 SUSTENTABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 Espaço físico, infraestrutura e disciplinas compartilhadas

As disciplinas e atividades previstas na proposta curricular do curso de Direito serão desenvolvidas nos espaços – salas de aula, biblioteca, laboratórios gerais de informática, auditórios - já existentes na instituição.

O Curso de Direito compartilhará, igualmente, algumas disciplinas com outros cursos da Instituição, como, dentre as obrigatórias, as disciplinas de Filosofia e Língua Estrangeira. Dentre as disciplinas optativas, serão compartilhadas Informática para o Direito, Língua Brasileira de Sinais – Libras, Psicologia Social e Psicologia Institucional.

9.2 Necessidade de infraestrutura física específica

Como espaço e infraestrutura específicos, haverá o Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas, para o desenvolvimento das atividades referentes às disciplinas práticas de Prática de Processo Penal, de Prática de Processo Civil e de Prática do Processo do Trabalho e das atividades de Estágio I e Estágio II. A estrutura e o funcionamento do Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas têm regulamento próprio, em anexo.

O Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas contará com os seguintes espaços e infraestrutura mínimos:

- uma sala para a coordenação, com um Professor Coordenador do Núcleo, com um computador e mobília adequada;
- uma sala para a secretaria, com um(a) funcionário(a), para o registro, arquivo e acompanhamento do expediente do Núcleo, com um computador, arquivos e mobília adequada;
- uma sala para recepção das pessoas/clientes e triagem dos casos a serem atendidos pelo Núcleo, com mobília adequada;
- seis salinhas/espacos reservados para atendimento individual pelo(a) estagiário(a) de pessoas selecionadas, com mobília adequada;

- uma sala (espaço maior) multiuso, para reuniões, pesquisa de doutrina e jurisprudência e elaboração de peças processuais, com 5 computadores e softwares próprios, uma impressora, bibliografia básica, mobília e leiaute apropriados.

O Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas deverá estar instalado e em funcionamento a partir do 5º semestre de funcionamento do Curso.

9.3 Necessidades de Recursos Humanos

O Curso de Direito da FACCAT, para o início de seu funcionamento e para o desenvolvimento das atividades previstas até o 4º semestre letivo terá os professores a seguir relacionados, todos já contratados e integrantes do quadro docente da FACCAT. Os demais professores a serem contratados a partir da aprovação e instalação do curso terão titulação mínima de mestrado.

Nome	Titulação	Regime	Função
Carlos Fernando Jung	Doutor	Integral	Docente
José Alcides Renner	Doutor	Integral	Docente
Lisanea Weber Machado	Mestre	Horista	Docente
Luciane Maria Wagner Raupp	Doutora	Integral	Docente
Luís Antônio Licks Missel Machado	Mestre	Integral	Docente
Luis Augusto Stumpf da Luz	Mestre	Integral	Docente
Miriam Helena Schaeffer	Doutora	Parcial	Docente
Sergio Trombetta	Mestre	Horista	Docente
Vivian de Medeiros Lago	Doutora	Horista	Docente

Quadro 11 – Docentes do Curso de Direito

Haverá monitores, obedecida a legislação pertinente e a normativa da FACCAT, cuja quantidade e necessidade concreta serão avaliadas para cada disciplina e atividade durante a implantação do curso.

10 AVALIAÇÃO

As Faculdades Integradas de Taquara, vindo ao encontro das Diretrizes propostas pela CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituída pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, constituiu sua Comissão Própria de Avaliação - CPA, a fim de coordenar e sistematizar o processo de avaliação institucional. A CPA assumiu como características fundamentais para a avaliação: a avaliação institucional como centro do processo avaliativo, a integração e diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e diversidade institucionais, tendo como finalidade promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social, especialmente do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Nesse sentido, a lógica que orienta o SINAES propõe interações horizontais e verticais das atividades-fim e atividades-meio das IES, com a integração e participação de todos os atores envolvidos, através do enfoque nas atividades avaliadas em sua especificidade e sua globalidade, tendo como referências o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Em síntese, o processo de avaliação institucional é uma ação contínua, em permanente construção e flexível. A avaliação institucional fornece uma visão global sob uma dupla perspectiva:

- O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da IES, centrado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão segundo o perfil e missão institucional.

- Os sujeitos envolvidos no processo de avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, técnico-administrativos e membros da comunidade externa especialmente convidados ou designados.

Diante desta realidade, constata-se que o processo avaliativo é vital para a instituição, servindo como ferramenta fundamental não somente para os tomadores de decisão, mas, também, para todos os grupos interessados e envolvidos, direta ou indiretamente, no processo. Mais do que utilizar a avaliação para fins de regulação e controle estabelecidos pelo governo, a instituição visa promover o redimensionamento das ações na convergência das suas expectativas enquanto organização que prima pela qualidade, pela ética, pela democratização e pela integração acadêmica.

A metodologia empregada no processo avaliativo tem uma abordagem qualitativa/quantitativa, que se utiliza de instrumentos de pesquisa, relatórios e coleta de dados que permitam a análise e reflexão, e que contemplem as 10 (dez) dimensões propostas pela CONAES, entre elas a Dimensão 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e das atividades de extensão.

10.1 Avaliação do curso

A avaliação do curso de graduação em Direito estará inserida neste contexto, sendo contemplada dentro do Projeto de Autoavaliação da IES, nos ciclos avaliativos estabelecidos pelo MEC/INEP/CONAES, com a aplicação de instrumentos de pesquisa, em parceria da CPA com o Centro de Pesquisa Institucional da IES, onde os alunos a cada semestre avaliam o curso, a coordenação do curso, os docentes, as instalações, os serviços de apoio e se autoavaliam. Além disso, os docentes avaliam o processo de ensino-aprendizagem, a coordenação de curso, as instalações, entre outros. Os egressos avaliam o curso e a sistemática do Trabalho de Conclusão de Curso. O perfil dos alunos ingressantes é traçado, a cada semestre, com base em instrumentos de pesquisa aplicados.

Analisando essas informações e estabelecendo parâmetros com os relatórios de atividades, registros acadêmicos e documentos, a CPA tem condições de elaborar relatórios parciais e o Relatório Final de Autoavaliação ao final de cada ciclo, destacando os pontos fortes e fracos apontados no processo avaliativo que são colocados à disposição dos coordenadores de cursos e dos gestores da IES com sugestões de melhorias, através de reuniões e da socialização dos mesmos para a comunidade acadêmica. Com base nesses relatórios, são tomadas medidas para sanar aspectos que apresentam fragilidades.

Além dessa avaliação instituída na IES, acredita-se na relevância de compreender a atividade avaliativa como processo formativo, que acontece dialeticamente na interação das pessoas e contextos. Dessa forma, o processo avaliativo suscita à flexibilização das condutas didático-pedagógicas a fim de atender a diversidade e a singularidade do ensinar e aprender. Acredita-se que isso ocorrerá no cotidiano das aulas e atividades do curso.

Ressalta-se, por oportuno, que o curso terá sua implantação avaliada em dois momentos, aos 50% do oferecimento do curso e no último semestre, com o objetivo de qualificar o curso, através da discussão do Núcleo Docente Estruturante - NDE - e a apreciação do Colegiado de Curso.

10.2 Gerenciamento da avaliação

A responsabilidade pela coordenação e sistematização do processo de avaliação institucional é da CPA/Faccat, que atua em parceria com o Centro de Pesquisa Instrumental da Faccat. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faccat é nomeada pela Direção-Geral das Faculdades Integradas de Taquara, através de Portaria. A composição deve atender ao estabelecido na Lei 10.861/2004, art. 11, e na Portaria Ministerial 2.051/2004, art. 7º, inc. I, § 2º, para contemplar a representação igualitária de todos os segmentos da comunidade acadêmica e externa, com representantes do corpo docente, representantes do corpo discente, representantes do corpo técnico-administrativo e representantes da sociedade civil organizada, não existindo maioria por parte de nenhum dos segmentos representados.

11 EMENTAS DAS DISCIPLINAS

11.1 Ementas das disciplinas do 1º semestre

BLOCO INICIAL: INTRODUÇÃO AO ENSINO SUPERIOR E AO CURSO DE DIREITO

Disciplina: Metodologia Científica e do Curso

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Desenvolver a capacidade crítica e analítica do aluno sobre os processos sistemáticos de aquisição do conhecimento científico, capacitando-o a conhecer o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento (religião, filosofia, senso comum) e compreender os métodos e técnicas científicas, desenvolvendo a habilidade de elaborar e formatar projetos de pesquisa científica e demais trabalhos jurídico-científicos.

Ementa

Análise da pesquisa como atividade acadêmica, capacitando o aluno a elaboração e execução de projetos de pesquisa e apresentação de trabalhos científicos por meio de planejamento e formulação da pesquisa científica, estudando desde a ciência e o conhecimento científico e suas inter-relações com outros tipos de conhecimento até a produção de projetos e textos jurídico-científicos.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. Teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 11. Ed. São Paulo; Saraiva, 2013.

CERQUEIRA, Nelson (Coord.) **Metodologia da pesquisa em direito e a filosofia**. São Paulo; Saraiva, 2011.

CALDAS, Camilo Onoda. **Manual de Metodologia do Direito**. Estudo e Pesquisa. São Paulo; Quartier Latin, 2010.

Bibliografia Complementar

- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 11. ed. São Paulo; Saraiva, 2013.
- DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 5. ed. São Paulo; Saraiva, 2009.

Disciplina: Leitura, Redação e Interpretação de Textos

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Auxiliar o aluno a construir habilidades necessárias à leitura, à interpretação e à produção de textos, em especial, dos gêneros focalizados na ordem do argumentar e na seara do conhecimento jurídico e acadêmico, estudando desde conceitos básicos, tais como características específicas dos gêneros textuais da esfera argumentativa e jurídica, até o uso

de recursos linguísticos e de aspectos da norma culta que auxiliem os alunos nas suas produções textuais de mesmo âmbito.

Ementa

Estudo das características de gêneros textuais da ordem do argumentar e da esfera jurídica e acadêmica, da interpretação e produção de gêneros textuais e da argumentação textual inerente ao conhecimento jurídico, tais como pareceres, petições iniciais, contestações, razões de recurso, sentenças. Estudo de aspectos da coesão e da coerência textuais e da norma culta que auxiliem os alunos nas suas produções textuais.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graziela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SCHOCAIR, Néelson Maia. **Português jurídico: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia Complementar

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GOLD, Mirian. **Redação empresarial**. 4.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

OLIVEIRA, Jorge Leite. **Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Disciplina: História do Pensamento Jurídico e Direitos Humanos

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Proporcionar ao aluno a análise antropológica, histórica, e reflexiva do pensamento jurídico, em especial na história da civilização ocidental, e seus reflexos na concepção das gerações dos Direitos Humanos que resultam as constituições dos Estados e seus direitos e garantias fundamentais incidentes sobre a elaboração e contextualização da legislação infraconstitucional nos diversos momentos históricos da humanidade.

Ementa:

Estuda a história do pensamento da humanidade e seus reflexos no pensamento jurídico, com ênfase no estudo da civilização ocidental, que conceberam, e concebem as gerações dos Direitos Humanos e os conseqüentes direitos e garantias fundamentais contempladas nas diferentes constituições do mundo, com incidências na formatação da legislação infraconstitucional - em especial, as populações historicamente marginalizadas como a afrodescendente e indígena, que se refletem na positivação de garantias.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
FACCHI, Alessandra. **Breve História dos Direitos Humanos**. Loyola, São Paulo, 2011.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. São Paulo: Edipro, 2011.
CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de Direito Romano**. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
GIORGI, Raffaele de . **Direito, Tempo e Memória**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
PIOVESAN, Flavia. **Temas de Direitos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar e facilitar a compreensão do fenômeno jurídico como uma espécie dentre os fenômenos ético-sociais. Analisar criticamente o Direito como ciência social. Examinar o Direito como uma ciência em constante transformação, de forma que o operador jurídico deve ter a aptidão para interagir em uma sociedade caracterizada pela rapidez de diversidade.

Ementa:

Estudo sobre noções antropológicas e situação do Direito no mundo da cultura e das normas éticas. Estudo da norma jurídica (de organização e de conduta) e seus atributos de vigência, validade e eficácia. Teoria das fontes do Direito. Conceito e gênese de Lei. Da norma ao ordenamento jurídico.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

- BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. São Paulo: Edipro, 2011.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 2013.

Bibliografia complementar:

- BARZOTTO, Luis Fernando. **Positivismo Jurídico Contemporâneo**. Uma introdução a Kelsen, Ross e Hart. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito - Introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica e à lógica jurídica. Norma jurídica e aplicação do direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- KELSEN, Hans. **Textos Fundamentais**. 8. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012. v. 5: Teoria pura do direito.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 45. ed. São Paulo: Forense, 2012.
- REALE, Miguel. **Lições Preliminares do Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: Filosofia

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar ao aluno o conhecimento da filosofia, sua relação com as demais áreas do conhecimento humano e a busca de saberes sobre o ser humano numa perspectiva humanizadora, construindo diversas compreensões a respeito da qualidade do seu jeito de ser, de pensar e de agir em sua dinâmica de vida pessoal e profissional dentro de uma perspectiva histórica e ética.

Ementa

Estuda o ser e a existência, o conhecimento filosófico, os métodos da filosofia, as diversas partes da filosofia e sua inter-relação com a moral e a ética, buscando compreender desde os processos de construção dos saberes e conhecimentos filosóficos, desencadeando processos provocadores de construção de consciência crítica e de cidadanização a partir de seus respectivos contextos históricos e circunstâncias, até a compreensão dos principais elementos que caracterizam uma conduta ética que implicam a rotina das atividades dos futuros profissionais.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de

conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 18 ed. São Paulo: Ática, 2010.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Bibliografia Complementar

ARANHA, M. L. de Arruda; MARTINS, M.H. Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de; WHITAKER, Maria do Carmo; RAMOS, Jose Maria Rodriguez. **Fundamentos de ética empresarial e econômica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: 2012. Coleção Primeira Passos

CURY, Augusto. **O futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia: romance da história da filosofia**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

11.2 Ementas das disciplinas do 2º semestre

BLOCO TEMÁTICO: TEORIAS E FUNDAMENTOS DO DIREITO I - 2º semestre:

Disciplina Teoria Geral do Processo I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar o estudo crítico da estrutura do direito processual a partir de diferentes matrizes. Apresentar o direito processual e o processo na sua formação e as várias escolas processuais para auxiliar no desenvolvimento de um posicionamento crítico e contemporâneo para que possa ser compreendido o fenômeno processual.

Ementa

Estuda a sociedade e o direito, os princípios processuais, a jurisdição, a organização judiciária e competência, a pretensão processual e o objeto do processo e a dinâmica do processo no Estado democrático de direito.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará da exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 1: Teoria Geral do Processo.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1: Teoria Geral e Processo de Conhecimento (1ª parte).

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1: Teoria geral do direito processual civil.

Bibliografia Complementar

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e Competência**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Pressupostos Processuais e Condições da Ação**. São Paulo: Saraiva, 2010

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. v. 2.

DIDIER JÚNIOR, Fredie Souza. **Curso de Direito Processual Civil**. 14. ed. Salvador: Jus Podivm, 2010. v. 1: Introdução ao direito Processual Civil e processo de Conhecimento.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pellegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 29. ed. São Paulo, Malheiros, 2013.

Disciplina: Ciência Política e Teoria do Estado

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar e facilitar a compreensão do Estado e seus elementos, a Organização dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Facilitar a compreensão do Processo criativo das leis e as espécies de normas jurídicas. Levar o aluno a compreender que a Constituição é um instrumento operacional indispensável para todos os operadores do Direito. Oportunizar a compreensão da Teoria Geral do Estado e a ciência política, estudando os aspectos inerentes à soberania, às espécies de democracia, às formas de Estado, aos sistemas de governo e à noção de federação e de entes federados. Capacitar, ainda, o aluno a entender a aplicabilidade da norma constitucional nos diferentes entes federados.

Ementa:

Estuda a Teoria Geral do Estado por meio da Constituição Federal, refletindo sobre os elementos que integram e formatam o Estado e suas consequências jurídicas que incidem sobre o estudo da soberania, das diversas espécies de democracia, das formas de Estado, dos sistemas de governo e da concepção de federação e entes federados, estudando aplicabilidade das normas constitucionais nas atividades da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal, Territórios e repartições das competências da federação brasileira.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2012

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar:

RAMOS, Flamarion Caldeira; MELO, Rúrion Soares; FRATESCHI, Yara. **Manual de Filosofia Política - para os cursos de teoria do estado e ciência política.** São Paulo: Saraiva, 2012.

DANTAS, Ivo. **Novo Direito Constitucional Comparado:** introdução, teoria e metodologia. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade:** para uma teoria geral da política. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

Disciplina: Teoria Geral da Constituição

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar e facilitar o exame crítico do Direito Constitucional por meio de uma abordagem dialética do texto constitucional que permita o diálogo entre a realidade prática social e jurídica. Estudar o conceito de constituição, constitucionalismo, poder constituinte,

constitucionalismo brasileiro. Hermenêutica constitucional. Aplicabilidade das normas constitucionais. Teoria dos direitos fundamentais e sua positivação.

Ementa:

Estudo crítico do Direito Constitucional, examinando os conceitos de constituição, constitucionalismo e poder constituinte. Compreensão da hermenêutica do constitucionalismo brasileiro e a aplicação das normas constitucionais. Estudo dos direitos fundamentais e sua positivação desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem até os Direitos Individuais previstos na Constituição Federal de 1988.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

Bibliografia Complementar:

CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

DANTAS, Ivo. **Novo Direito Constitucional Comparado**: introdução, teoria e metodologia. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e (m) Crise**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

Disciplina: Teoria Geral do Direito Civil

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Proporcionar o estudo do Direito Civil sob a égide da Constituição Federal, considerando concepções principiológicas, contextualizadas e integradoras do fenômeno jurídico como um todo. Compreender o estudo da Parte Geral do Direito Civil como elemento necessário para o entendimento da parte especial do Código Civil Brasileiro e para o entendimento do Direito no seu entendimento mais amplo.

Ementa:

Estuda a concepção principiológica do Código Civil Brasileiro por meio da perspectiva constitucional. Análise da Teoria Geral do Direito Civil e o fenômeno da juridicização. Exame dos elementos da relação jurídica: sujeito de direitos (pessoa natural e pessoa jurídica) e bens. Apresentação da Teoria do Fato Jurídico Lato Sensu: fato jurídico lícito e ilícito.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1: Parte Geral.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1: Parte Geral.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de direito civil: parte geral e LINDB**. 11. Ed. Salvador, Bahia; Editora JusPODIVM, 2013

Bibliografia Complementar:

GOMES, José Jairo. **Direito Civil: Introdução e parte geral**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 2. ed. São Paulo: Método, 2012

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do Fato Jurídico - plano da existência**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. 9. ed. Rio de Janeiro, Forense, 2013. v. 1: Parte Geral.

RIZZARDO, Arnaldo. **Parte Geral do Código Civil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Disciplina: Teoria Geral do Direito Penal I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar e facilitar a compreensão das funções e finalidades do Direito Penal, examinando os mecanismos formais de controle social sob a perspectiva do Direito Constitucional. Estudar a teoria do fato típico e a lei penal no tempo e no espaço como o conflito aparente de normas, bem como a parte geral do Código Penal.

Ementa:

Estuda as funções e finalidades do Direito Penal por meio do pensamento criminológico e as perspectivas sociológicas. Sob a ótica constitucional, analisa o controle social e suas instâncias formais e informais, assim como as tendências contemporâneas de políticas criminais e a teoria da norma jurídica como resultante da pena e da atuação do Estado.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.1: Parte Geral.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de Direito Penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 1: Parte Geral.

Bibliografia complementar:

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Direito Penal**. Parte Geral. São Paulo: Coimbra IRT, 2007.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da; COSTA, Fernando José da. **Curso de Direito Penal**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.1: Parte Geral.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro** 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 1: Parte Geral - Arts. 1º a 120.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 12.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

Disciplina: Língua estrangeira (Inglês ou Espanhol)

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Disciplina Língua Estrangeira - Inglês

Objetivos

Capacitar o aluno a desenvolver as competências básicas necessárias para que sejam capazes de expressar suas ideias e opiniões em diferentes contextos, refletindo sobre a função do inglês como língua de acesso ao conhecimento que amplia a visão de mundo do aluno, estudando-a com foco nas quatro habilidades comunicativas, com ênfase à leitura e escrita que facilitem a compreensão e o entendimento do sistema *common law* e a prática na relações inerentes aos contratos e relações internacionais.

Ementa

Estudo da interpretação de textos de conhecimento gerais e específicos da área jurídica, com ênfase à leitura e compreensão de textos que estudam o sistema *common law* e facilitam entendimento dos contratos e relações internacionais por meio de noções das estruturas gramaticais, com vistas a um desenvolvimento gradual da decodificação escrita da língua inglesa.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2

instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

VINEY, Peter. **Basic survival**: international communication for professional people . Oxford MacMillan Education, 2013.

SWAN, Michael. **The Good Grammar Book**. Oxford; Oxford University, Press, 2009.

MINETT, Dominic Charles; VONSILD, Bjarne Z. A. **Legal English**. English for International Lawyers. DISAL Editora. 2005.

Bibliografia Complementar

AZAR, B. S., MATHIES, B. F. **Understanding and Using English Grammar**. 4.ed. New York: Longmann, 2009.

MURPHY, Raymond. **Essential grammar in use**. 3.ed. Cambridge University Press, 2012.

KAY, S.; VAUGHAN, J.; KERR, P. **New American Inside Out Pre-Intermediate**. MacMillan, 2012.

LIGHTBOW, P.; SPADA, N. **How Languages Are Learned**. Oxford. Oxford University Press, 2006.

MURPHY, R.; WILLIAM, S. **Basic Grammar in Use**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Disciplina: Língua estrangeira - Espanhol**Objetivos**

Capacitar o aluno a desenvolver as competências básicas necessárias para que sejam capazes de expressar suas ideias e opiniões em diferentes contextos, refletindo sobre a função do espanhol como língua de acesso ao conhecimento que amplia a visão de mundo do aluno, estudando-a com foco nas quatro habilidades comunicativas, com ênfase à leitura e escrita que facilitem a compreensão das práticas dos contratos e relações internacionais derivados das relações do Mercosul.

Ementa

Estudo da interpretação de textos de conhecimento gerais e específicos da área jurídica, com ênfase à leitura e compreensão de textos que estudam o entendimento dos contratos e relações internacionais por meio de noções das estruturas gramaticais, com vistas a um desenvolvimento gradual da decodificação escrita da língua espanhola..

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de

conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografía básica

BARALO, M. La **Adquisición del Español como Lengua Extranjera**. 2. ed. Madrid: Arco/Libros, 2004.

MARTÍN, Maria Teresa; PÉREZ, Loreto; RAMOS, Javier; JORGE, Maria Carmen. **Español lengua viva 1**. Madrid: Santillana, 2008.

MORENO, C.; FERNÁNDEZ, G. E. **Gramática contrastiva del español para brasileños**. Madrid: SGEL, 2007.

Bibliografía complementar

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de linguas sem pedras no caminho**. São Paulo : Parábola Editorial, 2007.

FODRÁ, S. R. **¡Dígame!: juego de la baraja verbal**. São Paulo: SBS, 2000.

MIQUEL, L.; SANS BAULENAS, N. **De dos en dos: ejercicios interactivos de producción oral: nivel básico e intermedio**. 5. ed. Madrid: Difusión, 2000.

SÁNCHEZ PÉREZ, A.; MARTIN, E.; MATILLA, J. A. **Gramática práctica de español para extranjeros**. 19. ed. Madrid: SGEL, 2000.

SANDES DE LIMA, E. I de A. **Algunos puntos importantes para el estudio de la adquisición/ aprendizaje de E/LE por hablantes de portugués**. In: Anais do 2. Congresso Brasileiro de Hispanistas [Anais online], 2002.

11.3 Ementas das disciplinas do 3º semestre

BLOCO TEMÁTICO: TEORIAS E FUNDAMENTOS DO DIREITO II - 3º semestre

Disciplina: Teoria Geral do Direito das Obrigações

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Auxiliar na capacitação do aluno a compreender a importância prática do Direito das Obrigações, seja no que é pertinente as suas diversas fontes, tais como contratos e responsabilidade civil, bem como no seu desenvolvimento e efeitos jurídicos em relação aos demais ramos do Direito. Proporcionar ao aluno que identifique o conteúdo ético da relação obrigacional, sua função social e a necessidade de equidade nas relações entabuladas.

Ementa:

Estuda a introdução ao Direito das obrigações como resultante da Teoria do Negócio Jurídico e da responsabilidade civil. Examina a noção, estrutura e função das obrigações aplicável nos

demais ramos do Direito Civil, suas fontes e espécies, assim como as formas diretas e indiretas de pagamento.. Analisa breves noções sobre a responsabilidade civil.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil – Obrigações**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Obrigações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
TEPEDINO, Gustavo (Coord.). **Obrigações: estudos na perspectiva civil-constitucional**. Janeiro: Renovar, 2005.

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
v.2: Teoria Geral das Obrigações.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito Civil: das Obrigações**. São Paulo: Atlas, 2008.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas: 2013. v.2: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos.

Disciplina: Teoria Geral do Processo II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar e facilitar a compreensão do direito processual e o processo na sua formação e constituição, tendo em vista a produção da decisão judicial contribuindo para a capacitação da compreensão de importantes questões e conceitos de Direito processual civil de forma crítica e autônoma. Desenvolver a capacidade do aluno de analisar o conflito e identificar seus elementos.

Ementa:

Estuda o conceito de parte e a pluralidade de partes, os atos destas e dos demais atores processuais, a comunicação dos atos e termos, as invalidades dos atos processuais, o julgamento do processo no estado que se encontra, a extinção do feito e as sentenças de mérito e de extinção sem resolução de mérito e a formação da coisa julgada.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 1: Teoria Geral do Processo.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1: Teoria Geral e Processo de Conhecimento (1ª.parte).

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1: Teoria geral do direito processual civil.

Bibliografia complementar:

- CARNEIRO, Athos Gusmão. **Intervenção de terceiros**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. **Litisconsórcio**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2009
- DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. v: 2.
- DIDIER JÚNIOR, Fredie Souza. **Curso de Direito Processual Civil**. 14. ed. Salvador: Jus Podivm, 2010. v. 1: Introdução ao direito Processual Civil e processo de Conhecimento.
- OLIVEIRA, Alvaro de; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2012. v. 2: Processo de Conhecimento.

Disciplina: Direito Constitucional

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Proporcionar o estudo dos procedimentos previstos na Constituição para a defesa dos direitos e garantias individuais e coletivos, bem como a tutela dos direitos sociais e políticos como instrumentos de cidadania. Examinar o controle de constitucionalidade, a inconstitucionalidade formal e material, a inconstitucionalidade por ação e por omissão, o controle preventivo (político) e repressivo (judicial) e o controle difuso e concentrado. Analisar elementos básicos da ordem financeira e tributária

Ementa:

Estuda as garantias constitucionais dos direitos individuais e coletivos, os direitos sociais e políticos. Analisa o controle de constitucionalidade por meio dos pressupostos de constitucionalidade das normas, as espécies de controle de constitucionalidade exercidas pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sejam na ótica preventiva como na repressiva, difuso ou aberto e concentrado ou via ADIN. Examina elementos da ordem financeira e tributária.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo; Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar:

CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

BARROSO, Luiz Roberto. **Curso De Direito Constitucional Contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Safe, 1991.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

Disciplina: Teoria Geral do Direito Penal II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Promover o conhecimento dogmático do aluno para a compreensão da teoria geral do delito (ação e omissão, tipicidade, ilicitude e culpabilidade), tentativa e consumação como conteúdo a ser aplicado nas áreas jurídicas afins, estudando o concurso de pessoas, a teoria da pena e a da punibilidade como conteúdos inerentes à parte geral do Código Penal.

Ementa:

Estuda a teoria geral do delito e a prática do tipo penal na forma tentada e consumada com consequências jurídicas às penas privativas da liberdade, penas restritivas de direitos e penas de multa, assim como a aplicação da pena e suas causas agravantes e atenuantes, causas majorantes e minorantes, o concurso de crimes, a suspensão condicional da pena, o livramento condicional, os efeitos da condenação e sua reabilitação, as medidas de segurança, a extinção da punibilidade e a prescrição.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 18. ed. São Paulo, Saraiva, 2012.v. 1: Parte Geral.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de Direito Penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 1: Parte Geral - Arts. 1º ao 120 do CP

Bibliografia complementar:

COELHO, Walter. **Teoria Geral do Crime**. 2. ed. Porto Alegre, S.A. Fabris, 1998

COSTA JÚNIOR, Paulo José da; COSTA, Fernando José Da. **Curso de Direito Penal**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.1: Parte Geral.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 12. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013. v. 1: Parte Geral - Arts. 1º a 120.

BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raul; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro I**, 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: Teoria Geral do Direito do Trabalho

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Proporcionar ao aluno o domínio dos aspectos fundamentais do Direito do Trabalho, suas fontes materiais e formais, funções e natureza do ramo do Direito que dialoga com os demais ramos do Direito, sempre sob a perspectiva das garantias constitucionais. Capacitar o aluno a compreensão das características atuais da relação de emprego no contexto do direito contemporâneo, analisando as figuras do empregado e do empregador, as características do contrato de trabalho e suas questões incidentais, o regime do FGTS, o salário e a remuneração, a duração do trabalho, os elementos distintivos existentes entre relação de emprego e outras espécies de relações de trabalho.

Ementa:

Estuda os elementos basilares do Direito do Trabalho com sede na Constituição Federal, estudando a autonomia do Direito do Trabalho, os princípios que o concebe, as fontes, o campo de atuação, as características da relação de emprego, o contrato individual de trabalho e seus elementos, bem como a posição dos sujeitos, especialmente num tempo de flexibilização das regras trabalhistas.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de

conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTr, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 38. ed. São Paulo: LTr, 2013.

Bibliografia complementar:

BELMONTE, Alexandre Agra. **Instituições civis no Direito do Trabalho** - curso de direito civil aplicado ao direito do trabalho: reflexos do direito civil nas relações de trabalho. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antonio Carlos Flores de. **Introdução ao Direito do Trabalho**. 10. ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários às Súmulas do TST**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2011.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Curso de Direito do Trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

11.4 Ementas das disciplinas do 4º semestre

BLOCO TEMÁTICO: A PESSOA E AS RELAÇÕES PRIVADAS - 4º semestre:

Disciplina: Direito de Família

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Proporcionar a capacitação do aluno à compreensão das características especiais do Direito matrimonial e assistencial além de seus aspectos patrimoniais e extrapatrimoniais nas relações conjugais e familiares. Estudar os princípios e garantias constitucionais da família, comparando a sociedade de fato com a sociedade conjugal e suas consequências jurídicas nas esferas pessoais e patrimoniais, bem como em termos de dissolução das entidades familiares. Por fim, estudar a proteção da Criança e do Adolescente por meio do estudo do Estatuto da Criança e Adolescente e Código Civil Brasileiro.

Ementa:

Examina as formas de constituição de família sob a perspectiva dos princípios e garantias constitucionais, analisando os efeitos jurídicos do casamento e da união estável por meio do estudo das relações de parentesco e vínculos familiares, do casamento e suas implicações jurídicas, da dissolução da sociedade conjugal e do vínculo conjugal, da união estável, da filiação e da paternidade sócio-afetiva, dos alimentos, das ações judiciais cabíveis.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 6: Direito de Família.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**. 5. ed. Salvador: Juspodium, 2013. v. 6: Famílias.

VENOSA. Silvio de Salvo. **Direito Civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 6: Direito de Família.

Bibliografia complementar:

CAHALI, Yussef Said. **Separações Conjugais e Divórcio**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil: famílias. 5ed. Salvador; Editora JusPODIVM, 2013.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 28. ed. São Paulo: Saraiva: 2013. v. 5: Direito de Família.

Disciplina: Direito das Coisas

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Proporcionar a compreensão do surgimento, fundamentos e conceitos básicos dos Direitos reais, comparando-os com os Direitos pessoais. Analisar as espécies, qualificações e tutela da posse e da propriedade sob a ótica do princípio da função social. Examinar os conceitos básicos dos Direitos de vizinhança, Direito condominial, parcelamento do solo, da

propriedade resolúvel e fiduciária, dos direitos reais sobre a coisa alheia e dos direitos de garantia.

Ementa:

Examina os elementos caracterizadores dos Direitos reais, distinguindo-os dos Direitos pessoais. Sob a perspectiva do princípio da função social, inicialmente estuda os elementos da posse em suas espécies, efeitos e proteção jurídica por meio dos interditos possessórios para após conhecer o instituto do direito de propriedade. Com base nos conhecimentos da posse e da propriedade, estuda os conceitos dos Direitos da vizinhança, Direito condominial, diferenças entre propriedade resolúvel e fiduciária, Direitos de uso, usufruto, habitação e superfície e os Direitos de garantia da hipoteca, penhor e anticrese.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 4: Direito das Coisas.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 4: Direitos Reais.

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 5: Direito das Coisas.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de Direito Civil**. 9. ed. Salvador: Juspodivm 2013. v. 5: Reais.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

TEPEDINO, Gustavo; AZEVEDO, Antônio Junqueira de (Coord.). **Comentários ao Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 14: Direito das Coisas.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 5: Direitos Reais.

Disciplina: Direito Processual Civil I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar e facilitar a compreensão de importantes questões e conceitos de Direito processual civil de forma crítica e autônoma. Aguçar a compreensão de idéias jurídicas gerais, relações e conceitos afins, desenvolvendo a capacidade do aluno de interpretar o fenômeno jurídico e relacioná-lo com o seu cotidiano profissional em especial nos litígios judiciais. Contribuir para o desenvolvimento da capacidade do aluno de analisar o litígio e encontrar a competente ação judicial.

Ementa:

Estuda o Processo de conhecimento, as fases e atos que compõem o procedimento ordinário e o procedimento sumário e a Lei dos Juizados Especiais. Verifica-se a possibilidade das diversas Intervenções de Terceiros e a Teoria Geral da prova e provas em espécie.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia conterà a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 2: Processo de Conhecimento.

DIDIER JÚNIOR, Fredie Souza. **Curso de Direito Processual Civil**. 14. ed. Salvador: Jus Podivm, 2010. v. 1: Introdução ao direito Processual Civil e processo de Conhecimento.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**. 6 ed., São Paulo: Saraiva, 2013. v.: 2. Tomo I: Procedimento Comum: ordinário e sumário.

Bibliografia complementar:

OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 1: Teoria Geral do Processo Civil e Parte Geral do Direito Processual Civil.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1: Teoria Geral e Processo de Conhecimento (1ª.parte).

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Processo Civil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v.: 10 - **Processo de Conhecimento**. Série Leituras Jurídicas

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 54. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 1: Teoria Geral do direito Processual Civil e Processo de Conhecimento.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1.

Disciplina: Direito Sucessório

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Proporcionar a capacitação do aluno na interpretação das normas protetivas do Direito sucessório, examinando a sucessão 'causa mortis' sob a visão crítica e pragmática por meio do estudo dos princípios gerais que concebem o instituto, examinando desde a capacidade testamentária e as hipóteses de renúncia até as formas legítima e testamentária de sucessão e seus efeitos jurídicos na partilha dos bens.

Ementa:

Estuda a sucessão 'causa mortis' por meio da distinção entre sucessão legítima e testamentária, da possibilidade de aceitação e renúncia à herança, dos institutos da indignidade e deserdação de herdeiros, da ordem da vocação hereditária, das espécies testamentárias, da capacidade testamentária, da hipótese de revogação, dos legados, do cálculo da legítima, do pagamento das dívidas, dos ritos de inventário e dos procedimentos extrajudiciais.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 7. ed. São Paulo, Saraiva, 2013. v. 7: Direito das Sucessões.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Sucessões**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 7: Direito das Sucessões.

Bibliografia complementar:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.: 6. Direito de Família.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 27. ed. São Paulo: Saraiva. 2013. v. 6: Direito das Sucessões.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 2013. v. 6: Direito das Sucessões.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 7: Direito das Sucessões.

WALD, Arnold. **Direito Civil**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 6: Direito das Sucessões.

Disciplina: Teoria Geral dos Contratos e Responsabilidade Civil

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Facilitar e promover a capacitação do aluno no conhecimento dos institutos do direito contratual, permitindo o exame do contrato como fonte de obrigação e seu desenvolvimento em todas as fases contratuais, tendo uma visão crítica do fenômeno contratual como principal elemento econômico de circulação e produção de riquezas, conectando-o com os princípios constitucionais da ordem econômica e social, compreendendo, avaliando e interpretando a formação dos contratos, as garantias legais, as cláusulas relativas ao inadimplemento, a revisão judicial, as causas de extinção, elementos essenciais e acidentais, e a consequente responsabilidade contratual e extracontratual em decorrência das relações sociais.

Ementa:

Estuda a teoria geral dos contratos por meio das noções gerais, tais como conceito, princípios, formação e classificação; os contratos e as declarações unilaterais; as formas de interpretação; as garantias gerais dos contratos por meio dos vícios redibitórios e da evicção; das cláusulas relativas ao inadimplemento, estudando a cláusula penal e a cláusula limitativa da responsabilidade civil; a revisão judicial; as causas de extinção e a responsabilidade pela indenização nas relações contratuais e extracontratuais tanto de forma objetiva ou subjetiva.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasses para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

LÔBO, Paulo. **Direito Civil - Contratos**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. Ed. , São Paulo: Atlas, 2012.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 4: Tomo I Contratos: Teoria Geral.

Bibliografia complementar:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 3: Contratos.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 3: Teoria das Obrigações Contratuais e extracontratuais.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito CIVIL Brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 3: Contratos e Atos Unilaterais.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 13. ed. São Paulo, Atlas. 2013. v. 2: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.: 4. Responsabilidade Civil.

11.5 Ementas das disciplinas do 5º semestre

BLOCO TEMÁTICO: CONTROLE SOCIAL E DIREITO PENAL - 5º semestre:

Disciplina: Direito Penal

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Promover o conhecimento dogmático da Parte Especial do Código Penal, capacitando o aluno a identificar os crimes previstos no referido diploma legal e articulá-los com as políticas criminais correspondentes, dominando o aparato técnico–dogmático e político-criminal sob a égide da Constituição Federal.

Ementa:

Estuda os crimes previstos na parte especial do Código Penal, em especial os crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a propriedade imaterial, crimes contra a dignidade sexual, crimes contra a família, crimes contra a administração pública.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.: 2. Parte Especial - Dos Crimes Contra A Pessoa.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de Direito Penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 1: Parte Geral.

Bibliografia complementar:

COSTA JÚNIOR, Paulo José da; COSTA Fernando José Da. **Curso de Direito Penal**. 12 ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.1: Parte Geral.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 2 - Parte Especial - Arts. 121 a 234 do CP - v. II

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v.: 3. Parte Especial - Arts. 235 a 361 do CP - v. III.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 10. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011. v. 2: Parte Especial - Arts. 121 a 249.

Disciplina: Direito Processual Penal I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Capacitar o aluno a dominar os conceitos, princípios, fontes e elementos caracterizadores do Direito Processual Penal em consonância com o Direito material e a Constituição Federal, estudando o sistema inquisitivo e acusatório, a ação penal pública condicionada e incondicionada, a ação penal privada e subsidiária da pública, a jurisdição e competência.

Ementa:

Exame dos conceitos, princípios, fontes e elementos próprios do Direito Processual Penal e seus diálogos com o Direito material e a Constituição Federal, estudando as diferenças entre

os sistemas inquisitivo e acusatório, entre a ação penal pública condicionada e incondicionada e entre a ação penal privada e subsidiária da pública, bem como o estudo da jurisdição e competência, as medidas assecuratórias e o incidente de falsidade.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1: Parte Geral.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.:1.

TOURINHO FILHO, Fernando Costa. **Manual de Processo Penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia complementar:

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal Esquemático**. 4. ed. São Paulo: Método, 2012.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Código de Processo Penal Anotado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MARQUES, José Frederico. **Elementos do Direito Processual Penal**. 3. ed. Campinas: Millennium, 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Disciplina: Direito Processual Penal II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Proporcionar o estudo do direito processual penal por meio dos prazos, das citações, das intimações e das notificações, bem como compreender quem são e quais as competências dos sujeitos da relação processual. Sob a ótica das garantias constitucionais, estudar a produção da prova no processo penal, as espécies de prisão e a liberdade provisória.

Ementa:

Estuda questões pragmáticas do processo penal, tais como os prazos, as citações, as intimações e as notificações, assim como as competências dos sujeitos que compõem a relação processual penal, ou seja, o juiz, o ministério público, a defensoria pública, o defensor, o curador e o assistente. Examina, ainda, os elementos da prova no processo penal, as espécies de prisão e da liberdade provisória sob a perspectiva da Constituição Federal.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 2: Parte Especial.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.: 2

TOURINHO FILHO, Fernando Costa. **Manual de Processo Penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia complementar:

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal Esquemático**. 4. ed. São Paulo: Método, 2012.

JESUS, Damásio Evangelista de . **Código de Processo Penal Anotado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MARQUES, José Frederico. **Elementos do Direito Processual Penal**. 3. ed. Campinas: Millennium, 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Disciplina: Práticas de Processo Penal

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Capacitar o aluno a interpretar, conceber e redigir atos jurídicos penais em geral, sejam judiciais (fase processual) como extrajudiciais (fase investigativa policial), bem como realizar o exame crítico da jurisprudência e da doutrina nacional sobre a matéria, dominando a terminologia jurídica, o raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica que resulte uma adequação técnico-jurídica, expressando-se oralmente e por escrito com correção linguística.

Ementa:

Interpretação e reflexão crítica que resultem a redação de atos jurídicos por meio da elaboração de diversas peças inerentes ao processo penal, tais como denúncias, sentenças, petições iniciais de ações constitucionais, recursos e da assistência a audiências de julgamento e de instrução, bem como da participação em simulação de sessões de julgamento, em especial de tribunal do júri.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

ISHIDA, Valter Kenji. Processo Penal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MUCCIO, Hidejalma. **Prática de Processo Penal:** teoria e modelos. 6. ed. São Paulo: Método, 2012.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal.** 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia complementar:

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal Esquemático**. 4. ed. São Paulo: Método, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES Antonio Scarance. **Recursos no Processo Penal**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

JESUS, Damásio Evangelista de . **Código de Processo Penal Anotado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

Disciplina: Ações Constitucionais

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Possibilitar o conhecimento do surgimento e a evolução das ações constitucionais como forma privilegiada de proteção dos direitos fundamentais individuais, coletivos e difusos. Enfrentar adequadamente e propor soluções às demandas dos novos direitos, utilizando os meios processuais previstos pela Constituição Brasileira.

Ementa:

Estuda a proteção dos direitos fundamentais como condição necessária de realização da cidadania. Os novos direitos e suas garantias jurídicas e jurisdicionais. O acesso do cidadão à justiça. O processo das ações constitucionais: um rito especial e sumário. Ações constitucionais de proteção dos direitos individuais e coletivos: Habeas corpus, Habeas data, Mandado de segurança individual e coletivo, Mandado de injunção, Ação civil pública, Ação popular.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia conterà a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

DONIZETTI, Elpídio, **Ações Constitucionais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRANDÃO, Paulo de Tarso. **Ações constitucionais: novos direitos e acesso à Justiça**. 2. ed. Florianópolis: OAB/SC, 2006.

MENDES, Gilmar Ferreira; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Controle Concentrado de Constitucionalidade**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

BARBI, Celso Agrícola. **Do mandado de segurança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BARROSO, Luis Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação civil pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores - Lei 7.347/1985 e legislação . 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PACHECO, José da Silva. **O mandado de segurança e outras ações constitucionais típicas**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Meio Ambiente e Crimes Ambientais

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Capacitar o aluno a conhecer as especificidades do direito ambiental como um direito fundamental que resulta a denominada cidadania ambiental, estudando os princípios do direito ambiental e a atuação preventiva, repressiva e reparatória do Poder Público por meio da trílice responsabilidade ambiental, ou seja, a cível, a administrativa e, em especial, a penal, quando são estudados os crimes ambientais.

Ementa:

Estuda o Direito Ambiental sob a ótica constitucional e os princípios jurídicos que o concebem, focando na tutela administrativa do meio ambiente e a necessária atividade preventiva, repressiva e reparatória incidentes na tríplice responsabilidade ambiental, com ênfase no estudo dos crimes ambientais como resultantes do dano ambiental.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- FREITAS, Vladimir Passos de. FREITAS, Gilberto Passos de. **Crimes contra a Natureza**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- GUERRA, Sidney ; GUERRA, Sergio. **Curso de Direito Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2009

Bibliografia complementar:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 13. ed. Saraiva, 2012.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência e glossário**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PRADO, Luiz Régis. **Direito Penal do Ambiente**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Manual de Direito Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

11.6 Ementas das disciplinas do 6º semestre

BLOCO TEMÁTICO: SOCIEDADE E O ESTADO I - 6º semestre:

Disciplina: Democracia, Cidadania e Dignidade Humana.

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar ao aluno o estudo das estruturas sociais e o controle social por meio do Direito, analisando as mútuas e recíprocas conexões entre o Direito e Sociedade Democrática por meio do estudo correlato entre a normatividade jurídica e a normatividade social que resulta do Estado democrático social e o elevado valor da dignidade da pessoa humana.

Ementa:

Estuda a formação e a atuação do ordenamento jurídico, bem como das instituições jurídicas que o concebe e o aplica, como resultado do diálogo entre o Direito e a Sociedade Democrática que apresenta a dignidade da pessoa humana como o valor jurídico-social mais

elevado. Políticas afirmativas com relação aos afrodescendentes e indígenas no Brasil, particularmente no que se refere à educação das relações étnico-raciais.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

FARIA, José Eduardo. **Sociologia Jurídica**. Direito e Conjuntura. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Série GVLAW

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 3: Entre Facticidade e Validade.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez, 2000. v.: 1.

Bibliografia complementar:

HABERMAS, Jürgen. **O Futuro da Natureza Humana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010

LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos & Cidadania**. São Paulo: Atlas, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais**. 9.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo**. Belo Horizonte: Fórum, 2012

Disciplina: Direito Administrativo I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Auxiliar na compreensão dos princípios fundamentais da atividade administrativa, a formação e o conceito do direito administrativo por meio da Constituição Federal e das fontes que o concebem. Examinar, ainda, a organização administrativa do Estado, os poderes da administração e a atividade normativa da administração pública.

Ementa:

Estudo dos prolegômenos do Direito Administrativo por meio dos seus princípios fundamentais, da formação, fontes e conceito de Direito Administrativo. Exame dos conceitos afins e elementos jurídicos que têm importância prática na organização administrativa do Estado e suas incidências na administração pública direta e indireta, estudando os poderes da administração e a atividade normativa da administração pública.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional Administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia complementar:

BINENBOJM, Gustavo. **Temas de Direito Administrativo e Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO; José Emmanuel. **Direito Administrativo Brasileiro**. 38. ed: São Paulo, Malheiros, 2012.

Disciplina: Direito Tributário I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Proporcionar a capacitação do aluno a dominar, à luz da globalização e da regionalização, os elementos jurídicos pertinentes à atividade financeira do Estado, desde o conceito de Direito Tributário, de suas fontes e princípios, sejam constitucionais ou do próprio ramo do Direito, até o estudo da classificação dos tributos e suas conseqüentes formas de interpretação e integração da legislação tributária.

Ementa:

Estuda os elementos caracterizadores do Direito Tributário, tais como os princípios, as fontes e a atividade financeira do Estado, examinando as normas de competência tributária constitucional e as da imunidade, da forma de interpretação, da forma de integração da legislação tributária, bem como a classificação dos tributos e as suas incidências nas competências municipal, estadual e federal.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

VOLKWEISS, Roque Joaquim. **Direito Tributário Nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

Bibliografia complementar:

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Comentários à Constituição de 1988: sistema tributário**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 18 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência**. 14 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

ROSA Júnior, Luiz Emygdio F. Da. **Manual de Direito Tributário - Jurisprudência Atualizada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

Disciplina: Direito Processual Civil II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar e facilitar a identificação dos recursos existentes e os requisitos necessários para a admissibilidade destes nos órgãos superiores contribuindo para o conhecimento das tutelas de urgência.

Ementa:

Teoria Geral dos Recursos, Apelação; Agravos; Embargos de Declaração; Embargos Infringentes; Recurso Especial; Recurso Extraordinário. Tutela Jurisdicional de Urgência: Função Cautelar; Função Antecipatória; Autonomia da Cautelar. Espécie de provimentos cautelares, Ações Cautelares Inominadas e cautelares típicas, e tutelas de urgência.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia conterà a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. :2. Atos processuais a recursos e processos nos tribunais.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 5: **Recursos, processos e incidentes nos tribunais. sucedâneos recursais**: técnicas de controle das decisões jurisdicionais.

ASSIS, Araken. **Manual dos Recursos**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

Bibliografia complementar:

CARNELUTTI, Francesco. **Direito processual civil e penal**. Campinas: PÉritas, 2001. v. 1.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 5: Arts. 476 a 565.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. v.: 4. Processo Cautelar.

ARMELIN, Donaldo. **Tutelas de Urgência e Cautelares**. São Paulo: Saraiva, 2010

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. v.: 3 Procedimentos Especiais.

Disciplina: Práticas de Processo Civil

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar e facilitar ao aluno a elaboração de forma adequada e competente peças processuais no âmbito do direito processual civil. Contribuir para a elaboração de peças adequadas ao problema jurídico apresentado em nível de 1º.grau ou 2º.grau e posterior cumprimento de sentença ou execução.

Ementa:

Áreas de atuação na prática jurídica civil. Estatuto da OAB. Código de Ética. Simulação orientada de casos práticos, audiências e julgamentos; a elaboração de peças processuais simuladas do procedimento ordinário e sumário; peças recursais, de cumprimento de sentença e execuções extrajudicial e embargos.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia empregada com o método indutivo auxiliará o aluno na aplicação prática do conteúdo teórico visto até esta etapa do curso, de sorte que ele saiba desenvolver peças processuais da área civil, desde a petição inicial até as peças recursais, a partir de casos simulados, provas práticas, redação de peças em laboratório, comparecimento com redação de relatório à audiências e sessões de julgamento no TJ/RS. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, com avaliação reduzida ante a avaliação contínua das peças e dos relatórios de audiência.

Bibliografia Básica:

MARIN, Marco Aurélio; TARTUCCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. 8. ed. São Paulo: Método, 2012.

DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurelio; TARTUCE, Fernanda. **Manual de Prática Civil**. 8. ed. São Paulo: Método, 2012

JÚNIOR ARAUJO, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil**. Cabimento/ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições e Modelos. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia complementar:

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2012

LINHARES, Erick. **Manual Prático do Juizado Especial Civil**. 2. ed. São Paulo: Juruá, 2007.

NALINI, Jose Renato. **Ética Geral e Profissional**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012

FONTANELLA, Fabiana; FONTANELLA, Patrícia. **Dicionário jurídico e latim forense**. São José/SC: Conceito Editorial, 2009.

PARIZATTO, João Roberto. **Manual Prático do Juizado Especial Civil**. 2. ed. São Paulo: Edipa, 2009.

Disciplina: Direito do Consumidor

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Capacitar o aluno para a compreensão das relações consumeristas como resultados da sociedade contemporânea que é caracterizada pela massificação das relações, estudando os princípios que o concebem, a política nacional de relações de consumo, os direitos básicos do consumidor e as especificidades dos contratos quanto à incidência da responsabilidade civil, das práticas comerciais, da proteção contratual sob a perspectiva individual, coletiva e difusa, das sanções administrativas, entre outras.

Ementa:

Estuda a relação de consumo e suas incidências no que é pertinente á política nacional de relações de consumo, aos princípios, aos direitos básicos do consumidor e às vicissitudes dos contratos disciplinados pelo Código de Defesa do Consumidor.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

BENJAMÍN, Antonio Herman de Vasconcelos. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARQUES, Cláudia de Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MIRAGEM, Bruno. **Direitos do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais: 2008

Bibliografia complementar:

AGUIAR JR. Ruy Rosado de; Lopez, Teresa Ancona. **Contratos Empresariais - Contratos de Consumo e Atividade Econômica**. São Paulo: Saraiva, 2009. Série Gvlaw

BONATO, Cláudio. **Questões Controvertidas no Código de Defesa do Consumidor**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe **Manual de Direito do Consumidor**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **O Contrato e Sua Função Social**. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

11.7 Ementas das disciplinas do 7º semestre

BLOCO TEMÁTICO: SOCIEDADE E O ESTADO II - 7º semestre

Disciplina: Direito Administrativo II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

A compreensão dos atos administrativos, as licitações e os contratos administrativos como atividades de competência do Poder Público e o conseqüente poder de polícia como característica do Direito Administrativo. Analisar os serviços públicos e suas derivações em relação à concessão, permissão e autorização para serviços públicos. Examinar, ainda, a intervenção do Estado na propriedade privada, as servidões administrativas, o tombamento, a desapropriação e a responsabilidade civil do Estado.

Ementas:

Estudo dos atos administrativos; das espécies e tipos de licitações; da teoria geral dos contratos administrativos, do regime exorbitante dos contratos administrativos, do equilíbrio

econômico-financeiro dos contratos administrativos e das espécies de contratos administrativos; do poder de polícia; dos serviços públicos e regime básico; da prestação direta e indireta dos serviços públicos, da concessão, permissão e autorização para serviços públicos; a intervenção do Estado na propriedade privada, as servidões administrativas, o tombamento, a desapropriação e a responsabilidade civil do Estado.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO; José Emmanuel. **Direito Administrativo Brasileiro**. 38. ed. São Paulo, Malheiros, 2012.

Bibliografia complementar:

- GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos**. 15 ed. São Paulo: Dialética, 2012.
- MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 6. ed. Rio de Janeiro: 2012.
- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 20. ed. São Paulo: Método, 2012.

Disciplina: Direito Tributário II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Capacitar o aluno a dominar o conteúdo de Direito constitucional tributário, estudando desde as limitações constitucionais até o poder de tributar sob a ótica da competência tributária prevista na Constituição Federal de 1988, bem como exame dos procedimentos administrativos e judiciais que são inerentes do Direito Tributário.

Ementa:

Examina o Direito Tributário sob a perspectiva eminentemente constitucional, estudando desde as limitações impostas na Carta Magna para tributar até a competência para o poder de tributar. Estuda, ainda, os procedimentos administrativos e judiciais como instrumentos de tutela aplicáveis no Direito Tributário, tais como a dualidade de jurisdição, o processo administrativo, o processo de consulta e o processo judicial tributário por meio das ações judiciais cabíveis.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

VOLKWEISS, Roque Joaquim. **Direito Tributário Nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

Bibliografia complementar:

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Comentários à Constituição de 1988**: sistema tributário. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 18. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário**: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência. 14 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, Esmafe, 2012.

ROSA Júnior, Luiz Emygdio F. Da. **Manual de Direito Tributário - Jurisprudência Atualizada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

Disciplina: Direito Internacional Público

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Proporcionar ao aluno o conhecimento dos fundamentos da disciplina e de sua definição e desenvolvimento histórico, refletindo sobre a responsabilidade internacional dos Estados e do fenômeno sucessório, bem como da forma de solução dos conflitos e das normas de repressão nas relações internacionais, enfocando os espaços internacionais e o Direito Comunitário sob a perspectiva da proteção da pessoa humana no Direito Internacional Público.

Ementa:

Estuda o conceito e desenvolvimento histórico da disciplina, das fontes, dos sujeitos e da personalidade jurídica internacional, tratando da responsabilidade internacional do Estado e do fenômeno sucessório, da forma de solução dos conflitos e dos princípios e normas de repressão nas relações internacionais. Reflete, ainda, sobre os espaços internacionais, o Direito Comunitário, a condição jurídica dos estrangeiros e a proteção da pessoa humana no Direito Internacional Público.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de

conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica:

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2012

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012

Bibliografia Complementar:

SILVA, Geraldo E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba; Accioly, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

JUNIOR, Alberto do Amaral. **Curso de Direito Internacional Público**. 3. ed. São Paulo: 2012.

ZANINI GODINHO, Thiago José. **Elementos de Direito Internacional Público e Priva**. São Paulo: Atlas, 2012.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto; DIREITO, Carlos Alberto Menezes; PEREIRA, Antônio Celso Alves. **Novas Perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MEZZANOTTI, Gabriela. **Direito, Guerra e Terror** - os novos desafios do direito internacional pós 11 de setembro. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

Disciplina: Direito Internacional Privado

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Compreender os princípios e fontes que formatam o Direito Internacional Privado e definir as diferenças em relação ao Direito Internacional Público, estudando a Lei de Introdução ao Código Civil e o Direito Processual Civil Internacional cujas incidências resultam das diversas questões de direito privado sob a ótica internacional em meio de sociedades globalizadas caracterizadas pela intensa circulação de pessoas e crescentes relações jurídicas internacionais.

Ementa:

Estuda as fontes e princípios do Direito Internacional Privado e, por meio da Lei de Introdução ao Código Civil e o Direito Processual Civil Internacional, suas implicações práticas nas figuras jurídicas do matrimônio, da filiação, dos bens, das obrigações e das sucessões, analisando a homologação da sentença estrangeira, a carta rogatória, a competência concorrente e exclusiva da Justiça brasileira, o conflito internacional de leis e o exame da arbitragem internacional.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado**: teoria e prática brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado**: parte geral. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

AMORIM, Edgar Carlos de; OLIVEIRA JÚNIOR, Vicente de Paulo Augusto de. **Direito Internacional Privado**. 11. ed. Rio de Janeiro: Gen - Forense, 2011.

Bibliografia complementar:

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2012

BASSO, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto; DIREITO, Carlos Alberto Menezes; PEREIRA, Antônio Celso Alves. **Novas Perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ZANINI GODINHO, Thiago José. **Elementos de Direito Internacional Público e Privado**. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: Direito Processual Civil III

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivo:

Oportunizar e facilitar o estudo das várias formas de realização do direito material com os procedimentos adequados para a satisfação do bem da vida alcançado com a tutela jurisdicional.

Ementa:

Execução- conceito e natureza, novos rumos da execução, princípios do processo de execução, pressupostos da execução, liquidação da sentença, cumprimento de sentença,

execução de título extrajudicial, fraude a execução, espécies e procedimentos e embargos de terceiro, à execução e do devedor.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia conterà a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, sùmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

ASSIS, Araken. **Manual da execução**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. v. 4: Execução.
SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. vol.2: Execução e Processo Cautelar.

Bibliografia complementar:

COSER, Jose Reinaldo. **Da Exceção de Pré-executividade e dos Títulos Executivos**. São Paulo: Servanda, 2003

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito Processual Civil**. São Paulo; Saraiva: 2012. v.2: Processo Conhecimento, Cautelar, Execução e Procedimentos Especiais.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Processo Civil Moderno**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 3: Execução.

SILVA, Jaqueline Mielke. XAVIER, José Tadeu Neves. SALDANHA, Jania Maria Lopes. **A Nova execução de títulos executivos extrajudiciais**. As alterações introduzidas pela Lei 11.382/06. Porto Alegre: Verbo Juridico, 2008.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo de Execução e Cumprimento da Sentença**. 27. ed. São Paulo: Leud, 2012.

11.8 Ementas das disciplinas do 8º semestre

BLOCO TEMÁTICO: EMPRESA E O TRABALHO I - 8º semestre

Disciplina: Economia, Empresa e Produção

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Capacitar o aluno a compreender o processo de globalização como fator caracterizador da sociedade contemporânea por meio da análise econômica, política, jurídica e sociológica que auxiliam a conhecer o significado de suas projeções na atividade empresarial e, por consequência, nos índices qualitativos e quantitativos de produção da empresa.

Ementa:

Estuda o processo de globalização que alavanca as relações empresariais dos dias contemporâneos por meio da reflexão sobre fatores econômicos e políticos estudados desde a matriz regionalizada até a mundial, bem como suas incidências sociológicas e jurídicas que implicam o modus de administração da empresa e sua escala de produção.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito Econômico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

Bibliografia complementar:

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O Direito na Sociedade Complexa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FEIJÓ, Ricardo. **História do Pensamento Econômico**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RAWLS, John. **O liberalismo Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2012

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 4. ed. Brasília: Editora Unb, 2009.v.1: Fundamentos da Sociologia Compreensiva.

Disciplina: Tipos Societários

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Proporcionar ao aluno conhecimentos específicos do Direito Empresarial como resultante do regime jurídico de livre iniciativa e da proteção da ordem econômica e da livre concorrência, estudando desde a figura da pessoa jurídica e da atividade empresarial, do empresário e das sociedades empresariais por meio dos seus tipos societários, bem como os contratos mercantis, até as formas de recuperação, dissolução, liquidação e mutações societárias.

Ementa:

Estuda o regime da livre iniciativa, a empresa e o empresário, as obrigações dos profissionais individuais atuantes no ramo, tais como as figuras do preposto, do gerente, do contabilista e dos empregados, a pessoa jurídica na modalidade de sociedade empresarial, o sócio e a sociedade empresária, o empresário e os direitos do consumidor, as formas de contratos

mercantis e os tipos societários, bem como a proteção do Estado no equilíbrio econômico das empresas e seus reflexos nas formas de dissolução, liquidação, mutações societárias.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial - direito de empresa**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. 9 ed. São Paulo, Saraiva, 2012. v. 1: Teoria Geral da Empresa e Direito Societário.

Bibliografia complementar:

BERTOLDI, Marcelo Marco; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Lições de Direito Empresarial**. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 2012.

MARTINS, Fran; ABRÃO, Carlos Henrique. **Curso de Direito Comercial**: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades empresárias, fundo de comércio. 35. ed. Rio de Janeiro: Gen - Forense, 2012.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 2

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. 13. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012

Disciplina: Contratos em Espécie

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar ao aluno o estudo dos contratos em espécie, revendo os elementos básicos da teoria geral dos contratos e os princípios que o concebem, desde o exame da clássica autonomia da vontade e o rígido esquema do *pacta sunt servanda* até o dirigismo contratual dos tempos contemporâneos, por meio de um estudo aberto que recepciona as novas modalidades de contratação que entremostra a era contemporânea dos contratos como instrumento gerador de riqueza e de resultante da aquisição de bens e serviços condutores do bem-estar, em especial no que pertine aos contratos empresariais.

Ementa:

Estuda o contrato como instrumento gerador de riqueza da sociedade contemporânea, em especial aos contratos empresariais, estudando desde a concepção principiológica dos contratos em geral até os contratos em espécie, tais como os tradicionais típicos, compreendidos os da compra e venda, locação, mandato, comodato, mútuo, transporte, seguro, depósito, agência e distribuição, comissão, representação comercial, corretagem e prestação de serviços, bem como os contratos atípicos, assim entendidos os de franquia, transferência de tecnologia (licença e know-how) *leasing*, *factoring*, entre outros, sem deixar de contemplar as novas fronteiras do contrato por meio do contrato eletrônico.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. v.: 3. Contratos.

COELHO, Fábio Ulhoa **Curso de Direito Civil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.: 3 .
Contratos

Bibliografia complementar

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
v.:3. Contratos e Atos Unilaterais.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil**. 5.
ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Tomo 2, v.:4. Contratos em espécie.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2012. v.: 3. Contratos em
espécie.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**. 2.ed.
Salvador: Juspodivm, 2012. v.:4. Contratos.

WALD, Arnoldo. **Direito Civil**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.:3. Contratos Em
Espécie.

Disciplina: Direito do Trabalho

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Capacitar o aluno a compreender a medicina e segurança do trabalho nas empresas e suas medidas preventivas, bem como a atuação do Ministério Público do Trabalho e o processo de multas administrativas, estudando as normas especiais de tutela do trabalho. Compreender o direito coletivo do trabalho e a organização sindical, os conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução por meio das convenções e acordos coletivos.

Ementa:

Estuda a medicina e segurança do trabalho; os órgãos de segurança e medicina do trabalho nas empresas, as medidas preventivas de medicina do trabalho, o processo de multas administrativas, a atuação do Ministério Público do Trabalho, as normas especiais de tutela do trabalho, a nacionalização do trabalho, o direito coletivo do trabalho, a organização sindical, o direito internacional do trabalho e a OIT, os conflitos coletivos de trabalho e suas formas de soluções por meio de convenções e acordos coletivos, o direito de greve e as perspectivas do direito coletivo do trabalho brasileiro e internacional.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de

conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 37. ed. São Paulo: LTr, 2012.

Bibliografia complementar:

BELMONTE, Alexandre Agra. **Instituições civis no Direito do Trabalho** - curso de direito civil aplicado ao direito do trabalho : reflexos do direito civil nas relações de trabalho. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antonio Carlos Flores de. **Introdução ao Direito do Trabalho**. 10. ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários às Súmulas do TST**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2011.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Curso de Direito do Trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

Disciplina: Títulos de Crédito

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Auxiliar na capacitação do aluno a compreender a distinção entre direito civil e direito comercial, estudando a atividade empresarial e os fatores de produção, a atividade comercial e industrial. Proporcionar ao aluno conhecer as noções gerais dos títulos de crédito e o princípio do rigor cambiário, estudando as espécies de títulos de crédito, suas garantias e instrumentos para o efetivo cumprimento, bem como a circulação cambial por meio do endosso e as ações cambiais.

Ementa:

Estuda as diferenças entre os ramos do Direito Civil e Direito Comercial e suas implicações nos fatores de produção e nas atividades comercial e industrial. Analisa os títulos de crédito por meio de suas características, tais como a literalidade, a autonomia, a abstração, a cartularidade, a independência, o princípio do rigor cambial e das suas espécies, ou seja, o cheque, a nota promissória, a duplicata mercantil, a letra de câmbio e o contrato de câmbio. Estuda, ainda, o aval, o vencimento e o protesto, a circulação cambial por meio do endosso e as hipóteses de anulação e os títulos de créditos nos financiamentos industrial, comercial e imobiliário.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial - direito de empresa**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 2012. v. 2: Títulos de Créditos e Contratos Empresariais.

Bibliografia complementar:

BERTOLDI, Marcelo Marco; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Lições de Direito Empresarial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARTINS, Fran; ABRÃO, Carlos Henrique. **Curso de Direito Comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades empresárias, fundo de comércio**. 35. ed. Rio de Janeiro, Gen - Forense, 2012.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v.:2. Títulos de Crédito.

MAMEDE, Gladston. **Títulos de Crédito**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v.:3. Direito Empresarial Brasileiro.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Ementa

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em capacitar o aluno a desenvolver a pesquisa jurídico-social, seja na ótica disciplinar como interdisciplinar, no sentido de elaborar a monografia de final de curso, compreendendo desde a escolha da temática a ser desenvolvida até a elaboração do respectivo projeto de pesquisa, externando os conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer do curso.

Objetivos

O Trabalho de Conclusão visa proporcionar a produção científica que o aluno do curso de Direito deverá realizar por meio da elaboração de uma monografia final de curso a ser

concluída em disciplina de Trabalho de Conclusão II, com supervisão e orientação individual de professor do Curso de Direito da FACCAT.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará da exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse, com foco na pesquisa jurídico-científica, para, então, o aluno iniciar a pesquisa focada na sua área de interesse, mediante orientação de professor vinculado ao Curso de Direito. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. A avaliação será realizada por meio de fichas de acompanhamento das orientações, implementadas através da resolução específica.

Bibliografia básica:

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
LEITE SOBRINHO, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Série Métodos em Direito, v. 1.
DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia complementar:

CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
NUNES, Rizzato. **Manual da Monografia Jurídica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia Jurídica** - guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. São Paulo: Método, 2012.

11.9 Ementas das disciplinas do 9º semestre

BLOCO TEMÁTICO: EMPRESA E O TRABALHO II - 9º semestre

Disciplina: Recuperação de Empresa e Falência

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Capacitar o aluno a dominar e aplicar o conteúdo inerente às disposições gerais da falência e recuperação das empresas, as responsabilidades dos sócios, diretores, gerentes, contadores, síndicos e pessoas afins, estudando as disposições comuns à recuperação judicial e à falência, o direito processual falimentar e o direito penal falimentar, assim como a recuperação extrajudicial.

Ementa:

Estuda as disposições gerais referentes à recuperação da empresa e da falência, estudando as responsabilidades dos sócios, diretores, gerentes, contadores, síndicos e pessoas afins em

ambas as situações. Examina a hipótese de recuperação da empresa nas esferas judicial e extrajudicial e a falência que é estudada sob a ótica processual e penal.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito Econômico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à Lei de Falências e de Recuperação da Empresa**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAMEDE, Gladstone. **Falências e Recuperação de Empresas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 4.

Bibliografia complementar:

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O Direito na Sociedade Complexa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial. Direito de Empresa.** 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.1: Direito de Empresa.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial.** 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** 4. ed. Brasília: Editora Unb, 2009.v.2: Fundamentos da Sociologia Compreensiva.

Disciplina: Direito Processual do Trabalho

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Compreender o processo do trabalho desde o estudo dos princípios que o concebem, a competência e a jurisdição da Justiça do Trabalho, bem como as peças judiciais e a produção da prova, estudando o processo e os procedimentos, os elementos da audiência trabalhista, a sentença e os recursos cabíveis, noções gerais da execução trabalhista.

Ementa:

Estuda os princípios do processo do trabalho, a competência e a jurisdição da Justiça do Trabalho, os elementos a serem observados na elaboração da petição inicial e na resposta do réu, a produção das provas, o processo e os procedimentos ordinário e sumaríssimo, a realização da audiência inicial, a apresentação das razões finais, a sentença e coisa julgada. Analisa, ainda, os recursos trabalhistas em seus princípios recursais e os recursos em espécie: recurso ordinário, embargos de declarações, agravo de instrumento e recurso de revista. Examina as noções básicas da execução trabalhista.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

GIGLIO, Wagner D. **Direito Processual do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS FILHO, Ives Granda da Silva. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia complementar:

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**: doutrina e prática forense. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de Direito do Trabalho**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2012

MALLET, Estevão. **Prática de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2008

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Sistema de recursos trabalhistas**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2011.

Disciplina: Direito Previdenciário

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Capacitar o aluno a dominar o conteúdo do Estado Social e a seguridade social como resultado de um Direito Fundamental em que a previdência social é examinada no contexto de uma sociedade globalizada, estudando os sujeitos da relação jurídica previdenciária, o

financiamento da seguridade social, o custeio do regime geral da previdência social, a previdência complementar.

Ementa:

Estuda o Estado Social e a seguridade social como Direito Fundamental, a previdência social na sociedade globalizada, o direito previdenciário e os sujeitos da relação previdenciária, o Instituto Nacional do Seguro Social, os beneficiários, o financiamento da seguridade social, o custeio do regime geral da previdência social, as prestações, os benefícios, os serviços, os acidentes de trabalho, as doenças ocupacionais, o tempo de contribuição para fins previdenciários e a previdência complementar.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de Direito Previdenciário**. 4. ed., Editora: Ltr, 2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 32. ed., Editora: Atlas, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

Bibliografia complementar:

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de Direito Previdenciário**. 5. ed., Editora: Ltr, 2011.

GOES, Hugo Medeiros de. **Resumo de Direito Previdenciário**. 4.ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2012.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Curso de Processo Judicial Previdenciário**. 3. ed. Editora: Método, 2010.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 17. ed. Niterói: Impetus, 2012

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário**. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2012

Disciplina: Prática de Processo do Trabalho

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Capacitar o aluno a elaborar, desenvolver técnicas de redação e interpretar as peças judiciais e extrajudiciais inerentes ao processo do trabalho, tais como petições iniciais e de meio, sentenças, recursos cabíveis, examinando os elementos que devem ser contemplados nos cálculos trabalhistas, seja na esfera judicial como na esfera extrajudicial, conhecendo a atuação dos sindicatos na prática do cotidiano do processo trabalhista.

Ementa:

Oficina de interpretação e redação dos atos jurídicos que compõem a rotina da prática de processo trabalhista, examinando a forma e elementos a serem examinados nas petições iniciais e de meio, nas sentenças e nos recursos judiciais cabíveis, observando os requisitos essenciais que são contemplados na elaboração dos cálculos trabalhistas e conhecendo a atuação dos sindicatos na prática do processo do trabalho.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia empregada buscará auxiliar o aluno na aplicação prática do conteúdo teórico visto até esta etapa do curso, de sorte que ele saiba desenvolver peças processuais da área trabalhista, desde a petição inicial até as peças recursais, à partir de casos simulados, provas práticas, redação de peças em laboratório, comparecimento com redação de relatório à audiências e sessões de julgamento no TRT 4ª.Região. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, com avaliação reduzida ante a avaliação contínua das peças e dos relatórios de audiência.

Bibliografia básica:

GIGLIO, Wagner D. **Direito Processual do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS FILHO, Ives Granda da Silva. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia complementar:

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Previdência Social no Brasil - (Des)Estruturação**. São Paulo: 2012;

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**, 17. ed. Niterói: Impetus, 2012.

NEGRINI, Daniela Aparecida Flausino. **Acidente do Trabalho e Suas Conseqüências Sociais**. Editora: Ltr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: Direito Coletivo e Difuso

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar o aluno a estudar o Direito do Trabalho na ótica dos conflitos coletivos, analisando os seus elementos constitutivos, conteúdo, função, paradigmas e princípios especiais que o concebem, estudando, ainda, as especificidades dos sindicatos, das negociações coletivas e o direito de greve.

Ementa:

Estuda as especificidades do Direito do Trabalho a partir dos conflitos coletivos, examinando os elementos constitutivos da relação, suas funções, paradigmas e princípios afins, bem como as atividades resultantes das atuações dos sindicatos em razão das negociações coletivas e do direito de greve.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

- DELGADO, Maurício Godinho. **Direito Coletivo do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Ltr, 2011.
- GIGLIO, Wagner D. **Direito Processual do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS FILHO, Ives Granda da Silva. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia complementar:

- DELGADO, Gabriela Neves. **Direito Fundamental ao Trabalho Digno**. São Paulo: LTr, 2006.
- MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- DELGADO, Mauricio Godinho. **Princípios de Direito Individual e Coletivo do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Ltr, 2010.
- CAIRO JÚNIOR, José. **Curso de Direito do Trabalho - Direito Individual e Coletivo do Trabalho**. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2012

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno à elaboração e formatação do Trabalho de Conclusão de Curso por meio de pesquisa socio-jurídica iniciada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, em especial a doutrinária e jurisprudencial, observadas as normas científicas, que o recomende a defesa perante banca de arguição

Ementa

Elaboração e formatação de monografia como resultado de pesquisa científica desenvolvida na disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso I que demonstre o senso crítico e reflexivo do aluno e a sua capacidade de aplicar os conhecimentos então desenvolvidos, seja na produção do texto escrito como na defesa perante banca de arguição.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia consiste na continuação da pesquisa individual jurídico-científica iniciada em TCC I, mediante orientação de professor vinculado ao Curso de Direito. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. A avaliação será realizada por meio de fichas de acompanhamento das orientações, implementadas através da resolução específica, bem como avaliação oriunda da banca de arguição.

Bibliografia básica:

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
LEITE, Eduardo de Oliveira. **SA monografia jurídica**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Série Métodos em Direito, v. 1.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia Jurídica** - guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. São Paulo: Método, 2012.

Bibliografia complementar:

CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NUNES, Rizzato. **Manual da Monografia Jurídica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

11.10 Ementas das disciplinas do 10º semestre

BLOCO CONCLUSÃO: NOVOS DIREITOS E ÉTICA PROFISSIONAL - 10º semestre

Disciplina: Ética Profissional

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos: Capacitar o aluno a compreender e posicionar-se diante dos problemas práticos da moral e da ética na área do direito, a partir das principais teorias éticas contemporâneas. Proporcionar conhecimento do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e do Código de Ética dos demais profissionais do Direito.

Ementa: As teorias éticas e a legitimação da obrigatoriedade moral e sua relação com o Direito. A ética da alteridade e a dignidade humana. O código de ética e de disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil –OAB e das outras profissões jurídicas. O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia consiste na continuação da pesquisa individual jurídico-científica iniciada em TCC I, mediante orientação de professor vinculado ao Curso de Direito. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. A avaliação será realizada por meio de fichas de acompanhamento das orientações, implementadas através da resolução específica, bem como avaliação oriunda da banca de arguição.

Bibliografia Básica:

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012

VAZ, Henrique Claudio de Lima. **Ética e Direito**. São Paulo: Loyola, 2002

GAMA, Ricardo Rodrigues. **Estatuto da Advocacia e Código de Ética Da OAB**. Campinas: Russell, 2009

Bibliografia Complementar:

NALINI, Jose Renato. **Ética da Magistratura**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

COUTURE, Eduardo. **Mandamentos do Advogado**. 3.ed. Porto Alegre: Safe. 1979.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Poder dos Juízes**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007

CORTINA, Adela. **Cidadãos do Mundo** - para uma teoria da cidadania. São Paulo, Loyola, 2005.

COSTA, Elcias Ferreira da. **Deontologia Jurídica** - Ética das Profissões Jurídicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009

Disciplina: Inovações e Propriedade Intelectual

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Auxiliar o aluno na compreensão da atualidade e da importância da propriedade intelectual para a cultura e progresso técnico de um país, articulando seus conhecimentos, de forma crítica e criativa, para a proposição de soluções razoáveis nas mais diversas e novas situações sobre o tema que lhe sejam apresentadas. Proporcionar o aprendizado e a aplicação das regras e os princípios que norteiam o direito de propriedade intelectual, atento à crescente internacionalização dos seus temas e de sua legislação, desde o paradigma do Estado Democrático de Direito delineado na Constituição Brasileira.

Ementa:

Direito do Autor: importância e atualidade. Fundamentos da proteção da propriedade intelectual. Histórico do Direito do Autor, especialmente no Brasil. Natureza jurídica. Objeto. Gênese e conteúdo: moral e patrimonial - limitações. Duração. Domínio Público. Autoria e titularidade. Administração coletiva. Cessão, transferência, contratos de licença, de edição, etc. Violações. Sanções cíveis e penais (pirataria e plágio). Direitos conexos. Problemas especiais: cópia particular, software e cinema, creative commons, fair use. Distinção entre

copyright e droit d'auteur, caracterizações e convergências dos sistemas em função da proteção internacional. A discussão sobre a cultura livre e o paradigma da proteção autoral.

Direito da Propriedade Industrial: Distinção entre Direito de autor e Propriedade Industrial. Importância e histórico. Privilégios de invenção (PI – patente de invenção), de modelo de utilidade (MU – patente de modelo de utilidade) e desenho industrial DI – registro de desenho industrial). Requisitos. Garantias de prioridade. Invenções e modelos não privilegiáveis. Processo de obtenção - depósito, publicação e exame. Anuidades. Duração, extinção e nulidades. Conteúdo. Transferência entre vivos e por morte. Licenças: compulsória e voluntária. Inventos de empregado e de funcionário. Marcas, conceitos, tipos, formas e classes. Marcas registráveis e marcas não registráveis. Marcas de alto renome e notoriamente conhecidas. Modelo industrial. Indicações Geográficas: Denominações de Origem e Indicações de Procedência. Repressão à Concorrência Desleal e ao abuso de poder econômico. Casos especiais: a proteção à cultivar, o registro de software, a proteção do Trade-Dress (conjunto-imagem) e o abuso de direito na propriedade industrial, na formação de grandes monopólios.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

KRETSCHMANN, Ângela. **Dignidade Humana e Direitos Intelectuais: (re)visitando o Direito Autoral na Era Digital**. Florianópolis: Conceito, 2008.

NEWTON, Silveira. **Propriedade Intelectual**. 4. ed. Barueri: manole, 2010

BRANCHER, Paulo. **Direito da Concorrência e Propriedade Intelectual - da inovação tecnológica ao abuso de poder**. São Paulo: Singular, 2010.

Bibliografia complementar

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva(Org). **Direito da propriedade intelectual - estudos em homenagem ao Pe. Bruno Jorge Hammes**. Curitiba: Juruá, 2005.

BITTAR, Carlos Alberto; Bittar Filho, Carlos Alberto. **Tutela dos Direitos da Personalidade e dos Direitos Autorais nas Atividades Empresariais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

DOMINGUES, Douglas Gabriel. **Comentários à Lei da Propriedade Industrial**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

HAMMES, Bruno Jorge. **O Direito da propriedade intelectual: subsídios para o ensino**. 3. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

BARBOSA, Denis Borges. **Propriedade Intelectual - direitos autorais, direitos conexos e software**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003

Disciplina: Bioética e Biodireito

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar ao aluno o estudo sobre o desenvolvimento biotecnológico, os avanços científicos e as práticas médicas contemporâneas em razão da dignidade da pessoa humana, examinando a significância do ser humano e as situações médicas, genéticas, sociais, culturais, éticas, epistemológicas e científicas como elementos sistematizadores a serem contemplados no Direito contemporâneo.

Ementa

Estuda o Direito contemporâneo por meio dos avanços tecnológicos e as práticas médicas do cotidiano em razão do princípio da dignidade da pessoa humana, examinando, por meio da perspectiva histórica, a importância e contextualização social e seus reflexos na normatização jurídica, estudando as situações genéticas, sociais, culturais, éticas e epistemológicas, em especial as que dizem respeito ao início e ao final da vida humana.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2

instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica:

JUNGES, Jose Roque. **Bioética - Hermenêutica e Casuística**. São Paulo: Loyola, 2006

ASCENÇÃO, José de Oliveira. **Estudos de Direito da Bioética**. Coimbra: Almedina, 2005

NAMBA, Edison Tetsuzo. **Manual de Bioética e Biodireito**. São Paulo: Atlas, 2009

Bibliografia Complementar:

DIAFÉRRIA, Adriana. Clonagem, aspectos jurídicos e bioéticos. São Paulo: Edipro, 1999.

SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética**. Portugal: Principia, 2009

PITHAN, Livia Haygert. **A Dignidade Humana Como Fundamento Jurídico das Ordens de Não-ressuscitação Hospitalares**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

GOZZO, Debora; Ligiera, Wilson Ricardo. **Bioética e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011

Disciplina: Estágio I

Eixo de formação:

Carga horária total: 90

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 00

Total de horas práticas: 90

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Oportunizar a colocação do aluno em situações reais de trabalho e o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício de qualquer área das carreiras jurídicas, contribuindo para a integração teórica e prática do aluno a partir do atendimento a casos reais

Ementa:

Atendimento a comunidade local. Elaboração das petições iniciais à partir dos casos práticos trazidos de acordo com as necessidades da comunidade, tanto do procedimento ordinário, sumário, Contestações, iniciais de Execuções Extrajudiciais, cumprimento de sentença e Embargos. Ações reais, etc. Prática nos Juizados especiais cíveis.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia empregada buscará auxiliar o aluno na aplicação prática do conteúdo teórico visto até esta etapa do curso, de sorte que ele saiba desenvolver peças processuais da área civil e penal após os atendimentos aos casos reais. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, com avaliação reduzida ante a avaliação contínua das peças produzidas em atendimento aos casos reais.

Bibliografia Básica

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Audiência de Instrução e Julgamento e audiências preliminares**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ASSIS, Araken de. **Manual dos Recursos**. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo; SILVA, Davi Andre Costa. **Manual de Prática Penal – Teoria e Prática**. 5. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

Bibliografia Complementar

ASSIS, Araken de. **Cumprimento da sentença**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. **Procedimentos Especiais**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MITIDIERO, Daniel. **Antecipação da Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DONIZETTI, Elpidio. **Processo de Execução**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAULO, José Ysnaldo Alves. **Nova execução de título extrajudicial**. Rio de Janeiro: GZ, 2009.

Disciplina: Estágio II

Eixo de formação:

Carga horária total: 90

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 00

Total de horas práticas: 90

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Possibilitar a colocação do aluno em situações reais de trabalho e o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício de qualquer área das carreiras jurídicas, contribuir para a integração teórica e prática do aluno a partir do atendimento a casos reais.

Ementa:

Acompanhamento de processos e realização de audiências de instrução e julgamento. Acompanhamento de processos na justiça de primeiro grau e juizados especiais cíveis. Petições de meio, réplicas, manifestações sobre laudos, memoriais, etc. Recursos aos Tribunais Estaduais e Superiores.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia empregada buscará auxiliar o aluno na aplicação prática do conteúdo teórico visto até esta etapa do curso, de sorte que ele saiba desenvolver peças processuais da área civil e penal após os atendimentos aos casos reais. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, com avaliação reduzida ante a avaliação contínua das peças produzidas em atendimento aos casos reais.

Bibliografia Básica

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Audiência de Instrução e Julgamento e audiências preliminares**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ASSIS, Araken de. **Manual dos Recursos**. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo; SILVA, Davi Andre Costa. **Manual de Prática Penal – Teoria e Prática**. 5. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

Bibliografia Complementar

ASSIS, Araken de. **Cumprimento da sentença**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. **Procedimentos Especiais**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MITIDIERO, Daniel. **Antecipação da Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DONIZETTI, Elpidio. **Processo de Execução**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAULO, José Ysnaldo Alves. **Nova execução de título extrajudicial**. Rio de Janeiro: GZ, 2009.

11.11 Disciplinas Optativas

Disciplina: Informática para o Direito

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Proporcionar ao aluno o conhecimento mínimo que possibilite a utilização das ferramentas mais empregadas na rotina das atividades jurídicas, tais como windows, editor de textos, planilha eletrônica, software de apresentação, banco de dados, internet, correio eletrônico e intranets, trabalhando com conceitos atuais das diversas tecnologias de informação disponíveis aplicadas ao Direito.

Ementa

Estuda as noções básicas de informática para o entendimento de sua potencialidade e aplicabilidade nas atividades jurídicas, nas dimensões que abrangem desde suas incidências no campo da investigação científica até a prática da rotina do processo judicializado, em especial, nos processos judiciais virtuais.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo, desenvolvendo as práticas das ferramentas da informática. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

COLLIN, S. M. H. **Dicionário de informática, multimídia e realidade virtual**. São Paulo: Melhoramentos, 2001.

NORTON, P. **Introdução à informática**. 2.ed. São Paulo: Makron, 1997.

TANENBAUM, A. S. **Redes de computadores**. São Paulo: Campus, 1997.

Bibliografia Complementar

GRISPUN, M. P. S. (Org.). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1999.

LEMOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

SAMPAIO, M. N.; LEITE, L.S. **Alfabetização tecnológica do professor**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, M. L. **Do giz a era digital**. São Paulo: Zouk, 2003.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Proporcionar ao aluno conhecimentos teórico-práticos sobre as línguas e linguagens humanas, utilizadas por pessoas com necessidades especiais, especificamente surdos, cegos e pessoas com baixa visão, propondo-se a estudar e reconhecer a língua de sinais como língua própria da cultura surda, além de compreender como ocorre o processo do letramento em pessoas surdas e pessoas com deficiência visual, conhecendo o sistema Braille utilizado pelos cegos, bem como a especificidade de comunicação e linguagem de pessoas com deficiência visual.

Ementa

Estuda a aprendizagem e a habilidade com a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e do Sistema Braille, leitura e escrita, conceituando e identificando os processos históricos da língua de sinais e dos movimentos políticos dos surdos no Brasil e no Mundo, sua trajetória de lutas políticas e

educacionais e as implicações no processo de inclusão educacional, compreendendo os processos linguísticos da pessoa surda, com ênfase nas fases de aquisição e desenvolvimento da língua de sinais.

Metodologia e recursos de avaliação:

As aulas serão desenvolvidas por meio da utilização de estratégias diversificadas, tais como: aulas expositivas dialogadas, mediação das discussões sobre filmes, vídeos e textos, aulas dialogadas em Libras, assessoramento às atividades dos alunos. Em relação aos alunos, serão propostas atividades individuais e em grupos, seminários, discussão de filmes e construção textual, leituras (individuais ou em grupos) de textos relacionados às temáticas estudadas e posterior produção textual, elaboração e apresentação de diálogos em LIBRAS, entre outros, pelas quais serão avaliados

Bibliografia Básica

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da Língua Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009;

MEC/SEESP. **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual.** Elaboração: Elizabet Dias Sá [et al] – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007;

QUADROS, Ronice Müller e KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004;

Bibliografia Complementar

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos - ideologias e práticas pedagógicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005;

- CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (editores). **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**, Volume II: Sinais de M a Z. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008;
- LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007;
- MAZINI, Elcie F. Salzano (org.) **Do Sentido pelos Sentidos para o Sentido**: Sentido das pessoas com deficiência sensorial. Niterói: Velor, 2002;
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília, 2005;
- SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008;

Disciplina: Filosofia do Direito

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos:

Auxiliar na capacitação do aluno e na compreensão do Direito Natural no discurso jurídico contemporâneo, estudando a metafísica da natureza, o problema do fundamento, a *phónesis* aristotélica e a contemporaneidade jurídica, o *neokantismo* no Direito Natural, o neojusnaturalismo e o universalismo dos Direitos Humanos.

Ementa:

Estuda o Direito sob as óticas do Direito Natural e suas implicações no positivado direito contemporâneo caracterizado pelo humanismo antropocêntrico, devendo ser observada a ética e a ética normativa sem restringir a filosofia como aplicada apenas na teoria da linguagem científica que a identifica com a lógica.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

- FERRAZ JR. Tercio Sampaio. **A Ciência do Direito**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 8. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2009.

Bibliografia complementar:

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. São Paulo: Edipro, 2011.

DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. 2. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2007.

VILANOVA, Lourival. **Escritos Jurídicos e Filosóficos**. São Paulo: Axis Mundi, 2003

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Sistemas Jurídicos

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos:

Oportunizar ao aluno o estudo da cultura jurídica no mundo atual sem limitar o estudo de um único Direito nacional, examinando os movimentos de pessoas, de mercadorias, de capitais, entre outros, que ignoram as fronteiras dos Estados e a consequente problematização das formas de conhecimento da ciência jurídica na contemporaneidade que incidem nos desafios impostos à observância da experiência jurídica brasileira.

Ementa:

Estuda os grandes sistemas do Direito atual, desde a análise do Direito Comparado até a diversidade dos Direitos contemporâneos, em razão da interdependência e solidariedade das nações que condicionam o destino da ciência jurídica pátria que impõem aos economistas e juristas uma nova visão dos problemas que lhes dizem respeito.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

CAMPILONGO, Celso. **O Direito na Sociedade Complexa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PAIXÃO, Cristiano. **Modernidade, Tempo e Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

LOSANO, Mario Giuseppe. **Os Grandes Sistemas Jurídicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. São Paulo: Edipro, 2011.

DAVID, René. **Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Sergio Fontes, 1996.

RAZ, Joseph. **O Conceito de Sistema Jurídico** - uma introdução à teoria dos sistemas jurídicos. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Política, Sistema Jurídico e Decisão Judicial**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FINE, Toni M. **Introdução Ao Sistema Jurídico Anglo-americano**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Disciplina: Técnicas de Mediação Familiar

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Proporcionar e oportunizar o acesso ao conhecimento que envolve os processos de mediação como forma de solução de conflitos em especial na solução deste à partir dos próprios agentes envolvidos.

Ementa

Estuda os processos de solução de conflitos familiares, os projetos de Mediação existentes no Judiciário e as alternativas extrajudiciais para a composição dos conflitos familiares.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso.

Bibliografia básica

CARVALHO FILHO, Adhemar Mombrum. Petição Inicial no Direito de Família. São Paulo: Sólivros, 2001.

COLOMBO, Juliano, CORREA, Leticia Loureiro. Manual de pratica Civil – Teoria e prática. 4. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011

DIAS, Maria Berenice Manual de Direito das Famílias. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Bibliografia complementar

GEDIEL, Claudino de Araújo Junior. **Prática no Processo Civil - Cabimento/ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições e Modelos**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. São Paulo: Método, 2008.

GONÇALVES, Mirian. **Petição Inicial no Direito Processual Civil**. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

CÓDIGOS Civil, Comercial, Processo Civil e Constituição Federal. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. 16. ed.. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: Direito Imobiliário

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivo

Proporcionar ao aluno um enfoque na perspectiva constitucional sobre as normas reguladoras dos principais institutos relacionados com a propriedade imobiliária, com enfoque especial no condomínio edilício e na legislação relativa a locação. Auxiliar na compreensão das atuais tendências da doutrina e da jurisprudência em relação aos institutos do direito imobiliário, de forma a propor soluções razoáveis nas mais diversas e novas situações que lhe sejam apresentadas. De forma que seja capaz de solucionar problemas relacionados às locações e ao

condomínio edilício, atento aos princípios constitucionais que fundamentam o Estado Democrático, em especial ao da dignidade da pessoa humana.

Ementa:

A locação em geral. Distinção entre a locação prevista no Código Civil e a locação prevista em legislação especial. A locação de imóveis urbanos. Residências e não residências. A proteção ao fundo de comércio. Detalhamento sobre a formação do contrato de locação. O sistema de garantia locatícia. Mecanismos de revisão do contrato de locação. Extinção do contrato de locação. Consensual e não consensual. Despejo. Condomínio Edilício. Formação. Convenção. Assembleia Geral. Síndico. A importância do condomínio edilício na concretização dos valores constitucionais relativos a apropriação privada dos imóveis. Estatuto das Cidades, Lei de Condomínio e Incorporações. Lei de Loteamentos.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

AVVAD, Pedro Elias. **Direito Imobiliário**. Teoria Geral de Negócios Imobiliários. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CHALHUB, Melhim Namem, Da incorporação Imobiliária. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010

SANTOS, Gildo dos. Locação e Despejo - Comentários a Lei nº 8245/91. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais , 2011.

Bibliografia complementar

BORJES, Isabel Cristina Porto. **Alterações na Lei do Inquilinato. Comentários à Lei 12.112/09**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de Direito Civil**. 8. ed. Salvador: Juspodivm 2012. v.5: Reais.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SOUZA, Sylvio Capanema de. **A Lei do Inquilinato Comentada**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2012.

SLAIBI FILHO, Nagib. **Comentários à Lei do Inquilinato**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

Disciplina: Psicologia Social

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Fornecer subsídios teóricos e práticos para o aluno conhecer a Psicologia Social, possibilitando-o a conhecer o entendimento teórico - prático da realidade empírica em Psicologia Social e seus reflexos na seara jurídica, entendendo a análise crítica da relação entre indivíduo e contexto social, as atitudes e mudanças de atitudes, as tomadas de decisões, a intimidade interpessoal, assim, como a influência da mídia e da tecnologia na sociedade e na pessoa..

Ementa

Estuda a história e bases epistemológicas da Psicologia Social, a investigação e reflexão sobre a realidade empírica, os métodos, modelos, axiomas e aplicações, as habilidades sociais, a influência da mídia e da tecnologia, entre outros, que redundam a relação entre o indivíduo e seu ambiente social.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

ARONSON, E.; WILSON, T. D.; AKERT, R. M. **Psicologia social**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

BRAGHIROLI, E. M.; PEREIRA, S.; RIZZON, L. A. **Temas de psicologia social**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

RODRIGUES, A. **Psicologia Social Para Principiantes - Estudo da interação humana**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar

HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V.V. **Teorias da Comunicação – Conceitos, Escolas e Tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

JACQUES, M. G. C. **Psicologia social contemporânea**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

JOVCHELOVITCH, S. **O contexto do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RAMOS, A. **Introdução à Psicologia social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E.M.L.; JABLONSKI, B. **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

Disciplina: Técnicas de Júri

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos:

Oportunizar ao aluno o aprofundamento do estudo referente aos crimes dolosos contra a vida e conhecer as técnicas de júri para a atuação dos profissionais que exercem a atividade, analisando desde a fase policial, passando pela decisão de pronúncia, até a do julgamento final, sob os diferentes focos, ou seja, o da magistratura, o do ministério público, o da defensoria pública, o da advocacia de defesa ou de acusação e o da delegacia.

Ementa:

Estuda os crimes dolosos contra a vida e as diferentes fases que se destacam na tramitação da respectiva ação penal pública sob as perspectivas dos diferentes interesses dos profissionais que atuam nos júris.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.: 2. Parte Especial - Dos Crimes Contra A Pessoa.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 1: Parte Geral.

Bibliografia complementar:

COSTA JÚNIOR, Paulo José da; COSTA Fernando José Da. **Curso de Direito Penal**. 12 ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.1: Parte Geral.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 2 - Parte Especial - Arts. 121 a 234 do CP - v. II

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v.: 3. Parte Especial - Arts. 235 a 361 do CP - v. III.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 10. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011. v. 2: Parte Especial - Arts. 121 a 249.

Disciplina: Estado e Globalização

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos:

Oportunizar ao aluno o enfrentamento de forma autônoma e crítica, das novas situações jurídicas, auxiliando na construção das soluções que se ajustem aos mandamentos constitucionais; Auxiliar na compreensão dos desafios do constitucionalismo contemporâneo que se propõe a redefinir as relações entre a Constituição e o Estado no contexto da globalização; Facilitar o conhecimento da Constituição Federal de 1988 de forma aprofundada e sistemática, analisando criticamente os problemas jurídico-constitucionais no Estado brasileiro.

Ementa:

A Constituição e o Estado no mundo globalizado. O Estado constitucional contemporâneo. A globalização econômica e o Estado constitucional. Processo Legislativo. A crise da representação política. Os desafios do processo legislativo na Constituição brasileira de 1988. O controle do processo legislativo. O processo legislativo de reforma da Constituição. Sistemas eleitorais e Processo Eleitoral. A organização da Justiça Eleitoral brasileira. Espaço democrático de decisão política e a crise de participação. Processo Constitucional. Jurisdição constitucional. O controle de constitucionalidade das leis, difuso e concentrado. A proteção jurisdicional dos direitos fundamentais. Os remédios constitucionais. A judicialização da política. Hermenêutica Constitucional: interpretação e aplicação da Constituição. A desfuncionalidade do Direito no Estado Democrático de Direito.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

MENDES, Gilmar Ferreira; Branco, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002

MORAIS, Jose Luis Bolzan de; STRECK, Lenio Luiz. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2012.

Bibliografia complementar

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. **O devido processo legal e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado** – Parte Geral. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VON BOGDANDY, Armin ; PIOVESAN, Flávia Cristina; ANTONIAZZI, Mariela Morales. **Direitos Humanos, Democracia e Integração Jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011
COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania - Produção e Direitos na Crise do Capitalismo Global**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012

Disciplinas: Direito Eleitoral

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos:

Proporcionar ao aluno o conhecimento das noções básicas sobre o funcionamento e os procedimentos da Justiça Eleitoral, analisando-as comprometido com os cânones constitucionais. Identificar as mudanças sociais e políticas do País e saber discernir seus impactos no Direito Eleitoral, qualificando sua prática jurídica.

Ementa:

Estado Democrático de Direito e a soberania popular com o sufrágio universal; Autonomia do Direito Eleitoral; Organização da Justiça Eleitoral; Legislação Eleitoral. Direitos Políticos

e a Capacidade eleitoral ativa e passiva; Condições de elegibilidade e as Causas de inelegibilidade. Registro de Candidatura e a Impugnação de registro. Propaganda Eleitoral. Condutas Vedadas. Representação Eleitoral. Captação Ilícita de Sufrágio. Investigação Judicial Eleitoral. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. Recurso Contra Diplomação. Prestação de Contas. Lei da Ficha Limpa.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

- CÂNDIDO, Joel José. **Direito eleitoral brasileiro**. 15. ed. Bauru: Edipro, 2012.
- COSTA, Tito. **Recursos em matéria eleitoral**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- MICHELS, Vera Maria Nunes. **Direito eleitoral**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

Bibliografia complementar

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua; LENZA, Pedro; Cerqueira. **Direito eleitoral**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Col. Esquematizado.

CONEGLIAN, Olivar. **Propaganda eleitoral**. 11. Ed. Curitiba: Juruá, 2012.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZILIO, Rodrigo López. **Direito eleitoral**. 3. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

CASTRO, Edson de Resende. **Teoria e Prática do Direito Eleitoral**. 6. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

Disciplina: Oficina de Elaboração de Projeto de TCC

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos: Capacitar o aluno a definir, delimitar e problematizar o tema sobre o qual elaborar o seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, bem como reunir e documentar o material pesquisado/encontrado.

Ementa: A pesquisa Científica no Direito. Os principais temas jurídicos pesquisados nas universidades brasileiras e Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

Bibliografia básica:

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. **SA monografia jurídica**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Série Métodos em Direito, v. 1.
- LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia Jurídica** - guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. São Paulo: Método, 2012.

Bibliografia complementar:

- CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- NUNES, Rizzato. **Manual da Monografia Jurídica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

Disciplina: Recursos Humanos e Cálculos Trabalhistas

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos:

Oportunizar o aluno a estudar o contrato de trabalho e suas vicissitudes sob a ótica da dignidade da pessoa do trabalhador e os inerentes recursos humanos a serem ofertados pelo empregador e suas implicações nos cálculos trabalhistas inerentes à formação e extinção do contrato de trabalho, examinando desde o salário e a remuneração, como a jornada de trabalho, intervalos e repousos, férias, interrupções e suspensões contratuais, além das garantias jurídicas de emprego e suas indenizações correlatas.

Ementa:

Estuda a necessidade da implantação dos recursos humanos por parte do empregador e suas incidências nos cálculos trabalhistas, desde o momento da contratação até a extinção do contrato e seus respectivos valores de pagamentos e de indenizações.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: Ltr, 2012.

MARTINS FILHO, Ives Granda da Silva. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. **Relação de Emprego: Estrutura Legal e Supostos**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2005.

Bibliografia complementar:

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito Fundamental ao Trabalho Digno**. São Paulo: LTr, 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COSTA, Rosania De Lima. **Rotinas Trabalhistas**. Departamento pessoal - modelo de A a Z. 4.ed. São Paulo: Cenofisco, 2012.

GOMES, Elizeu Domingues. **Rotinas Trabalhistas e Previdenciárias**. 12. ed. Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA, Aristeu de. **CLT para rotinas trabalhistas anotada e legislação complementar**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012

Disciplina: Psicologia Institucional

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Oportunizar ao aluno subsídios teóricos básicos da Psicologia Institucional, estimulando-o a um olhar crítico e de reflexão sobre a realidade social a partir da complexidade das relações interpessoais, em especial no contexto das instituições em que desenvolve suas atividades laborativas, compreendendo o indivíduo como sujeito vinculado à instituição na sociedade contemporânea.

Ementa

Estuda a evolução e principais conceitos da Psicologia Institucional, abordando temas contemporâneos como a construção social da subjetividade, inclusão/exclusão, meios de comunicação de massa, representações sociais, gênero, redes sociais, ideologia, reflexão e construção da postura do empregador e do empregado na relação subjetiva do trabalho.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de

conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

GUARESCHI, N. M. F.; BRUSCHI, M. E. (Orgs.). **Psicologia Social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

JACQUES, M. G. (*et.al.*) **Psicologia social contemporânea**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, R. H. (Org.). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUARESCHI, P. A.; JAVCHELOVICH, S. **Textos de representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUARESCHI, P. A. **Comunicação e controle social**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social?** 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia Social**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Disciplina: Direito da Comunicação e Internet

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos: Compreender e refletir sobre os impactos da Internet sobre os direitos da propriedade intelectual e os direitos da personalidade: as possibilidades e ameaças.

Ementa: a sociedade da informação. As novas tecnologias. As bases de dados eletrônicas. Os direitos da propriedade intelectual e à privacidade frente ao direito à informação.

Bibliografia Básica

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito da Internet e da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

Castells, Manuel. **A sociedade em rede**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva(Org). **Direito da propriedade intelectual** - estudos em homenagem ao Pe. Bruno Jorge Hammes. Curitiba: Juruá, 2005.

Bibliografia Complementar

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.: 4.

Direito Das Coisas / Direito Autoral

ASCENSÃO, Jose de Oliveira. **Direito Autoral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar: 2007

KRETSCHMANN, Ângela. **Dignidade Humana e Direitos Intelectuais**: (re)visitando o Direito Autoral na Era Digital. Florianópolis: Conceito, 2008.

BRANCHER, Paulo. **Direito da Concorrência e Propriedade Intelectual - da inovação tecnológica ao abuso de poder**. São Paulo: Singular, 2010.

DOMINGUES. Douglas Gabriel. **Comentários à Lei da Propriedade Industrial**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Disciplina: Mediação, Arbitragem e Negociações Internacionais

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos:

Proporcionar ao aluno conhecimentos específicos teóricos e práticos para a compreensão do Direito dos Negócios internacionais, de modo a investigar e diagnosticar a prática dos Estados e Organizações internacionais na formação de processos de integração regionais e na solução de disputas comerciais internacionais. Reconhecer as diversas fases da integração regional, de maneira a caracterizar os processos integracionistas atuais, destacando-se, entre estes, a integração regional na Europa e nas Américas. Conhecer os diferentes modelos de solução de controvérsias estabelecidos no âmbito dos processos de integração regional e na organização mundial do comércio. Compreender as bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio – GATT/OMC. Compreender os fundamentos teóricos e práticos das corporações internacionais especialmente no comércio global, de modo a investigar, diagnosticar e entender a atuação das empresas no cenário internacional contemporâneo e buscar a solução dos conflitos com a utilização dos Tribunais de mediação e Arbitragem. Conhecer as formas de internacionalização da empresa e as suas relações com os Estados. Qualificar a prática profissional mediante a compreensão transdisciplinar das corporações globais. Conhecer o cenário mundial, relacionando as conseqüências do advento do espaço econômico global às corporações internacionais. Conhecer noções gerais da tributação na atividade empresarial, dos contratos internacionais de comércio e do sistema de comércio exterior brasileiro.

Ementa:

Fundamentos de Política Comercial. Histórico e Perspectivas do Sistema Multilateral de Comércio GATT-OMC. O Brasil e os grandes temas do comércio internacional. Conceito, evolução e atuação das corporações internacionais. As corporações internacionais e o fenômeno da mundialização e da regionalização. Padrões globais (de consumo, de governança corporativa, de regras jurídicas, de modelos contratuais, modelo de solução de conflitos, etc.) diante do nacionalismo cultural. Fundamentos das teorias das relações internacionais e da realidade internacional contemporânea aplicados à empresa multinacional: relações corporativas com o poder público local e com instituições internacionais. Contratos internacionais de comércio. A tributação na atividade empresarial: preços de transferência e seus métodos de apuração (preços parâmetros) na legislação brasileira, remessa de lucros, bitributação internacional. Fundamentos do sistema de comércio exterior brasileiro: conceitos básicos (importação e exportação, zonas primárias e secundárias), Incoterms, Classificação de mercadorias, Siscomex, etc. Regras de comércio e defesa comercial: subsídios, dumping e salvaguardas. Estratégias empresariais no comércio internacional. Operações e financiamento do comércio internacional. O processo de globalização econômica e o fenômeno da regionalização. Os diferentes processos de integração: ALALC, ALADI, ACORDO DE CARTAGENA, CARICOM, COMUNIDADE ANDINA, NAFTA, ALCA, ASEAN, UNIAO EUROPEIA, MERCOSUL. Direito Comunitário europeu. Recepção do Direito Comunitário pelo Direito interno. O contencioso comunitário. Políticas comunitárias – a Política Agrícola Comum e a Política de Concorrência. MERCOSUL. Histórico. Estrutura. Modo de Solução das controvérsias. Tribunais Arbitrais.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo

de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

MORAIS, Jose Luis Bolzan de. **Mediação e Arbitragem - Alternativas À Jurisdição**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SALLES, Carlos Alberto; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação e Arbitragem - Curso Básico Para Programas de Graduação em Direito**. São Paulo: Método, 2013.

AMARAL JUNIOR, Alberto do. **A Solução de Controvérsias na OMC**. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar

CAVES, Richard E.; FRANKEL, Jeffrey A.; JONES, Ronald W. . **Economia Internacional: Comércio e Transações Globais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

CAMPOS, Aluisio de Lima (org). **Ensaio em Comércio Internacional**. São Paulo: Editora Singular, 2005.

VIEIRA, Aquiles. **Importação: Práticas, rotinas e procedimentos**. 5. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2012.

TIBURCIO, Carmen; DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado - Arbitragem Comercial Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Teoria Geral da Mediação à Luz do Projeto de Lei e do Direito Comparado**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 03 dez. 2004, Seção 1, p. 5

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2005, Seção 1, p. 26

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1. p.1

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 2008. Seção 1, p.1

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 55, de 18 de fevereiro de 2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991.

Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 211, de 08 de julho de 2004.** Reconsideração do Parecer CNE/CES 55/2004, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991.

Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 08, de 31 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e

procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12636&Itemid=866

Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº 08, de 06 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12984&Itemid=866

Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº 14, de 06 de junho de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12984&Itemid=866

Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1093&id=15712&option=com_content&view=article

Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 09, de 29 de setembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1º out. 2004, Seção 1, p. 17

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 02, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e

procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União, Brasília, 17 set. 2007, Seção 1, pág. 23

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 2004, Seção 1, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 .** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 31 maio 2012, Seção 1, p. 48

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jun. 2012, Seção 1, p. 70.

CARRACEDO, José Rubio. **Ética construtiva y autonomia personal.** Málaga: Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico de La Universidad de Málaga, 1992.

CORTINA, Adela. La Ética Discursiva. In: CAMPS, Vitoria (Ed.) **Historia de La Ética.** La Ética Contemporanea. Vol. III. Barcelona: Crítica, 1989, pp. 568-573.

CORTINA, Adela. **Los ciudadanos como protagonistas.** Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 1999.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério.** Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2007/2011.** Taquara, 2007.

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2011/2015.** Taquara, 2011.

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. **Projeto Pedagógico Institucional - PPI.** Taquara, 2005.

Fundação de Economia de Estática - FEE. **População por município, faixa etária e sexo – Rio Grande do Sul: 2011.**

Disponível em:

http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php

Acesso em: 13 dez. 2012.

GODOY, Luana Michelle da Silva. A dignidade da pessoa humana e a necessidade de um diálogo jurídico-filosófico. **Revista de Direito Público**, Londrina, v. 4, n. 3, Set/Dez. de 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários à Ética do Discurso**. Trad. de Gilda Lopes Encarnação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

HUPFFER, Haide Maria. **Ensino jurídico**. Um novo caminho a partir da Hermenêutica Filosófica. Porto Alegre: Editora Entremeios, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico – 2010**.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rs>.

Acesso em 13 dez. 2012.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A Ciência do Direito**. Conceito, Objeto. Método. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. RENOVAR, 2ª Ed., 2001.

PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. A responsabilidade social do jurista e o ensino jurídico: um breve diálogo entre o direito e a pedagogia. In: RAMOS, Carmem Lucia Silveira *et alii*. (Org.). **Diálogos sobre direito civil**. Rio de Janeiro e São Paulo: RENOVAR, 2002. pp. 489-527.

SARLET, Ingo. Dignidade da pessoa humana. In: BARRETO, Vicente de Paulo (Coordenador). **Dicionário de Filosofia do Direito**. São Leopoldo: Editora UNISINOS; Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2006, pp. 212-225.

ANEXOS

ANEXO 1**CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO E ADMINISTRATIVO****RESOLUÇÃO CSAA Nº 05/2012**

Regulamenta a estrutura e o funcionamento do Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas - NPSJ, estabelecendo as finalidades, princípios e organização das atividades de práticas jurídicas não obrigatórias e práticas jurídicas obrigatórias realizadas pelos acadêmicos do Curso de Direito da FACCAT.

O Presidente do Conselho Superior Acadêmico e Administrativo, no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com decisão deste Colegiado, na reunião de 10 de dezembro de 2012,

CONSIDERANDO:

I – A previsão da Resolução CNE/CES nº 09, de 2004, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Direito, estabelecendo ainda a obrigatoriedade de Práticas Jurídicas em espaço acadêmico devidamente estruturado que possibilite ao aluno integrar, de forma efetiva, a teoria com a prática profissional, consolidando desta forma as competências descritas no Perfil do Egresso apresentado no PPC de Direito.

II – A necessidade de propiciar ao acadêmico a compreensão da realidade social, capacitando-o a conhecer as vicissitudes da realidade socio-jurídica através do reconhecimento da sociedade e do ser humano como elementos basilares da visão de mundo, implicando a apreensão do conhecimento e das concepções que dão significado às aprendizagens requeridas do acadêmico do Curso.

III – A importância de estimular o estudo jurídico por meio da promoção da interdisciplinaridade focada entre as diversas disciplinas que integram o Curso de Direito e entre as diversas áreas do conhecimento, em especial com a sociologia, psicologia, contabilidade, relações internacionais, economia, etc.

IV – A necessidade de integração da prática jurídica com o trinômio ensino, pesquisa e extensão, por meio de uma adequada estrutura organizacional que compreende o Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas - NPSJ.

V – A importância de serem firmados convênios com instituições públicas e privadas, assim compreendidas, entre outras do gênero, entidades judiciárias e extrajudiciárias, associações comunitárias, ONG's e fundações, para a realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, como atividades da Prática Jurídica.

VI – A viabilidade de oportunizar as visitas técnicas orientadas a órgãos do Poder Judiciário federal e estadual, escritórios de advocacia, organizações e instituições de reconhecida atuação jurídica, bem como promover viagens de estudos nacionais e internacionais para a qualificação do aprendizado jurídico.

VII – A reconhecida necessidade de estimular espaços acadêmicos para atualizar a capacidade analítica, retórica e argumentativa, também oportunizando, nesse sentido, a alternativa de desenvolvimento de atividades complementares de estudos.

VIII – A possibilidade de ofertar atividades acadêmicas comuns entre o Curso de Direito com os outros cursos oferecidos pela FACCAT, fomentando a interdisciplinaridade intercursos da IES.

IX – A necessidade de demonstrar ao acadêmico a importância teórica e prática dos institutos da arbitragem, negociação e mediação como meios alternativos de solução de conflitos, oportunizando a participação em atividades reais e simuladas dos gêneros.

X– A importância de estruturar um espaço acadêmico organizacional que favoreça o desenvolvimento e compreensão da responsabilidade civil, profissional e ética profissional, tendo como base os princípios que norteiam o Código de Ética e Disciplina da OAB.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Núcleo de Práticas Sócio-Jurídicas - NPSJ, anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando os atos normativos contrários.

Taquara, 14 de dezembro de 2012.

Presidente
Conselho Superior Acadêmico e Administrativo

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS SOCIO-JURÍDICAS - NPSJ

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS QUE CONCEBEM AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE PRÁTICAS SOCIO-JURÍDICAS - NPSJ

Art. 1º São princípios que concebem as atividades do Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas – NPSJ:

I – estímulo e respeito à ética profissional;

II – atenção permanente aos conflitos sociais regionais como referência às práticas judiciais e extrajudiciais desenvolvidas;

III – prestação qualificada de serviço jurisdicional à comunidade hipossuficiente de recursos que é domiciliada na região urbana e rural;

IV – cooperação com o processo de qualidade dos meios judiciais e extrajudiciais de solução de conflitos da região, com ênfase ao desenvolvimento da mediação, arbitragem e negociação como solução alternativa de conflitos,;

V – incentivo à atuação responsável dos acadêmicos nas questões jurídicas que lhe incumbem na busca da qualificada solução dos interesses sociais e individuais;

VI – otimização da práxis jurídica por meio da interdisciplinaridade promovida pelas disciplinas que concebem o curso de Direito e pelas diversas áreas do conhecimento.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS SOCIO-JURÍDICAS - NPSJ

Art. 2º O Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas – NPSJ – do Curso de Direito da FACCAT, em sua estrutura e funcionamento, observará:

§ 1º O NPSJ é órgão responsável de conceber, coordenar e supervisionar a realização do estágio curricular obrigatório, do estágio não obrigatório e de outras atividades práticas que devem ser cumpridas pelos acadêmicos do Curso de Direito da FACCAT, conforme previsto no projeto de Curso em sua Matriz Curricular.

§ 2º O NPSJ está subordinado à Coordenação do Curso de Direito da FACCAT, tendo a função de conceber, coordenar e supervisionar as atividades de Práticas Jurídicas obrigatórias e não obrigatórias, em conformidade com o Projeto Pedagógico da Faculdade.

§ 3º São atividades a serem desenvolvidas sob a coordenação do NPSJ:

I – oficinas de práticas jurídicas ofertadas junto aos blocos das disciplinas teóricas do Curso de Direito da FACCAT;

II – estágios junto ao NPSJ e em entidades conveniadas com a FACCAT;

III – visitas técnicas orientadas;

IV – orientação e acompanhamento dos acadêmicos a audiências e sessões judiciárias.

V – atividades de integração desenvolvidas por meio do NPSJ, bem como nas instalações do mesmo, com as demais atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Direito, bem como com as demais áreas do conhecimento que estimulem a interdisciplinaridade.

VI – estabelecimento de convênios e parcerias para as atividades práticas.

TITULO III

DA COORDENAÇÃO DAS PRÁTICAS JURÍDICAS

Art. 3º O Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas – NPSJ é coordenado por um professor do Curso de Direito, integrante do Núcleo Docente Estruturante, indicado pela Coordenação do Curso à direção da Faculdade, para sua designação.

Art. 4º Cabe à Coordenação do Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas - NPSJ:

I – promover e zelar pela consecução dos objetivos e pela fidelidade aos princípios enumerados na presente Regulamento;

II – planejar, organizar e estimular o desenvolvimento do programa de práticas jurídicas em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso e com a concepção das atividades a serem realizadas;

III – harmonizar as Práticas Jurídicas, obrigatórias e não obrigatórias, com os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos na FACCAT – nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação ou em entidades conveniadas - sempre observando a atuação interdisciplinar e a inserção social com a problemática urbana e a realidade que a cerca;

IV – propor à Coordenação do Curso de Direito, com observância às normas dispostas pelo Conselho Superior Acadêmico e Administrativo da FACCAT as regras complementares de avaliação do desempenho dos acadêmicos matriculados nas disciplinas de Prática de Processo Penal, Prática de Processo Civil, Prática de Processo do Trabalho e Estágio Supervisionado I e II;

V – indicar à Coordenação do Curso os professores responsáveis pelo desenvolvimento das disciplinas de Prática Jurídica e Estágio.

VI – realizar reuniões periódicas com os acadêmicos matriculados nas disciplinas de Prática Jurídica e Estágio

VII – fomentar e gerir o programa de participação dos acadêmicos em atividades das Práticas Jurídicas não obrigatórias;

VIII – supervisionar a prática de estágios não obrigatórios, promovendo reuniões com os responsáveis pelas entidades conveniadas, observando a logística ofertada e exigindo a apresentação de relatórios das atividades produzidas pelo estagiário, bem como a respectiva avaliação atribuída pela entidade conveniada, conforme estabelecido pela legislação vigente²;

IX – apurar as faltas cometidas pelos acadêmicos no exercício das atividades de Práticas Jurídicas obrigatórias e não obrigatórias, apreciando eventuais justificativas em conformidade com regulamentação regimental da FACCAT.

² Lei do Estágio - Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

TITULO IV
DAS PRÁTICAS JURÍDICAS OBRIGATÓRIAS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 5º As disciplinas de Prática Jurídica e Estágio Supervisionado, de caráter obrigatório, que compõem o currículo do Curso de Direito da FACCAT regulam-se pelas presentes normas, além daquelas estabelecidas no Regimento Interno da Faculdade e no Projeto Pedagógico do Curso de Direito.

Art. 6º As disciplinas de Prática Jurídica e de Estágio Supervisionado estão dispostas em conformidade com a Matriz Curricular do Curso.

§ 1º As disciplinas de Prática Jurídica são desenvolvidas por meio de atividades simuladas, realizadas na sede da Faculdade, com a devida supervisão.

§ 2º As disciplinas de Estágio Supervisionado I e II têm como objetivo a inserção profissional e podem ser desenvolvidas junto a entidades conveniadas, cabendo ao acadêmico indicar a entidade junto à qual cumprirá a atividade de estágio e observar o disposto no art. 14, *caput* e parágrafo único do presente regramento,

§ 3º No caso das disciplinas de Estágio Supervisionado I e II, se o acadêmico não optou por campo de estágio ofertado por entidades conveniadas, realizará o estágio diretamente junto ao NPSJ, em atividades jurídicas reais.

§ 4º As disciplinas de Estágio Supervisionado I e II deverão ser realizadas na seriação recomendada (10º semestre) ou, no mínimo, que o acadêmico tenha integralizado 80% da carga horária do curso e que haja compatibilidade das disciplinas já cursadas com o foco/natureza do estágio, ouvida a coordenação do NPSJ.

§ 5º A carga horária eventualmente excedente das disciplinas de Estágio I e II pode ser computada como Atividade Complementar, na modalidade de Extensão, nos termos do art. 10 da Resolução CSAA n. 04/2011 e o estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 7º São objetivos das disciplinas de Prática Jurídica e de Estágio:

I – Capacitar o acadêmico à prática profissional judicial e extrajudicial no sentido de consolidar o desempenho profissional desejado em conformidade com o perfil do formando.

II – Estimular realização de práticas jurídicas pela adoção de uma metodologia interdisciplinar, interligando o Direito e sua evolução com as diversas áreas do conhecimento, numa concepção crítica em relação à realidade político-social brasileira.

III – Oportunizar a inserção local do acadêmico com a realidade urbana e rural da região e as problemáticas que as cercam.

IV – Fomentar a inserção das linhas de pesquisa realizadas pela FACCAT, voltadas à análise das realidades jurídica e política da sociedade brasileira, nas práticas jurídicas a serem desenvolvidas junto ao NPSJ.

V – Estimular a leitura e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos por meio de normas técnico-jurídicas, em conformidade com modelos dogmáticos fornecidos pelas diversas fontes do direito e com o domínio de tecnologias e métodos apropriados para a compreensão e aplicação do Direito.

VI – Exercitar, o acadêmico, à adequada atuação técnico-jurídica a ser aplicada nas instâncias administrativas, judiciais ou extrajudiciais, com a devida correspondência aos processos, atos e procedimentos.

VII – Capacitar à correta utilização da terminologia jurídica, bem como a utilização de raciocínio jurídico, de reflexão crítica, de persuasão, de argumentação, de negociação e de mediação.

CAPÍTULO II

DAS DISCIPLINAS DE PRÁTICA JURÍDICA E DE ESTÁGIO

Art. 8º São atividades exigidas no desenvolvimento da programação das disciplinas de Prática Jurídica e de Estágio:

I – realização de prática simulada de atos judiciais e extrajudiciais, bem como a prática de mediação, arbitragem e negociação, dentre outras, quando não definidas como atividades complementares, na modalidade de extensão;

II – prestação de assistência jurídica gratuita, compreendendo atividades judiciais ou extrajudiciais, no atendimento, aconselhamento jurídico, mediação e conciliação das partes, ajuizamento e acompanhamento de feitos em diversas áreas do direito, tanto na seara da justiça comum como na especializada;

III – assistência de audiências, segundo orientações exigidas pelos procedimentos determinados pela Coordenação do NPSJ, seja na esfera judicial federal como estadual;

IV – frequência a cursos introdutórios ou complementares às atividades de prática profissional, programados, definidos e aprovados pela Coordenação do NPSJ.

Art. 9º As atividades previstas no programa de ensino das disciplinas de Prática Jurídica e Estágio Supervisionado constituem-se na execução pelos acadêmicos de tarefas de

conteúdos práticos, por meio dos quais é oportunizado o desenvolvimento de competências para a realização de:

I – análise de autos findos;

II - assistência em audiências e julgamentos;

III – prática de atuação jurídica oral;

IV – visitas orientadas;

V – redação de textos, atos e documentos judiciais e extrajudiciais;

VI – realização de relatórios síntese, opinativos, relativos às visitas e assistência em audiências e julgamento, apoiados nas referências estudados nas disciplinas do Curso de Direito.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 10 A avaliação da aprendizagem dos acadêmicos, nas disciplinas de Prática Jurídica e Estágio Supervisionado, é verificada de forma contínua, com base em critérios formais antecipadamente comunicados aos alunos, considerando-se as seguintes atividades:

I – trabalhos práticos de produção de peças judiciais e extrajudiciais, em práticas de estágios conveniados ou ofertados na sede da Faculdade;

II – atendimentos a pessoas ou a órgão a serem realizados em casos reais;

III – produção de relatórios de visitas técnicas e de audiências e julgamentos de 1º e 2º Graus de Jurisdição assistidos pelos acadêmicos;

IV – avaliação do responsável pelo órgão em que ocorre o estágio curricular conveniado.

Parágrafo único: O grau será atribuído pelo professor responsável pela atividade de acordo com as normas previstas no Regimento da FACCAT.

TÍTULO V
DAS PRÁTICAS JURÍDICAS NÃO OBRIGATÓRIAS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 11- O estágio não obrigatório, regulamentado pela Lei do Estágio, Lei n. 11.788/2.008, é atividade de complementação de aprendizagem prática, constituindo-se em especial instrumento de integração entre a teoria e a prática.

Parágrafo único. Aplicam-se ao estágio não obrigatório os objetivos e princípios previstos às atividades de práticas jurídicas obrigatórias, respectivamente disciplinadas nos artigos 1º e 7º do presente ato normativo.

Art. 12 As atividades de práticas jurídicas não obrigatórias são destinadas aos acadêmicos regularmente matriculados no Curso de Direito, podendo ser realizadas por meio de estágios conveniados ou outras atividades específicas avalizadas ou promovidas pelo NPSJ.

Art. 13 O planejamento, execução, supervisão, controle, avaliação e registro acadêmico das práticas jurídicas não obrigatórias são de responsabilidade da Coordenação do NPSJ.

CAPÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS CONTRATUAIS LEGAIS

SEÇÃO I
DO CONVÊNIO DE ESTÁGIO PARA PRÁTICA JURÍDICA OBRIGATÓRIA E NÃO OBRIGATÓRIA

Art. 14 Para caracterização das atividades de Práticas Jurídicas obrigatórias, por meio das disciplinas de Estágio Supervisionado I e II, e não obrigatórias na forma de estágio, é indispensável a existência de instrumento jurídico entre a FACCAT e a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, de acordo com o estabelecido na Lei n. 11.788/2008.

Parágrafo único. O instrumento de que trata o *caput* pode também, como alternativa, ser celebrado entre a Faculdade e Agente de Integração, responsável pela divulgação, seleção e encaminhamento de estudantes ao Campo de Estágio com o qual é conveniado.

SEÇÃO II

DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Art. 15 - O Termo de Compromisso do Estágio é o instrumento jurídico celebrado entre a Unidade Concedente e o acadêmico ou seu representante legal, com a obrigatória interveniência da Faculdade, como Instituição de Ensino, que habilita o estudante ao estágio, disciplinando as relações, direitos e deveres de cada uma das partes durante a vigência do estágio, atendidas as normas internas e externas.

CAPÍTULO III

DA SUPERVISÃO, AVALIAÇÃO, APROVEITAMENTO E REGISTROS

Art. 16 - A supervisão e avaliação das práticas jurídicas não obrigatória são de responsabilidade da Coordenação do NPSJ, e devem ser formalizadas pelos seguintes documentos:

a – Relatório de Avaliação do Estágio, elaborado e assinado pelo acadêmico estagiário, a ser entregue após a conclusão do estágio.

b – Relatório de Avaliação do Estágio, elaborado e assinado pelo supervisor imediato, a ser entregue após a conclusão do estágio.

Parágrafo único. Outros documentos de supervisão e avaliação de estágio podem ser adotados, a critério da Coordenação do NPSJ e da Unidade Concedente, mediante aprovação do Colegiado de Curso.

Art. 17 - O aproveitamento e registro das práticas jurídicas não obrigatórias como atividade complementares ficam condicionados à avaliação favorável pelo professor.

TÍTULO VI

DAS FALTAS GRAVES QUANTO ÀS ATIVIDADES DE PRÁTICAS JURÍDICAS OBRIGATÓRIAS E NÃO OBRIGATÓRIAS

Art. 18 - Além das faltas previstas no Regimento Interno da FACCAT, são consideradas faltas graves e implicam reprovação do acadêmico nas disciplinas de Prática Jurídica de caráter obrigatório, sem prejuízo de eventual reparação de danos:

I – o tratamento inadequado com violação aos deveres éticos e de cordialidade e urbanidade das pessoas com as quais haja interação;

II – a inércia injustificada na tomada de providência assumida, junto a pessoas ou a órgão atendido;

III – o não atendimento injustificado de providência processual ou extraprocessual pela qual tenha sido encarregado pela Coordenação do Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas;

IV – a ausência injustificada à audiência ou qualquer outro ato judicial ou extrajudicial, para o qual tenha sido designado;

V – o extravio de documentos que lhe forem confiados.

Parágrafo único. A justificativa de falta grave deve ser comprovada em requerimento escrito dirigido à Coordenação do Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas, para as devidas providências.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 A realização de atividades de Práticas Jurídicas obrigatórias ou não obrigatórias não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza, conforme dispõe a legislação vigente.

Art. 20 As omissões e as dúvidas, na interpretação do presente ato normativo, são respectivamente completadas e dirimidas entre a Coordenação do Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas, a Coordenação do Curso de Direito e a Direção da FACCAT.

Art. 21 Onde no presente ato normativo lê-se acadêmico(s), aluno(s) e estagiário(s), leia-se, também, acadêmica(s), aluna(s) e estagiária(s).

Art. 22 O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura, aplicando-se integralmente às disciplinas de Prática Jurídica, Estágio I e II e aos estágios não obrigatórios.